

REQUERIMENTO P COM PROCESSO

06 - 0001 / 2006

DE

2006

MATÉRIA LEGISLATIVA:

RPP

06 - 0001 / 2006

DE

22/02/2006

PROMOVENTE:

VEREADOR

ADILSON AMADEU

E M E N T A:

REQUER A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO
DE PROBLEMAS REFERENTES AO MOBILIÁRIO URBANO MUNICIPAL.

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
7/10/2010 12:58:59

00000001427-35



ARQUIVADO EM 20/10/2006

Viviane FB

CHEFE DE SEÇÃO

VIVIANE FERREIRA PO
Supervisora
SGP-33

Núcleo Técnico de Registro
SGP-4
23 FEV 2006

LIDO HOJE
23.02.06
PRESIDENTE

APROVADO
23 FEV 2006
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 01 do proc.
01 de 20 06
Inácio Veiga
Agente de Apoio Legislativo
RF 11.132

REQUERIMENTO

06 - RPP
06-0001/2006

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do artigo 99 do Regimento Interno, a constituição de Comissão de Estudos para apreciação de problemas referentes ao mobiliário urbano municipal.

O mobiliário urbano da Cidade foi descaracterizado, propiciando inúmeras irregularidades, inclusive no tocante aos anúncios publicitários.

A Comissão poderá adentrar também aos critérios de licitação e contratação envolvendo a matéria e os procedimentos de fiscalização e licenciamentos realizados no Município, com a finalidade de apontar, se for o caso, medidas visando a reordenação da paisagem urbana municipal.

Sala das Sessões

Raulson Amador

Segue(m) juntado(s), nesta
data, documento(s) e folha de
informação rubricados sob
nº 02 e 03
Em 02/03/06
Ass: _____

INÁCIO VEIGA
Agente de Ap. Legislativo
RF 11.132



Câmara Municipal de São Paulo

SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO

Folha nº 02 do proc.

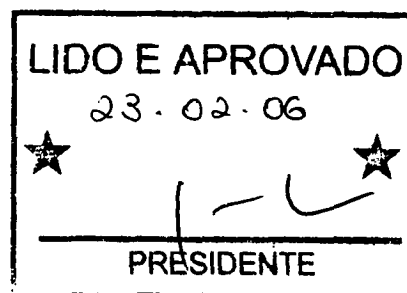
nº 01 de 20 06

Inácio ~~Veiga~~

Agente de Apoio Legislativo

RF 11.132

REQUERIMENTO /2006

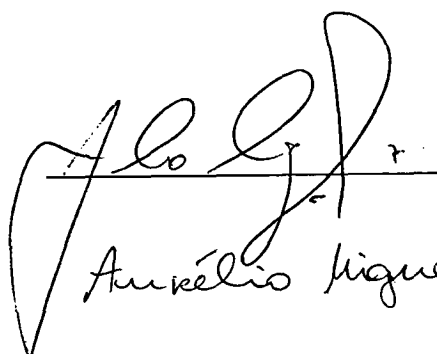


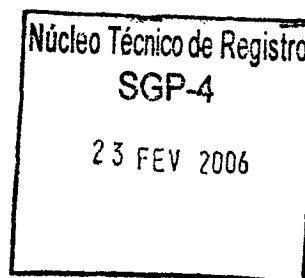
Sr. Presidente:

Requeiro preferência para discussão e votação do Requerimento

nº 01106 de autoria do Vereador Adilson Amadeu.

Sala das Sessões, em


Aurélio Miguel.



276
C.M.S.P. - SGP 2
-23-fev-2006-14:04-011070



Câmara Municipal de São Paulo

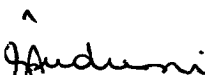
Papel para informação, rubricado como folha nº 03
do processo n.º 06 - 01 de 06 2 / 03 / 06 (a) 03

INÁCIO VEIGA
Agente de Ap. Legislativo
RF 11.132

À SGP-16,
Sr. Supervisor:

Encaminho os presentes autos para atendimento do disposto no art. 99 do Regimento Interno desta Casa.

02/03/06


ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Subsecretária de Apoio Legislativo
SGP-2

SE GUE _____, unido _____, nesta data
documento _____ e papel de informação
ubricado _____ sub folha _____ n.º _____
Em _____

SE GUE m, unido 8, nesta data
documento 5 e papel de informação
ubricado 5 sub folha 8 n.º 04 105
Em 06/3/96

Luis Fernando Braz de Araújo
Subsecretário das Comissões - SGP-1

Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

Folha n.º	04	do proc.
n.º	06.001	de 2006

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4 Subsecretário das Comissões - SGP-1

rod.:01 fl.:5 taq.: rev.: evento:120-SO data:01-03-06

Orador(es):

determinado: não discutiu a constituição de uma comissão de fiscalização e controle e não avocou para a Comissão de Finanças e Orçamento essa tarefa. Portanto, desguarnecida ficou a sociedade que não teve esta Casa até hoje como fiscalizadora da lei que anualmente aprova e quadrianualmente também delibera o Plano Plurianual.

Esse é um avanço significativo porque no ano passado, sob na condução brilhante do nobre Vereador William woo, apontou esse caminho, realizou esforços para que a Casa recepcionasse bimestralmente Secretários e Secretários Adjuntos de Finanças, de Saúde e Gestão para que a imagem e semelhança do ano passado este ano seja possível um controle mais rígido para que os recursos públicos deliberados sejam investidos no que a Casa indicou e, com o tempo, ressurgja um Parlamento forte, um Parlamento que reconhece a demanda da sociedade e apresenta ao Executivo onde o recurso deve ser investido de maneira eficiente, eficaz e com efetividade.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Tripoli) - Esta Presidência informa que para a Comissão de Estudos sobre Regularidades no Mobiliário e Paisagem Urbana, aprovada na última sessão, foram indicados os nobres Vereadores Adilson Amadeu, presidente; Jorge Tadeu, Aurélio Miguel, Russomanno e José Américo.

Tem a palavra o nobre Vereador Juscelino Gadelha.

(O SR. JUSCELINO GADELHA...Regina)



Câmara Municipal de São Paulo

Papel para informação, rubricado como folha nº 05

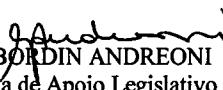
do processo n.º 06.004 de 2006 / / (a)

Luis Fernando Braz de Araújo
Subsecretário das Comissões - SGP 1

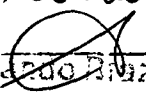
À SGP 16
Sr. Supervisor,

Encaminho a presente nota taquigráfica da 120ª S.O. com a indicação dos Vereadores que comporão a Comissão de Estudos sobre Regularidades no Mobiliário e Paisagem Urbana, para conhecimento e posterior juntada aos autos do RPP 01/2006.

06/03/06


ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Subsecretária de Apoio Legislativo
SGP-2

SEGUE M, UNIBDO S nesta data
documento S e papel de Informação
ubricado S sob folha S n.º 06 214
Em 16/03/2006


Luis Fernando Ruiz de Araújo
Subsecretário das Comissões - SGP-1



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha n.º	06	de	prec.
n.º	06.001	de	2006

Luis Fernando Braz de Araújo
Subsecretário das Comissões - SGP-1

Liderança do PSDB

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Na qualidade de Líder da Bancada do PSDB e na forma regimental, formulo a Vossa Excelência a seguinte questão de ordem, em vista dos fatos que passo a expor:

- 1- Na Sessão Ordinária realizada no dia 23 de fevereiro p.p., o Egrégio Plenário aprovou o RPP nº 1/2006, de autoria do nobre Vereador Adilson Amadeu, que constituiu Comissão de Estudos com vistas à apreciação de problemas referentes ao mobiliário urbano municipal, o qual foi protocolizado junto à Mesa na mesma data;
- 2- Ocorre que o § 2º do art. 164 do Regimento interno desta Casa de Leis dispõe que *"a discussão e votação dos requerimentos mencionados no inciso III e das moções, serão feitas na sessão subsequente à sua leitura"*;
- 3- Isto quer dizer que o processo de votação do aludido requerimento violou as disposições regimentais em vigor, vez que deveria ter ocorrido somente na sessão subsequente à sua apresentação;
- 4- Não bastassem os vícios insanáveis acima apontados, os quais devem redundar na anulação *"de ofício"* do processo de votação dessa matéria, na Sessão Ordinária realizada no dia 01 de março de 2006, a D. Presidência da Mesa anunciou a composição da mencionada Comissão de Estudos, a qual não obedeceu a proporcionalidade partidária a que se refere o art. 94, "caput", combinado com o parágrafo único do art. 100 do Regimento Interno;

-14-Mar-2006-15:16-011119

C.M.S.P. - SGP 2



Folha n.º	07	do proc.
n.º	06.001	de 2006

Luis Fernando Braz de Araújo
Subsecretário das Comissões - SGP-1

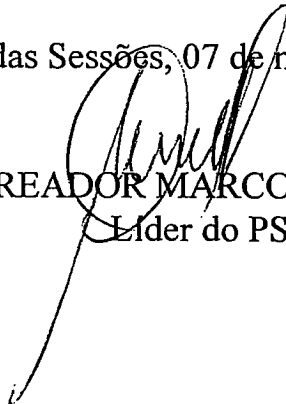
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Liderança do PSDB

5- Em vista disso, Senhor Presidente, o PSDB ficou impedido de designar um membro da agremiação para participar dos trabalhos daquela Comissão, fato esse sem precedente na história deste Legislativo.

A par do exposto, nos termos regimentais, requiro de Vossa Excelência esclarecimentos quanto aos fatos acima suscitados, bem como **seja declarada de ofício a anulação do processo de votação do Requerimento 1/2006, realizada na Sessão Ordinária do dia 23 de fevereiro de 2006.**

Sala das Sessões, 07 de março de 2006.


VEREADOR MARCOS ZERBINI
Líder do PSDB



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha n.º	08	de proc.
n.º	06.001	de 2006

Luis Fernando Braz de Araújo
Subsecretário das Comissões - SGP-1

Em resposta à questão de ordem formulada pelo Líder da Bancada do PSDB, nobre Vereador Marcos Zerbini, protocolada no dia 14 de março do corrente mês, a respeito do Requerimento RPP nº 01/2006, de autoria do nobre Vereador Adilson Amadeu, que solicitou a constituição de Comissão de Estudos para apreciação de problemas referentes ao mobiliário urbano municipal, esta Presidência tem a esclarecer:

De fato, o art. 164, § 2º do Regimento Interno estabelece que os requerimentos dessa natureza devem ser lidos numa sessão e votados na subsequente. No caso do requerimento em questão não foi diferente.

No Prolongamento do dia 22 de fevereiro do corrente ano, foram considerados lidos todos os papéis protocolados antes do seu início. No caso em tela, o Requerimento foi protocolado no dia 22 de fevereiro último, às 17h02min., sob o nº 011060, sendo que o Prolongamento do Expediente teve início às 17h37min. Inclusive, nessa mesma data, foram considerados lidos os Projetos de lei nºs 0089/2006 0090/2006, 0091/2006, que foram protocolados às 17h31min., sob os números 011061, 011062 e 011063, respectivamente, todos de iniciativa no nobre Vereador autor da questão de ordem, como se verifica nas cópias dos referidos documentos (anexos).

A apreciação do requerimento, no entanto, se deu no dia 23 de fevereiro, tendo havido apenas um equívoco na colocação do carimbo, razão pela qual determino à Subsecretaria de Apoio Legislativo a retificação da data constante do mesmo.

Quanto à composição da Comissão de Estudos, as disposições regimentais a serem seguidas são específicas, não se aplicando o art. 94, que trata das Comissões Parlamentares de Inquérito. Neste ponto, revejo a decisão anterior, para encaminhar o Requerimento 01/2006



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

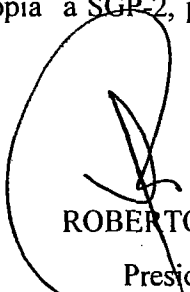
Folha n.º	089	da proc.
n.º	06.0019	de 2006

Luis Fernando Braz de Araujo
Subsecretário das Comissões - SGP-1

para apreciação dos Presidentes das Comissões envolvidas na matéria, no sentido de definir o número de componentes da mencionada Comissão de Estudos, bem como designá-los.

Desta forma, considerando que a aprovação do Requerimento seguiu as normas regimentais, não há razão para anular o processo de votação do Requerimento nº 01/2006. Portanto, indefiro a questão de ordem formulada pelo nobre Líder do PSDB, Vereador Marcos Zerbini, com a ressalva acima apontada.

Encaminhe-se o presente à Liderança do PSDB, para ciência e em seguida à SGP-16, para juntar ao processo em epígrafe, bem como cópia à SGP-2, para adoção das providências cabíveis.


ROBERTO TRIPOLI
Presidente

Área Técnica de Registro
SGP-4
23 FEV 2006

LIDO HOJE
23.02-06
PRESIDENTE

APROVADO
23 FEV 2006
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha n.º 10 do proc.
n.º 06.001 de 2006

Luis Fernando Braz de Araújo
Subsecretário das Comissões - SGP-1

REQUERIMENTO

06 - RPP
06-0001/2006

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do artigo 99 do Regimento Interno, a constituição de Comissão de Estudos para apreciação de problemas referentes ao mobiliário urbano municipal.

O mobiliário urbano da Cidade foi descaracterizado, propiciando inúmeras irregularidades, inclusive no tocante aos anúncios publicitários.

A Comissão poderá adentrar também aos critérios de licitação e contratação envolvendo a matéria e os procedimentos de fiscalização e licenciamentos realizados no Município, com a finalidade de apontar, se for o caso, medidas visando a reordenação da paisagem urbana municipal.

Sala das Sessões

Adilson Amador



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Luis Fernando Braz de Araújo
Subsecretário das Comissões - SGP-1

Vereador Marcos Zerbini

LIDO HOJE
AS COMISSÕES DE 22 FEV 2006
Constituição e Justiça
R. Vitor, 1411 - 1.º M. - Km 11 -
Itanópolis, Itaipava - RJ
R. Vitor, 1411 - 1.º M. - Km 11 -
Itanópolis, Itaipava - RJ

PROJETO DE LEI Nº 01- PL
01- 0089/2006

Acrescenta os incisos XXXV, XXXVI, XXXVII e XXXVIII ao artigo 8º e o inciso XIII ao artigo 9º da Lei nº 13.525, de 28 de fevereiro de 2003, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA:

Art. 1º O artigo 9º da Lei nº 13.525, de 28 de fevereiro de 2003 passa a vigorar acrescido de um inciso XIII, com a seguinte redação:

“XIII – mensagens aplicadas exclusivamente em telas de proteção, conservação, restauração ou recuperação de bens de valor cultural histórico, artístico, arqueológico ou paisagístico próprios ou de terceiros públicos ou privados, que visem veicular ou fixar a imagem da marca empresarial que esteja a patrocinar a realização do projeto com transferência total ou parcial de recursos, com finalidades promocionais, publicitárias e de retorno institucional, observadas ainda as seguintes condições:

1. as obras sejam instaladas em áreas enquadradas em ZEPEC, ou seja, em áreas do território destinadas à preservação, recuperação e manutenção do patrimônio cultural, histórico, artístico, arqueológico e paisagístico, configurados, inclusive, como sítios, edifícios e conjuntos urbanos e, especialmente, como Bens Imóveis Representativos (BIR) – imóveis ou conjuntos de imóveis de caráter histórico ou de excepcional valor artístico, cultural ou paisagístico, neles incluídos aqueles de valor referencial para a comunidade ;
2. as mensagens sejam inseridas na superfície da tela, não configurem relevo e não possuam espessura superior a 03 mm (três) milímetros e ocupem no máximo 10% (dez por cento) da área total da tela;

22 FEB 2006



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Vereador Marcos Zerbini

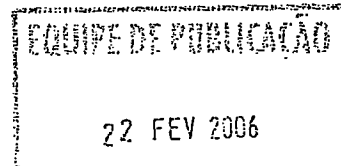
Folha n.º 12 de 12
n.º 06.001 de 2006

Luis Fernando Braz de Araújo
Subsecretário das Comissões - SGP-1

LIDO HOJE
AS COMISSÕES DE 22 FEV 2006
Comissão de Justiça
P. Val. Metrop. M. Ambrósio
Tramitação
Luis Fernando Braz de Araújo
In: 1º.º
P. S. J. N. T. E

PROJETO DE LEI N.º 01 - PL
01- 0090/2006

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de banheiros públicos nas estações da Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, localizadas no Município de São Paulo e dá outras providências.



A Câmara Municipal de São Paulo D E C R E T A :

Art. 1º - É obrigatória a instalação e o funcionamento de banheiros de utilização pública, separado por sexo e com dependências próprias às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, nas estações da Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, localizadas no Município de São Paulo.

§ 1º- As estações da Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, que já possuírem banheiros públicos, deverão adaptá-los ao uso por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

§ 2º- A instalação e a adaptação dos banheiros públicos já existentes às condições de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, deverão obedecer às normas técnicas da NBR 9050 da ABNT.

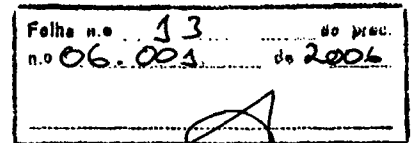
Art. 2º - A utilização dos banheiros públicos de que trata essa lei será gratuita, vedada qualquer cobrança de valores pela Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô ou por empresas concessionárias de empreendimentos comerciais que vierem a gerir os banheiros públicos.

Art. 3º - Os banheiros públicos de que trata essa lei, deverão estar localizados em área de livre acesso às pessoas que transitarem pelas estações, independentemente de serem ou não usuárias dos serviços da Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô.

Art. 4º - A Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, terá o prazo de 180 dias para realizar as instalações de banheiros públicos nas estações, nos termos do art. 1º desta lei, a contar da data de sua publicação.

A

C.M.B.P. - S.G.P.2
-22-Fev-2006-17:31-011002



Luis Fernando Braz de Araújo
Subsecretário das Comissões - SGP-1

Vereador Marcos Zerbini

LIDO HOJE
AS COMISSÕES DE: 22 FEV 2006
Constituição e Justiça
Hm: Pádua
Fin: 1.000.000,00

PROJETO DE LEI Nº 01 - PL
01- 0091/2006

Dispõe sobre o parcelamento de débitos de natureza tributária, vencidos e ainda não inscritos na Dívida Ativa, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo D E C R E T A:

Art. 1º Os débitos de natureza tributária vencidos e ainda não inscritos na Dívida Ativa, poderão ser parcelados em até 24 (vinte e quatro) prestações iguais, mensais e sucessivas, a exclusivo critério da autoridade fazendária, na forma e condições previstas nesta lei.

Parágrafo único. Poderá ser delegada a competência para autorizar o parcelamento, com ou sem o estabelecimento de alçadas de valor.

Art. 2º Poderão ser objeto de parcelamento os débitos:

- I – confessados espontaneamente pelo contribuinte;
II – originários de auto de infração.

Art. 3º O pedido de parcelamento só poderá ser feito:

- I – concomitantemente à formalização da confissão de débito tributário;
- II – na hipótese do inciso II do artigo 2º, enquanto não houver decisão definitiva no procedimento administrativo decorrente de apresentação de defesa pelo contribuinte.

Parágrafo único. No caso do inciso II, o pedido de parcelamento deverá conter declaração de desistência, irrevogável e irretratável, do procedimento administrativo de defesa.

22 FEV 2006

22-FEV-2006-17:31-01106



Folha n.º	14	de proc.
n.º	06.023	de 2006

Luis Fernando Braz de Araújo
Subsecretário das Comissões - SGP-1

Câmara Municipal de São Paulo

Ref.: Questão de Ordem protocolada sob nº 011119 de 14/03/06

À Liderança do PSDB

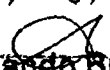
Em atendimento ao determinado pelo Nobre Presidente desta Edilidade, encaminho resposta à questão de ordem formulada pelo Líder dessa Bancada, para ciência e posterior devolução a esta Subsecretaria.

15/03/2006


ÂNGELA BORDIN ANDREONI
Subsecretária de Apoio Legislativo
SGP-2

SEGUIE _____, unido _____, nesta data
documento _____ e papel de informação
elaborado _____ sub folha _____ n.º 15 _____

Em 16 / 03 / 2006


Luis Fernando Braz de Araújo

_____, CPF: _____, RG: _____



Câmara Municipal de São Paulo

Subsecretaria das Comissões – SGP.1

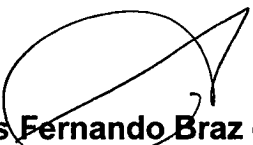
Folha n.º	15	de proc.
n.º	06.001	de 2006

Luis Fernando Braz de Araújo
Subsecretário das Comissões - SGP-1

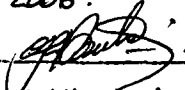
CERTIDÃO

De acordo com a informação prestada (fls.08) pelo Presidente Vereador Roberto Trípoli à questão de ordem formulada pelo Líder da Bancada do PSDB, que trata-se de equívoco a data indicada no carimbo "LIDO HOJE" aposto a fls.01 Certifico que, para todos os efeitos, leia-se 22.02.06 e não como consta.

16/03/2006


Luis Fernando Braz de Araújo
Subsecretário das Comissões SGP.1

SEGUIE _____, untado _____, nesta data
documento _____ e papel de informaçãc
ubricado _____ sob folha _____ n.º (16)
Em 22/03/2006.


Fernando José Alfonso Aruta
Supervisor de Equipe - SGP.16



Câmara Municipal de São Paulo

SUPERVISÃO DAS COMISSÕES EXTRAORDINÁRIAS E TEMPORÁRIAS

Folha n.º	16	de proc.
n.º	06-001	do 2006

Fernando José Alfonso Aruta
Supervisor de Equipe - SGP.16

À SGP.1 – Senhor Subsecretário,

A fim de prevenir equívocos, solicito a V.Sª que esclareça quais Comissões Permanentes mantêm relação com o objeto da presente Comissão de Estudos ou, de outro modo, se todas as Comissões Permanentes deverão indicar membro(s) para compô-la.

22/03/2006

Atenciosamente,

FERNANDO JOSÉ A. ARUTA
Supervisor de SGP-16

Ao SGP.16 – Senhor Supervisor

De acordo com os artigos 47, 99 e seu § 1º, todos do Regimento Interno, segue juntado documento contendo a composição dessa Comissão de Estudos indicada por quatro Presidentes de Comissão, para que seja marcada reunião de instalação.

27/03/2006

Luis Fernando Braz de Araujo
Subsecretário das Comissões – SGP.1

SEGUE _____, untado _____ nesta data
documento _____ e papel de informac
ubricado _____ sob folha _____ n.º 17 ✓
Em 27 / 3 / 06


Luis Fernando Braz de Araújo
Subsecretário das Comissões - SGP-1



Folha n.º	17	do proc.
n.º	06.001	de 2006

Luis Fernando Braz de Araújo
Subsecretário das Comissões - SGP-1

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Em cumprimento ao § 1º do artigo 99 do Regimento Interno informamos a composição da Comissão de Estudo criada para apreciação de problemas referentes ao mobiliário urbano municipal, sob a presidência do Vereador Aurélio Miguel

Comissão de Constituição e Justiça -

Comissão de Administração Pública -

Comissão de Transito Transportes e Atividade Econômica

Comissão de Finanças e Orçamento -

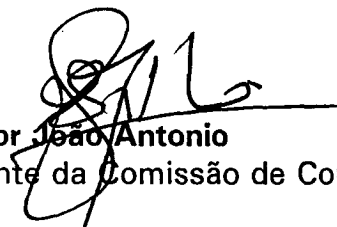
Vereador **Farhat**

Vereador **José Américo**

Vereador **Jorge Tadeu**

Vereador **Aurélio Miguel**

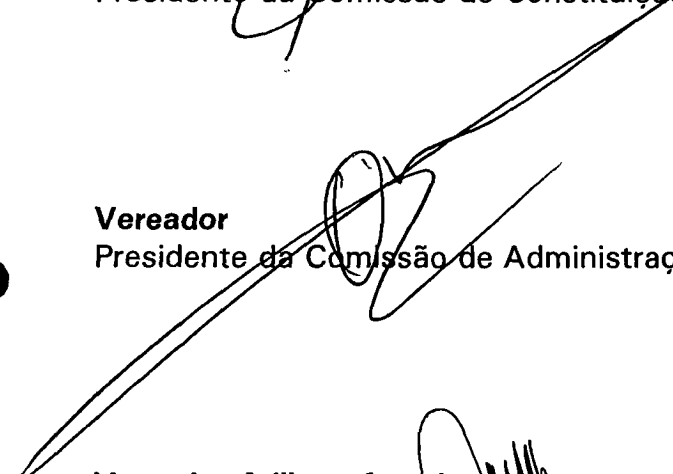
Vereador **Atila Russomano**


Vereador **João Antonio**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça


Vereador

Presidente da Comissão de Administração Pública


Vereador **Adilson Amadeu**

Presidente da Comissão de Transito Transportes e Atividade Econômica


Vereador **Antonio Carlos Rodrigues**

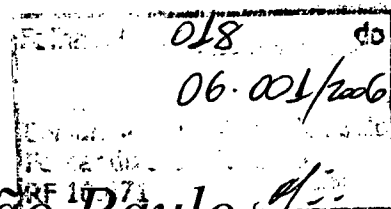
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

SEGUEM JUNTADOS, DOCUMENTOS
RUBRICADOS COMO FOLHAS Nº 18 E SEQUENTES.
05/05/2006.

Fernando José [Signature]
Supervisor de Equipe - SGP.16



Câmara Municipal de São Paulo



COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO DE PROBLEMAS REFERENTES AO MOBILIÁRIO URBANO MUNICIPAL (RPP 06-0001/2006)

São Paulo, 4 de maio de 2006.

MEMO CE-MOBURB Nº 002/2006

EXMO(A) SR(A) VEREADOR(A)

Na qualidade de Presidente da Comissão em epígrafe, por acordo firmado pelos presidentes das Comissões Permanentes que indicaram membros, **convoco** V.Exa. para a **reunião de instalação** da Comissão de Estudos sobre mobiliário urbano no **dia 9 de maio de 2006, próxima terça-feira, às 14 horas, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º Subsolo.**

Atenciosamente,

VEREADOR AURÉLIO MIGUEL
Presidente da Comissão

“Recebi a presente convocação em 5/5/2006.”

AURÉLIO MIGUEL	<u><i>Aurelio</i></u>	RF <u>27062</u>	<u>70</u>
JOSÉ AMÉRICO	<u><i>José Américo</i></u>	RF <u>26200</u>	<u>40</u>
JORGE TADEU	<u><i>Jorge Tadeu</i></u>	RF <u>27.363</u>	<u>110</u>
FARHAT	<u><i>Farhat</i></u>	RF <u>21250</u>	<u>50</u>
RUSSOMANNO	<u><i>Russomanno</i></u>	RF <u>26955</u>	<u>40</u>



Câmara Municipal de São Paulo

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIACAO DE PROBLEMAS REFERENTES AO MOBILIÁRIO URBANO MUNICIPAL (RPP 06-0001/2006)

Folha nº 027 do
Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

Folha nº 019 do
Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIACÃO DE PROBLEMAS REFERENTES AO MOBILIÁRIO URBANO MUNICIPAL (RPP 06-0001/2006) – Aos 9 dias de maio de 2006, reuniram-se os Vereadores Aurélio Miguel – Presidente da Comissão por força de acordo prévio firmado pelos presidentes das Comissões Permanentes que indicaram membros -, Farhat, Jorge Tadeu e Attila Russomanno, com a finalidade de instalar a Comissão de Estudos para apreciação de problemas referentes ao mobiliário urbano municipal. Os membros presentes decidiram protelar para a próxima reunião a eleição do Relator, em respeito aos ausentes – os Vereadores José Américo e, naquele momento, Jorge Tadeu que ainda não havia chegado. O Presidente explanou sobre os motivos que levaram à criação da Comissão. O Vereador Farhat entrou com requerimento, aprovado por unanimidade, para que a Comissão convide diretor da Emurb para dar esclarecimentos a respeito de licitação para instalação e manutenção do mobiliário urbano, divulgada em reportagem do jornal O Estado de São Paulo, no caderno Metrópole, edição de 3 de março de 2006. Por sugestão do Presidente e, mediante a concordância de todos, as reuniões ordinárias serão realizadas sempre às terças-feiras, às 14 horas. Por fim, declarou instalada a Comissão e encerrou os trabalhos. A íntegra das notas taquigráficas compõe a ata da reunião. Eu, Fernando José Alfonso Aruta, secretariei a presente reunião e dela lavrei ata que vai assinada pelos membros presentes e por mim.

AURÉLIO MIGUEL, Presidente

FARHAT

JORGE TADEU

ATTILA RUSSOMANNO

FERNANDO JOSÉ A. ARUTA, na Secretaria



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 01871 do
Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

Folha nº 020 do
Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

SEM REVISÃO
TAQUIGRAFIA

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO DE
PROBLEMAS REFERENTES AO MOBILIÁRIO
URBANO MUNICIPAL

PRESIDENTE: AURÉLIO MIGUEL

REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 09 de maio de 2006

OBSERVAÇÕES:



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	020	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

rod.:FO1 fl.:1 taq.:DALVA
Orador(es):

rev.:

evento:8273

data:09-05-06

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Está instalada a Comissão de Estudos sobre Mobiliário Urbano e Paisagismo Urbano.

Nos termos do acordo firmado pelos presidentes das Comissões Permanentes, que indicaram membros, assumo a Presidência da Comissão de Estudos para apreciação de problemas referentes ao mobiliário urbano municipal criado pelo requerimento 6/01 de 2006, com a presença dos Srs. Vereadores Aurélio Miguel, na Presidência, Farhat, José Américo, Jorge Tadeu e Russomanno. Há possibilidade do Vereador Juscelino Gadelha por acordo da Casa, representando o PSDB, participar desta Comissão, também representando a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Assim que tivermos o documento oficial da Comissão ele assumirá a comissão.

O objetivo da Comissão é relativo ao mobiliário urbano, que também trata da paisagem urbana da cidade de São Paulo. A Prefeitura do Município está fazendo um estudo, também, - saiu inclusive no dia 03 de março de 2006 - que São Paulo faz licitação para mudar a cara. E fazendo um estudo rápido, pude observar que têm alguns problemas aqui que temos de corrigir aqui a Câmara Municipal de São Paulo. Até porque tem a lei 13.517, de 29 de janeiro de 2003, no seu artigo 1º, coloca o seguinte: "Fica o Executivo autorizado a conceder, mediante licitação a empresa ou consórcio de empresas a criação, o desenvolvimento, a elaboração dos respectivos projetos. A fabricação, o fornecimento, a instalação, a manutenção e a conservação dos equipamentos municipais do do mobiliário urbano discriminado nessa lei". Na verdade o Executivo, ele abre uma licitação, que a pessoa vai tirar o projeto, vai dizer o que é, e o que não é, acho que está um pouco em desacordo

Folha nº	021	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 021 do
Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RA 10.871

rod.:FO1 fl.:2 taq.:DALVA
Orador(es):

rev.:

evento:8273

data:09-05-06

com o correto. O correto é a Prefeitura, falar, bom: a cidade de São Paulo vai tratar o mobiliário urbano, dizendo que nos pontos de ônibus, não vão ser dessa forma, nas ruas vão ser dessa forma, enfim, outros aspectos do mobiliário urbano.

Primeiro precisa criar as regras, depois fazer a licitação. Não da forma que ela está fazendo. O estudo quem elabora, a elaboração dos projetos, é a Prefeitura do Município de São Paulo. Não a empresa que vai participar da licitação. É como eu participar da licitação, da construção de um prédio, mas você não sabe como é o prédio. Se é de 50, 20 ou 10 andares. Se é de fachada de vidro, de placas de concreto enfim, quem tem de fazer o estudo e os projetos é a Prefeitura do Município de São Paulo, como foi feito em Buenos Aires. Tem de ter um projeto para saber o que vamos licitar. Acho que começa daí o erro da Prefeitura do Município de São Paulo. É nesse sentido e também em relação as questões da paisagem urbana da cidade de São Paulo, que propomos a formação dessa comissão de estudos para tentar melhorar um pouquinho a paisagem urbana da cidade de São Paulo.

Com a palavra o nobre Vereador Farhat.

O SR. FARHAT - Inicialmente, quero cumprimentar a V.Exa., cumprimentar o nobre Vereador Russomanno e o nobre Vereador Jorge Tadeu, e dizer que esta comissão é de fundamental importância para a cidade de São Paulo. Na gestão passada, a Casa analisou e acabou votando um projeto em relação a paisagem urbana da cidade, foi um projeto muito amplo, mesmo que debatido exaustivamente, na sua aplicação, na execução desse projeto de lei, verificamos, que qualquer

Folha nº 022 do
Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RA 10.871



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 023 do
Processo nº 06-001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

rod.:FO1 fl.:3 taq.:DALVA
Orador(es):

rev.:

evento:8273

data:09-05-06

cidadão que more nessa cidade, pode verificar que há alguns exageros na colocação da paisagem, mesmo de forma regular de acordo com a lei.

Então evidentemente que na elaboração da discussão do projeto na gestão passada, evidentemente, que algumas situações não ficaram muito bem esclarecidas e que poderão ser corrigidas. Todos há de convir que a divulgação de produtos de serviços, é importante. A propaganda é alma do negócio. Porém a divulgação desses produtos, desses serviços tem de ser feita de forma ordenada.

Nesse sentido cumprimento V.Exa. por ter proposto a Comissão de estudos, que como o próprio nome diz, vai re-estudar o problema da publicidade e paisagem urbana na cidade de São Paulo. E por outro lado essa comissão tem por objetivo apreciar o problema do mobiliário urbano que faz parte do mobiliário urbano. Temos notícia de que a Emurb está colocando uma licitação para que os interessados possam apresentar propostas. E V.Exa. falou que esse tipo de licitação, talvez não seja o mais adequado porque a municipalidade, por meio da Emurb, evidentemente, teria de ter um projeto básico e em cima desse projeto básico colocaria e apresentaria suas propostas.

Sr. Presidente, encerrando minha fala, deixo aqui um requerimento, se V.Exa. e os demais membros concordarem, para que nós façamos um convite, ao Diretor da Emurb, para que ele, em princípio, possa nos esclarecer dessa notícia relativa a colocação de uma licitação para o mobiliário urbano. Se realmente essa licitação já esta na praça, como se diz, está sendo elaborada, enfim, para que preliminarmente, esta comissão tenha conhecimento do que está sendo proposto pelo Executivo. Deixo aqui essa proposta, esse requerimento



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 023 do
Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

rod.:FO1 fl.:4 taq.:DALVA
Orador(es):

rev.:

evento:8273

data:09-05-06

verbal, para que na próxima reunião, ou quando entender o Presidente e todos os Srs. Membros da Comissão possamos já de antemão, convidar o representante do setor competente da Emurb para nos esclarecer quais são os objetivos da municipalidade ao divulgar que vai colocar na praça uma licitação ao mobiliário urbano.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) -

Folha nº 024 do
Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	025	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

rod.:FO2 fl.:1 taq.:DALVA
Orador(es):

rev.:

evento:8273

data:09-05-06

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Quero registrar a presença do nobre Vereador Jorge Tadeu e da nobre Vereadora Soninha. Os Srs. Vereadores favoráveis ao requerimento do nobre Vereador Farhat permaneçam como estão. Aprovado.

Lembro aos Srs. Vereadores que da forma que esta feita aqui na lei 13.517, favorece as empresas estrangeiras. E as empresas nacionais não têm a mínima chance de disputar da forma como está. Por isso, acho, primeiro, como eu tinha dito inicialmente, o nobre Vereador Farhat também falou, precisa ter um projeto, primeiro o que será licitado, para depois licitar. Não a empresa vem com um projeto e aí vai ganhar aquela que apresentar o projeto mais bonitinho. Primeiro se faz o projeto, o que vamos fazer na cidade de São Paulo, depois se licitar. Acho que com isso a cidade de São Paulo ganha.

Outro aspecto importante desta Comissão, diz respeito ao mobiliário urbano e da paisagem urbana. Verifiquei que alguns dias atrás, se não me engano, se é uma central ou um sindicato das empresas de anúncios da cidade de São Paulo, fizeram uma propaganda dizendo da necessidade. Eles têm uma urgência da regulamentação de uma lei correta e justa para que eles possam operar na cidade de São Paulo, segundo consta tem muitos que estão em desacordo com a legislação e outros que gostariam de estar de acordo com a legislação.

Conversando com os representantes das empresas desse segmento, que propuséssemos uma lei que atendesse às necessidades dessas empresas e também às necessidades da cidade de São Paulo e também em relação a questão da poluição visual da cidade de São Paulo. Se observarmos aí nas Marginais, têm diversos back-lights. Não sei se



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	02570	de
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

rod.:FO2 fl.:2 taq.:DALVA
Orador(es):

rev.:

evento:8273

data:09-05-06

aqueles anúncios estão de acordo com a legislação. Temos de estudar em relação a poluição visual da cidade de São Paulo.

No meu entendimento era isso que eu tinha a dizer. Tem alguém que gostaria de manifestar? (Pausa) Gostaria de propor aos Srs. com relação ao dia e horário da realização das reuniões ordinárias desta Comissão. Acho que as terças-feiras, às 14 horas é um bom dia, e se eventualmente houver necessidade de uma oitiva, e chegarmos à conclusão de que possa demorar mais que uma hora, marcamos uma reunião extraordinária em outro horário. Se todos concordarem, esta comissão se reunirá todas as terças-feiras, em local a ser definido pela Secretaria. Aprovado

Tem a palavra o nobre Vereador Farhat.

O SR. FARHAT -

Folha nº	026	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	027	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

rod.:F03 fl.:1 taq.:DALVA
Orador(es):

rev.:

evento:8273

data:09-05-06

O SR. FARHAT - Sr. Presidente, acho que foi importante a fala de V.Exa. no sentido de que temos de dar também, tranqüilidade as empresas que exploram a publicidade na cidade de São Paulo. Estamos vendo pelos jornais e noticiário em geral, que praticamente a cada semana a municipalidade está tomando algumas providências em relação a colocação de anúncios. Uma legislação complementar a que já existe, vai trazer benefícios, esse também é o objetivo, para as empresas de publicidade. Para elas poderem trabalhar com segurança e saberem exatamente onde podem colocar seus anúncios, de que forma. Isso é muito importante, não só para a cidade de São Paulo, para ordenar a paisagem urbana, o problema da poluição visual, mas também é importante para que as empresas que exploram publicidade tenham a tranqüilidade de poder trabalhar e poder colocar seus anúncios em locais devidamente consignados na Legislação, para que futuramente, não passam por problemas como estão passando agora.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Não havendo mais vereador escrito para falar, quero deixar claro que está instalada a Comissão do Mobiliário Urbano e do Paisagismo Urbano. Quero agradecer a presença de todos.

Estão encerrados nossos trabalhos.

Folha nº	027	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Gabinete do Vereador DR. FARHAT

Folha nº	028	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

Folha nº	028	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

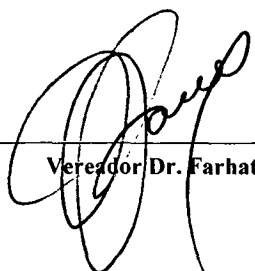
São Paulo 09 de maio de 2006.

Memo nº 33CN/2006

Exmo. Sr. Presidente
da Comissão de Estudos relativa ao Mobiliário Urbano e Paisagem Urbana

Requeiro, nos termos regimentais, à vista da reportagem do jornal O Estado de São Paulo (em anexo) dando conta que a EMURB – Empresa Municipal de Urbanização lançará licitação relacionada a equipamentos concernentes ao objeto da presente Comissão de Estudos, que seja convidado Diretor da aludida empresa para prestar esclarecimentos e informações à respeito que certamente contribuirão positivamente para os trabalhos a serem desenvolvidos por esta Comissão.

Atenciosamente,



Vereador Dr. Farhat

Viaduto Jacareí nº 100, 5º Andar, Sala 507 – Centro – São Paulo/SP – Cep.01319-900

Tel. (11) 6824.4299 – Fax (11) 6824.3962 – e.mail : dr.farhat@terra.com.br

Homepage www.farhat.adv.br

Impresso no serviço gráfico da CMSP, na cota e a pedido do Vereador

METRÓPOLE

INCLUI
CLASSIFICAD



HÉLVIO ROMERO/AE

Sem alvinegros
Liga diz 'viver bem'
sem Gaviões, que
planeja o Carnafiel
OPÁG.C6



MARCOS D'PAULA/AE

Roubo no museu
Polícia achou
moldura de obra de
Picasso queimada
OPÁG.C3



VIDAL CAVALCANTE/AE

SP alaga de novo
Chuva provocou
estragos em
toda a cidade
OPÁG.C3

ADMINISTRAÇÃO

SP faz licitação para mudar de car:

Idéia é assinar contrato de 20 anos para empresa instalar e manter mobiliário urbano, explorando espaço público

Bruno Paes Manso

A Prefeitura vai lançar até o início de abril licitação para mudar a cara de São Paulo. A concorrência vai conceder ao vencedor por 20 anos os serviços de instalação e manutenção de cerca de 9 mil novos equipamentos espalhados pelas ruas, como abrigos de pontos de ônibus e de táxi, banheiros públicos, cabines de segurança e quiosques de informação turística - itens

'Edital favorece multinacionais', acusa sindicato

... O presidente do Sindicato das Empresas de Publicidades Exteriores de São Paulo (Sepex), Julio Albieri, acredita que o edital a ser lançado pela Prefeitura para exploração de mobiliário urbano favorece grandes empresas. Ele citou a



WILTON JUNIOR/AE

Folha nº 029
Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Presidente José A. Aruta
RFA nº 1

Suspeita elev

a investigaç:
de edital
lançado no I

Vannildo Mendes
BRASILIA

no chamado mobiliário urbano.

O edital em elaboração pela Empresa Municipal de Urbanização (Emurb) não dividirá a cidade em lotes, como ocorre em outras concorrências. O vencedor será responsável pela instalação dos equipamentos em toda a capital. O modelo recebeu críticas de empresas nacionais, para as quais isso reduz suas chances de competir.

O concessionário terá de instalar e manter os equipamentos sem cobrar nada do Município. Além disso, vai repassar um percentual do faturamento à Prefeitura. Em contrapartida, poderá explorar por 20 anos cerca de 14 mil faces de espaço publicitário (frente e verso de

concorrência realizada em Buenos Aires, no fim do ano passado, como modelo que permite a participação de empresas menores.

A capital argentina foi dividida em três lotes, o que exige menor fôlego para investimentos. E as empresas só executam um projeto definido previamente. Em São Paulo, a vencedora deve criar modelos para os equipamentos e executá-los. "Isso dá à disputa um caráter subjetivo. A empresa pode contratar o Oscar Niemeyer e vencer. Tudo fica mais objetivo e transparente quando as empresas só executam o projeto de terceiros." ●



Desde 2002, o governo do DF muda com a espanhola Cemur para garantir a construção, forma e manutenção de pontos de ônibus, sanitários e outros equipamentos em troca de participação na receita publicitária. O contrato abrange o Plano Piloto e cidades-satélites populosas, como Taguatinga, Ceilândia e Guará. A escolha da Cemur para explorar por até 20 anos a propaganda no DF ocorreu em meio a suspeitas de irregularidades na concorrência.

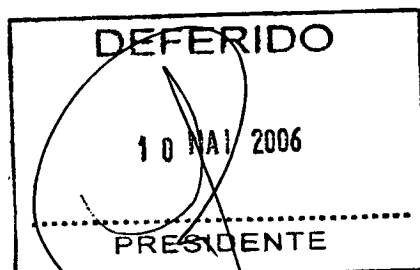
Em 2002, reportagens da imprensa local levaram a Câmara Distrital e o Ministério Público do DF a investigarem denúncias de que a licitação tinha sido



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 030 do
Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

Folha nº 030 do
Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871



REQUERIMENTO

13 - RDS
13- 0804/2006

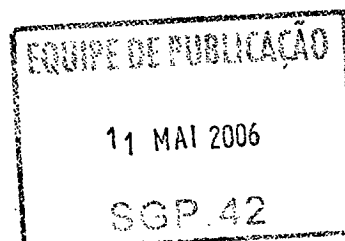
REQUEIRO, como Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamentos a indicação do nobre Vereador Juscelino Gadelha como membro da Comissão de Estudos para Avaliação dos Problemas Referentes ao Mobiliário Urbano.

CMSP - SGP 2

-10-Mai-2006-16:21-011199

Sala das Sessões,


Vereador Antonio Carlos Rodrigues



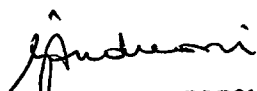
A SGP 16

Sr. Supervisor,

Folha nº 030-VERSO do
Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

Para ciência e providências pertinentes e
posterior juntada aos respectivos autos.

11/05/06


ANGELA BORDIN ANDREONI
Subsecretaria de Apoio Legislativo
SGP-2

SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO



Câmara Municipal de São Paulo

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIAÇÃO DE PROBLEMAS REFERENTES AO MOBILIÁRIO URBANO MUNICIPAL

Folha nº	022	do
Processo nº	001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

Folha nº	031	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

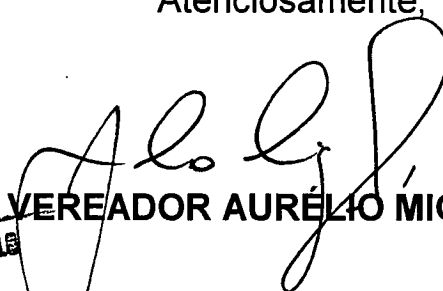
São Paulo, 10 de maio de 2006.

MEMO. MOBURB N.º 006/2006

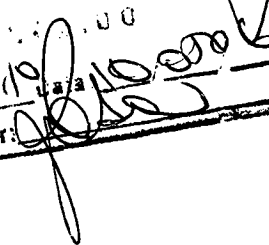
Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão em epígrafe, venho solicitar que o servidor **JORGE TUPYNAMBÁ REIS TELLES FERREIRA FILHO**, RF nº 582.918.601, atualmente lotado na Superintendência de Usina de Asfalto – SPUA, seja comissionado junto a esta Comissão a fim de auxiliar nos trabalhos.

Atenciosamente,


VEREADOR AURÉLIO MIGUEL

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
PRESIDÊNCIA

Prot. nº 18.110
Recebido por: 

(transmitido em 16/5/06)



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº	032	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
José A. Aruta		
RF 10.871		

**COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APECIAÇÃO
DE PROBLEMAS REFERENTES
AO MOBILIÁRIO URBANO MUNICIPAL (RPP 06-0001/2006)**

Folha nº	032	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
José A. Aruta		
RF 10.871		

São Paulo, 10 de maio de 2006.

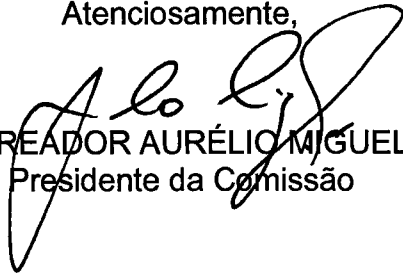
Of. CE-MOBURB nº 001/2006

Senhora Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, convido V.S^a, ou diretor especialmente indicado, para participar de nossa reunião de **23 de maio do corrente, às 14h**, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º Subsolo desta Edilidade, para prestar esclarecimentos e informações a respeito de licitação mencionada em reportagem do jornal O Estado de São Paulo (cópia anexa), o que certamente contribuirá com os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão.

Ao ensejo, transmito a V.S^a nossos protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,


VEREADOR AURÉLIO MIGUEL
Presidente da Comissão

A Sua Senhoria a Senhora
MARIA ANGÉLICA TRAVOLO POPOUTCHI
Mui Digna Presidente da EMURB
Rua São Bento, 405, 16º andar, Centro
Tel 3242-2622

/FAX 3241-3605

TRANSMISSION VERIFICATION REPORT

TIME : 05/16/2006 12:29

DATE, TIME	05/16 12:27
FAX NO./NAME	032413605
DURATION	00:01:30
PAGE(S)	01
RESULT	OK
MODE	STANDARD

Folha nº 033 do
 Processo nº 06-001/2006
 Câmara Municipal de São Paulo
 Fernando José A. Aruta
 RF 10.871

TRANSMISSION VERIFICATION REPORT

TIME : 05/16/2006 12:26

DATE, TIME	05/16 12:26
FAX NO./NAME	032413605
DURATION	00:00:42
PAGE(S)	00
RESULT	NG
MODE	STANDARD

Folha nº 033 do
 Processo nº 06-001/2006
 Câmara Municipal de São Paulo
 Fernando José A. Aruta
 RF 10.871



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 034 do
Processo nº 06-001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO DE PROBLEMAS REFERENTES AO MOBILIÁRIO URBANO MUNICIPAL (RPP 06-0001/2006)

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO DE PROBLEMAS REFERENTES AO MOBILIÁRIO URBANO MUNICIPAL (RPP 06-0001/2006) – Aos 23 dias de maio de 2006, às 14 horas, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º subsolo do Palácio Anchieta, em primeira Reunião Ordinária da Comissão de Estudos para apreciação de problemas referentes ao mobiliário urbano municipal, reuniram-se, sob a presidência do Vereador Aurélio Miguel, os Vereadores-membros Farhat, Jorge Tadeu, Attila Russomanno, José Américo e Juscelino Gadelha – indicado pelo Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento após a instalação desta Comissão de Estudos -, com a finalidade de ouvir os esclarecimentos da EMURB, representada pelo Sr. Luís Eduardo Brettas, Gerente de Paisagem Urbana. Estava também presente a Sra. Matilde da Costa, assessora da Sra. Regina Monteiro, Diretora de Meio Ambiente e Paisagem Urbana da EMURB. Todos os questionamentos giraram em torno de novo edital em desenvolvimento para reformulação do mobiliário urbano da Cidade, de sua amplitude e dos critérios utilizados na sua formulação. A Comissão, nas palavras do Sr. Brettas, é provavelmente o foro mais adequado para tal discussão, motivo pelo qual comprometeu-se a enviar, após repetidas solicitações, todos os estudos até então realizados com dita finalidade. Os membros decidiram protelar a escolha do Relator. O Vereador Juscelino entrou com requerimento, aprovado por unanimidade, para que a Comissão convide o representante legal do Sepex – Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior do Estado de São Paulo para a próxima reunião, no dia 30 de maio próximo. Nada mais havendo, o Presidente encerrou os trabalhos. A íntegra das notas taquigráficas compõe a ata da reunião. Eu, Fernando José Alfonso Aruta, secretariei a presente reunião e dela lavrei ata que vai assinada pelos membros presentes e por mim.

AURÉLIO MIGUEL, Presidente

ATTILA RUSSOMANNO

FARHAT

JORGE TADEU

JOSÉ AMÉRICO

JUSCELINO GADELHA

FERNANDO JOSÉ A. ARUTA, na Secretaria



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

SEM REVISÃO
TAQUIGRAFIA

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO DE
PROBLEMAS REFERENTES AO MOBILIÁRIO
URBANO MUNICIPAL

PRESIDENTE: AURÉLIO MIGUEL

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 23 de maio de 2006

OBSERVAÇÕES:

Há grafia(s) não confirmada(s)

Intervenção simultânea ininteligível/inaudível

Fazer encaixe de texto lido



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 036 do
Processo nº 06-91/2006
para Marcação de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

rod.:Q01 fl.:1 taq.:REGINA
Orador(es):

rev.:

evento:8309

data:23-05-06

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Está aberta a primeira reunião ordinária da comissão de estudos para apreciação de problemas referentes ao mobiliário urbano municipal, com a presença dos Vereadores: Aurélio Miguel, na presidência; Atila Russomanno; Juscelino Gadelha e Jorge Tadeu Mudalen.

Tem aqui na pauta para escolhermos o relator. Mas como não estão todos presentes ainda, vamos postergar a decisão, é melhor. Se todos estiverem de acordo. (Pausa) Acho que estando todos aqui é melhor.

Também há requerimento do Vereador do Farhat à Diretoria da EMURB.

- É lido o seguinte.



Câmara Municipal de
TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 037 do
Processo nº 006-001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10371

rod.:Q01 fl.:2 taq.:REGINA
Orador(es):

rev.:

evento:8309

data:23-05-06

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Estão presentes o Gerente de Paisagem Urbana, Luís Eduardo Bretas e Matilde da Costa, assessor da Dra. Regina Monteiro, Diretora de Meio-Ambiente e Paisagem Urbana da EMURB. Aproveito para agradecer a presença dos senhores.

Gostaria de registrar a presença do Vereador José Américo.

Convido o Sr. Luís e a Sra. Matilde para se sentarem ali.

(Pausa) É só Sr. Luís quem vai falar? (Pausa)

Gostaria de registrar a presença do Vereador Farhat, inclusive o requerimento partir dele. Nós, na verdade, aprovamos requerimento para o comparecimento da diretora, a Dra. Regina Monteiro.

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - Infelizmente, neste momento está acontecendo o desenvolvimento do Plano Estratégico da EMURB em que a presença dos cinco diretores é imprescindível. Então, por isso mesmo, ela pediu desculpas pelo não-comparecimento e pediu que nós a representássemos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Foi pedido no requerimento, se não me engano, que mandasse todos os estudos, o projeto. Vocês...

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - Na verdade, eu acho que poderia colocar um pouco em que pé está o processo, esclarecer um pouco a situação toda.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Está bem. Tem a palavra o Sr. Luís Eduardo Bretas, com a palavra para o registro nas notas taquigráficas.

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - Acho que como todos conhecem bem, o encaminhamento, a EMURB desde o final do ano passado recebeu



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 038 do
Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

rod.:Q01 fl.:3 taq.:REGINA
Orador(es):

rev.:

evento:8309

data:23-05-06

novamente através de decreto do Prefeito a incumbência de realizar, de conduzir todo o processo licitatório para escolher um novo concessionário da exploração publicitária de todos os equipamentos do mobiliário urbano, como a contrapartida, na verdade, que vai oferecer ao Município de São Paulo pela instalação de todos esses equipamentos. Na verdade, estamos outorgando o direito da exploração publicitária pela obrigação da instalação da necessidade que o Município tem por equipamentos. Então, todo o processo é encaminhado com esse sentido e único objetivo. Temos hoje diversos itens, são abrigos de ônibus, pontos de ônibus, abrigos de táxi, totens para aplicação de lambe-lambe, sanitários públicos. Todos são equipamentos do mobiliário urbano, definidos por lei, e que hoje através dos decretos, a exploração publicitária em cima desses equipamentos vai ser outorgada por conta da contrapartida pela instalação dos equipamentos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Saiu uma notícia de que abriria licitação já. Então já deve estar com os estudos prontos, se não, não abriria a licitação, não é?

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - Na verdade, todo esse processo já foi e voltou diversas vezes justamente pela complexidade do tema. O tema não é simples, a quantificação e o equilíbrio financeiro de um contrato desse porte, para uma cidade como São Paulo, é bastante complexo. No início do ano passado, entre fevereiro e março, a Secretaria de Governo contratou estudo da Fundação FUPAN, fundação para pesquisa e desenvolvimento interna da USP, Universidade de São Paulo, dentro da Faculdade de Arquitetura. Ela foi contratada por SGM para elaborar estudo inicial com relação a pontos de implantação e



rod.:Q01 fl.:4 taq.:REGINA
Orador(es):

rev.:

evento:8309

data:23-05-06

toda especificação dos equipamentos. Esse estudo chegou, temos ele como uma base...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - O senhor poderia mandar uma cópia para nós? Porque foi até feito o pedido de que mandassem tudo que dissesse respeito.

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - É, mas eu não... Infelizmente, eu não... Como a gente teve todos esses problemas todos na EMURB, entre aspas, esse documento ainda não é um documento. É óbvio que vamos à comissão, mas ele ainda não é público justamente pela complexidade do problema. É óbvio que não está pronto. Não é um documento que vai ser... Ele está muito longe do que vai ser o edital. Quer dizer, estamos...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - O edital, o edital já tinha um edital pronto?

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - Não, também não. Nós tivemos um edital muito antigo que também está longe de qualquer necessidade. Foi tentado um edital em que a gente dividia, teve edital para exploração das placas, só da parte das placas de logradouro que também é um item do mobiliário urbano, mas tem tratamento diferenciado, destacado dos outros equipamentos. Dentro do decreto, ele está separado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Esse recente, de agora? Tem um das placas agora que vocês estão fazendo estudo para mudar as cores.

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - Esse das cores, na verdade, ele não é ainda o edital com exploração publicitária.

Ele vai ser um contrato...(Q02)



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAF

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	040	do
Processo nº	06-091/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RFA 0.871		

rod.:Q02 fl.:1 taq.:REGINA
Orador(es):

rev.:

evento:8309

data:23-05-06

Ele vai ser um contrato em que nós vamos atender uma emergência do Município de São Paulo pelo emplantamento e vamos começar a desenvolver um novo padrão, tentar implantar um novo padrão, e verificar no piloto do processo até que consigamos soltar o novo edital com exploração que vai acontecer em aproximadamente um ano.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Tem a palavra, pela ordem, José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Tenho algumas dúvidas que são as seguintes. Primeiro, aproveito a oportunidade para pedir esclarecimentos para você. Com relação às placas, o emplantamento de rua. Quer dizer, venceu o contrato com a empresa que detinha há alguns anos, e vocês não renovaram e vão fazer um contrato de emergência?

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - Não, não é um contrato de emergência. É um contrato de manutenção dos equipamentos que estão sendo abalroados na rua, exclusivamente. Não vamos fazer a implantação de novas placas, vamos fazer substituição das placas com problemas de depredação e abalroamento.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - E com relação às novas placas?

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - As novas placas ficam paradas, congeladas, neste momento, aguardando o novo contrato que vai oferecer de novo a exploração publicitária, tendo como contrapartida a instalação também.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Vocês vão abrir uma nova concorrência?

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - Exatamente, com certeza. Nós já abrimos o ano passado, ela teve diversas contestações e foi cancelada.



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO – SGP-4

folha nº 041
Processo nº 06.001/2006
São Paulo
Fernando José A. Araújo
RG 10.871
A

rod.:Q02 fl.:2 taq.:REGINA
Orador(es):

rev.:

evento:8309

data:23-05-06

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Eu me lembro. É que eu acho que esse contrato de manutenção, não acho que seja contrato, acho que é uma forma disfarçada de fazer um contrato de emergência. Eu vou fazer um pedido de informação para vocês porque eu acho que não é correto. Mas só para fazer, só para jogar aberto porque eu acho que não é correto. Acho que tinha que abrir uma nova licitação e ponto. Essa coisa de manutenção, eu acho que é uma forma... Vou fazer um pedido de informação e vou, diante da sua resposta oficial, da resposta oficial da EMURB, gostaria de tomar providências. Mas eu me inscrevi para perguntar uma outra coisa: vocês estão preparando um edital, esse edital supõe concorrência, são uma ou duas concorrências? Uma para construir equipamentos e outra para exploração publicitária ou tudo junto? E eu vou dizer por quê. Porque em separado, como foi em Buenos Aires, separado, quer dizer, primeiro faz para equipamento e depois para exploração publicitária porque são empresas de natureza diferente. Se você faz uma licitação só, quem ganhar vai sublocar, não tenha dúvida. Ou é uma empresa de publicidade que vai sublocar a construção de equipamentos ou é uma empresa de equipamentos que vai sublocar a publicidade. Então, porque não faz uma coisa em separado seguindo o modelo portenho? Essa é uma pergunta que eu faria a você.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Pela ordem. Aproveitando a oportunidade, na verdade, tem um outro aspecto, o da criação. Por isso eu perguntei se tinha estudo porque na verdade vai ganhar quem tiver o melhor projeto, e na verdade quem deveria dar os rumos do projeto é a EMURB, é a Prefeitura, não a empresa.



Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 042 do
Processo nº 06-901/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.671

rod.:Q02 fl.:3 taq.:REGINA
Orador(es):

rev.:

evento:8309

data:23-05-06

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Entendi, é um outro problema, claro. Está certo.

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - Gostaria de colocar assim algumas coisas separadas também por item. No caso do emplacamento da cidade, ele tem uma particularidade, a cidade é complexa, todos conhecemos muito bem a cidade. E a implantação é difícil. O equilíbrio de um contrato desses, já tivemos problema no edital passado, estamos tentando justamente não cair no mesmo problema. Estamos tentando colocar um edital que efetivamente consigamos escolher um novo concessionário de exploração, e com a obrigação da implantação. Por conta disso, estamos mudando completamente a sistemática de controle que tínhamos - na verdade não tínhamos, o Município não tinha o menor controle em cima do contrato passado, que era originalmente feito na época da Secretaria das Administrações Regionais, quer dizer, contrato de 30 anos atrás, que foi repassado, ele circulou por diversas secretarias. Foi para Sehab, Sempla e por fim num passe de mágica acabou caindo em EMURB. Quer dizer, não houve, nunca aconteceu claramente essas passagens. Mas o contrato, nós vimos por bem interrompê-lo porque não tinha mais sentido prorrogar contrato com essas características. Aí foi tentado o edital passado, mas de fato ele tinha problemas, continuava com alguns problemas de controle. Então, hoje a sistemática que tentamos implantar com esse contrato que é um contrato com prazo absolutamente determinado, ele seria contrato de um ano exclusivamente a esse preparatório para esse edital de concessão, o que ele faz? Estamos mudando a sistemática de controle, estamos criando toda uma...



Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F I A
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	043	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
10.871		

rod.:Q02 fl.:4 taq.:REGINA
Orador(es):

rev.:

evento:8309

data:23-05-06

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Luís, eu não consigo entender porque você precisa de um ano para preparar um edital!

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - Não preciso.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Faz uma licitação, acho totalmente legal. Só quero dizer aqui que é totalmente legal. Vou tomar providências em relação a isso porque é totalmente legal. Um contrato de manutenção desses, imagina, não se sustenta de jeito nenhum.

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - Na verdade, o tratamento todo é em cima de um equipamento urbano. Temos um recurso que é um recurso específico, conseguido através de uma contrapartida que a EMURB gere em função disso.

E ele vai ser aplicado no desenvolvimento dessa sistemática nova... (Q03)



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	044	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RA 10.871		

rod.:Q03 fl.:1 taq.:PAULA
Orador(es):

rev.:

evento:8309

data:23-05-06

... de uma contrapartida que a Emurb gere em função disso e ele vai ser aplicado no desenvolvimento dessa sistemática nova. Estamos separando a fiscalização porque até então não tínhamos o menor controle. Quer dizer, o que estamos tentando é desenvolver uma sistemática de fiscalização e controle em cima desse novo concessionário. O que não podemos ficar e permitir é que a gente tenha um contrato, um edital novo na rua sem ter o poder de gestão em cima. Quer dizer, na verdade estamos evoluindo esses instrumentos de gestão para poder chegar num controle efetivo desse contrato desses novos concessionários que vamos ter nas ruas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Quer dizer, pode dividir...

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - Essa definição não existe. Ela vai existir quando tivermos o formato claro do edital.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Veja bem, saiu e estava já em vias de realmente acontecer a licitação, o edital, mas vocês já tinham definido o que era.

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - Você está falando com relação às placas ainda, não é?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Vou falar sobre os dois assuntos. Falo do mobiliário que pode ser uma grande transformação da cidade de São Paulo e também pode ser uma forma de arrecadação de forma positiva.

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - O que tivemos do mobiliário foi a publicação do ato justificativo, que é uma etapa anterior a publicação do edital. O ato justificativo nem implica que tenha o edital pronto,



Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F I A
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 095
Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

rod.:Q03 fl.:2 taq.:PAULA
Orador(es):

rev.:

evento:8309

data:23-05-06

como não está. O edital está passando por uma série de processos para a gente conseguir definir o melhor critério de escolha desse concessionário, que é uma coisa muito complicada. Sou um técnico, sou um arquiteto que estou tentando estudar e compreender o problema. Junto comigo estão economistas que estão tratando o problema nessa visão econômica. Temos essa parte de desenvolvimento e implantação, e as demandas das diversas Secretarias. Quer dizer, temos SMT que tem uma necessidade premente por instalação de abrigos de ônibus. Temos toda uma série de envolvidos no processo que têm essa demanda. Só que São Paulo é uma cidade muito grande e muito complexa. Para colocarmos um edital que vai ter uma complexidade e uma duração que não pode ser curta, justamente pelo valor de sua implantação.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Eu entendo quando você fala da licitação do mobiliário urbano porque, realmente, é de grande complexidade, poucas cidades do mundo fizeram. Estou totalmente de acordo porque é uma coisa que demora mesmo.

Agora, com relação às placas, Luiz, o que eu não entendo porque precisa de tanto tempo para preparar. Precisamos de uma licitação que cubra tanto a colocação como a fiscalização. Perfeito. Mas, não entendo porque precisa de mais de um mês para preparar um edital desses, porque precisa de um ano de "contrato de emergência", entre aspas e itálico. (Risos)

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - Vereador, não considero que tenhamos essa necessidade de um prazo de um ano. O que estamos colocando é um limite absoluto para este contrato neste momento. Seria um edital que estaria atendendo uma demanda deste momento. E uma



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 046	do 06-001/2006
Processo nº 06-001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
AF 10.871	

rod.:Q03 fl.:3 taq.:PAULA
Orador(es):

rev.:

evento:8309

data:23-05-06

demanda nossa, dos técnicos, pelo aperfeiçoamento e desenvolvimento de uma nova sistemática, onde consigamos ter uma visão clara do que é a Cidade, de qual é a dimensão. Temos uma base que está instalada hoje e que está estimada em 37 mil postinhos, desses conjuntos em esquinas, outras 100 mil placas ou pregadas em postes de iluminação ou nas próprias residências. Quer dizer, é uma base complexa para você tratar. O mercado é complicado. O mercado publicitário é complicado. Estamos tentando tratar com menor impacto possível na Cidade, mas estamos querendo mudar um pouco os contratos que nós tínhamos. Estamos querendo efetivamente ter controle dessa base e um controle claro. Um controle onde eu possa olhar de qualquer através de um sistema de Internet, ou um sistema computadorizado dentro da Emurb, seja lá como for, mas que eu consiga ter uma visão clara do que é a Cidade e qual é o problema naquele momento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Agora, a questão das placas de rua o senhor disse que vai ter um contrato de manutenção. A empresa que vai fazer a manutenção é a própria empresa que já prestava serviços ou é uma nova empresa?

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - De maneira nenhuma. É um edital aberto, uma concorrência pública. Talvez seja na forma de pregão presencial, alguma coisa assim. Essa forma jurídica o pessoal ainda estava resolvendo lá.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Saiu no *Diário Oficial do Município* que vocês já começariam a trabalhar aqui, nos Distritos da Sé e da República.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

047
do
Processo nº 06-001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
SF 10.871

rod.:Q03 fl.:4 taq.:PAULA
Orador(es):

rev.:

evento:8309

data:23-05-06

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - Os Distritos da Sé e da República são uma particularidade no Município. Nós tínhamos um concessionário que chamava-se Perce(?) que faliu há 20 anos atrás, há muitos anos. Essa região da Cidade, esses dois distritos estão sem prestação de serviços desde essa época, de placas de rua. Nesses dois distritos ainda temos uma outra particularidade: a não permissão de publicidade. Mesmo quando tivermos a escolha do concessionário que terá o direito de exploração publicitária em cima das placas nesses dois distritos nós não vamos permitir. Eles vão virar uma contrapartida de obrigação em termos de manutenção para esse novo concessionário.

Então, como é um equipamento municipal que está completamente deteriorado e caído, justamente a implantação se daria por aqui.

(O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel)... Paula)



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	048	do	06.01/2006
Processo nº	10.871		
Câmara Municipal de São Paulo			
Fernando José A. Aruta			
Assinatura			

rod.:Q04 fl.:1 taq.:PAULA
Orador(es):

rev.:

evento:8309

data:23-05-06

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Não deveria estar tudo junto no mobiliário, esse também no novo contrato de licitação que vai ter das concessionárias? Tudo é mobiliário urbano. Não sei o porquê dessa antecipação quanto às placas. Gostaria de entender.

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - Por lei ele está destacado, tanto o emplacamento quanto os relógios termômetros. São dois itens do mobiliário urbano que estão destacados do processo do mobiliário. Na minha visão não precisaria ser, mas a lei definiu assim e a gente atende mais ou menos isso. O que estamos fazendo é uma determinação atendendo à lei.

Apenas uma colocação a mais. Eles têm uma particularidade de fato em relação à, principalmente, a placa, não vejo porque o relógio termômetro estar destacado, mas no caso da placa ele tem uma particularidade em termos de implantação na rua e mesmo a comercialização publicitária. É um equipamento diferenciado que não enxergo como técnico a necessidade dele estar dentro do processo do mobiliário pela sistemática de emplacamento das ruas e tudo mais.

O SR. FARHAT - Sr. Presidente, parece que não estamos conseguindo ordenar esse debate, aproveitar a sua presença. Esta Comissão foi constituída para examinar o problema do mobiliário urbano. Por outro lado, temos informações, evidentemente da imprensa, que há um projeto sobre a paisagem urbana de forma geral, ou seja, uma nova sistemática de colocação de publicidade, que envolve outdoors, envolve essa publicidade nos abrigos, nos relógios.

Então, Sr. Presidente, entendo que seria importante o Luiz Eduardo fazer um apanhado do que está sendo proposto pela Emurb. Se é



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Processo nº 06-001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

rod.:Q04 fl.:2 taq.:PAULA
Orador(es):

rev.:

evento:8309

data:23-05-06

um projeto relativo a paisagem urbana de forma geral, se é um projeto específico do mobiliário urbano; se for específico do mobiliário urbano o que ele envolve. Por que estamos debatendo as placas aqui, vai terminar o tempo e vamos apenas ficar no debate somente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - No início ele falou.

O SR. FARHAT - Cheguei atrasado. Mas, se pudesse, sem querer interromper o debate, resumidamente apenas para eu entender. Caso contrário não vou conseguir acompanhar daqui para frente.

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - Com relação à paisagem urbana, o Prefeito está fazendo estudos, são outros estudos, independente dessa questão do mobiliário. Com relação aos equipamentos mobiliários, tanto no decreto de outubro quando de dezembro a Emurb recebeu a delegação de conduzir esse processo. Quer dizer, já estamos aproveitando os estudos que já existiam feitos por SGM. Estamos fazendo um trabalho junto a nossa Secretaria, a Secretaria que controla Emurb que é Sempla e basicamente isso. Ou seja, tentando ofertar para a Cidade um equipamento que é absolutamente necessário e é incompatível de fato ter uma cidade como São Paulo que até hoje não conseguiu usufruir desses benefícios em que você oferece a publicidade para um agente e ele retorna aquilo em contrapartida para o município.

O SR. FARHAT - Quer dizer, a Emurb vai tratar apenas do projeto do mobiliário urbano, "projeto", entre aspas, do processo. Ou seja, vai colocar uma licitação relativamente ao mobiliário urbano. Esse mobiliário urbano que você se refere, quais são os equipamentos?

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - São todos os equipamentos incluídos na lei e nos dois decretos depois. São os sanitários



Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F I A
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	050	do
Processo nº	06-001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RA 10.871		

rod.:Q04 fl.:3 taq.:PAULA
Orador(es):

rev.:

evento:8309

data:23-05-06

públicos, os abrigos de ônibus, os abrigos de táxi, tótems para publicidade, pontos de ônibus, pontos de táxi.

O SR. FARHAT - Em que fase está esse processo licitatório? Vocês estão concluindo? Vocês vão ouvir mais alguém? Vocês vão aguardar um debate da Câmara?

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - Acho que neste momento, neste estágio em que está o processo. Estamos num estágio em que recebemos um estudo. Nós fizemos uma análise preliminar desse estudo. Estamos fazendo algumas revisões em cima desse estudo, fazendo algumas considerações e discutindo internamente. Acho que é um processo complicado, com diversos fatores externos e que neste momento está numa fase em que poderíamos ter uma discussão com a Comissão sem problema nenhum, mas acho que ele ainda não está no ponto de ser público. Acho que poderia haver uma discussão interna na Comissão.

O SR. FARHAT - Porque como a Comissão é justamente em relação ao mobiliário urbano, acho que os vereadores e a Casa têm interesse de acompanhar esses estudos. É evidente que a proposta de um projeto dessa natureza, é do Executivo, mas acho que o objetivo desta Comissão é contribuir com debates e idéias para a formalização dessa licitação.

Então, nesse sentido,

(o que o Vereador Aurélio...)



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFI

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 051	do
Processo nº 06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
AF 10.871	

rod.:Q5 fl.:1 taq.: VIANNA
Orador(es):

rev.:

evento: 8309

data: 23.5.2006

...o que o Vereador Aurélio Miguel colocou, se a comissão poderia ter acesso a esses estudos para que, conjuntamente, pudéssemos também contribuir com alguma idéia, inclusive com os debates aqui, porque essa licitação vindo já para a rua, vamos dizer assim, já não haveria mais possibilidade de se mudar o edital dela. Então, acredito que antes de se formalizar esse edital do mobiliário urbano, dever-se-ia debater isso na Câmara Municipal, porque, como você falou, o projeto da paisagem urbana evidentemente passará pela Câmara Municipal, mas o do mobiliário urbano, pelo que eu entendi, uma vez terminados os estudos, vai ser publicado edital.

LUÍS EDUARDO BRETAS - Não, não. Eu gostaria de colocar exatamente isso. Todo o processo pressupõe uma consulta pública antes da edição e da publicação do edital. Então, acho que cabe perfeitamente a gente fazer essa consulta por aqui até. Acho que a Comissão seria um fórum mais do que adequado para a gente continuar esse processo publicamente. A única coisa que estava acontecendo é que, tecnicamente, ele não tinha base ainda para a gente ter essa discussão. Nós estamos caminhando para isso. Não é um tema fácil, não é uma implantação fácil. Como bem o Vereador colocou aqui, algumas cidades do mundo têm. Na verdade é um benefício muito grande para a cidade e precisa ser muito bem medido, para equilibrar bem, para não ter problemas nem para o município nem para esse concessionário. Ele tem que ser um negócio em que a gente tenha certeza de que vai receber o benefício daquela publicidade que nós estamos concedendo a ele. Eu tenho certeza de que esse processo vai ter de passar por uma consulta



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	052	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
AF 10.871		

rod.:Q5 fl.:2 taq.: VIANNA
Orador(es):

rev.:

evento: 8309

data: 23.5.2006

pública e considero que a Comissão é o lugar mais que apropriado para isso.

O SR. FARHAT - Então, reitero a colocação do Vereador Aurélio Miguel, esta comissão deveria ter essas informações, essa documentação do que vocês estão pensando em fazer.

LUÍS EDUARDO BRETAS - Sem dúvida.

O SR. FARHAT - Porque senão, depois de elaborado o edital, aí não há como poder mudar a não ser com recursos de algumas empresas ou mesmo da Câmara, enfim. Então, na minha opinião seria importante que essa documentação, o que vocês já avançaram, pudesse ser colocado para a Câmara Municipal.

LUÍS EDUARDO BRETAS - Perfeito.

O SR. FARHAT - Ou através de uma documentação ou através de uma explanação, porque senão poderia ter alguma forma de nós podermos... nós não teríamos, por exemplo, uma forma de poder contribuir para a elaboração do edital se esse não fosse feito antes da elaboração do edital.

LUÍS EDUARDO BRETAS - Acho perfeito, é exatamente isso. Acho que o interesse... E queria colocar também que nós não temos prazo para colocar o edital na rua. O edital não tem... Hoje é um serviço que o Município não tem. A única coisa é que é um prejuízo para o Município ele não explorar esse tipo de recurso. A gente pode receber um benefício através dessa exploração publicitária, então eu, como técnico, acho isso um benefício para a cidade. Concorro plenamente que o processo precisa ser muito bem desenvolvido e muito bem amarrado tanto com a Câmara quanto com a comunidade. Todo mundo precisa



Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F I A
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 053
Processo nº 06-001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

rod.:Q5 fl.:3 taq.: VIANNA
Orador(es):

rev.:

evento: 8309

data: 23.5.2006

entender que o que nós estamos tentando fazer é ofertar um serviço que a cidade não tem.

O SR. FARHAT - Só para terminar, Sr. Presidente, uma licitação como essa envolve inúmeros interesses, grandiosos interesses, principalmente das empresas que já oferecem esses serviços fora do País. Nós temos que pensar também, nesse debate, nas empresas nacionais, como as empresas nacionais poderão participar, senão elas não... Dependendo - estou dizendo por hipótese - da forma que vier esse edital, as nossas empresas estariam aliadas porque não têm know-how até o momento, até porque não existe isso no País, ou então em pouquíssimas cidades do País. Nesse sentido que eu estou enfatizando de complementarmente nós andarmos juntos, principalmente para a defesa das empresas nacionais que estiveram até agora no mercado e se for aberto outro mercado urbano, evidentemente... para que elas possam ter condições também de se preparar para também disputar no mercado.

LUÍS EDUARDO BRETAS - Eu concordo plenamente com o senhor. O que nós temos que fazer é conseguir levar um processo mais aberto possível. Para isso nós precisamos entender muito bem o que é o problema do mobiliário urbano. Ele não é um problema também para amadores. Uma cidade como São Paulo não pode mais ficar na mão de amadores. Então, nós precisamos entender muito claramente o tamanho desse mercado, o tamanho dessa implantação e com responsabilidade definir isso tecnicamente. A gente tem um embasamento técnico muito fácil. Então, eu concordo plenamente que ele precisa ser levado da melhor maneira possível, o mais aberto possível, para todo mundo ter a mesma chance e o mesmo trabalho.



Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F I A
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	054	do
Processo nº	06-001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10 171		

rod.:Q5 fl.:4 taq.: VIANNA
Orador(es):

rev.:

evento: 8309

data: 23.5.2006

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - O senhor ficou de mandar o estudo que já recebeu para nós, para esta comissão isso é importante. Queria também deixar claro aqui que existe a lei, está aqui ela. Só que também, se for de interesse da cidade de São Paulo, até em comum acordo ou que esta comissão também deliberar que é importante, nós podemos alterá-la também. Então, por exemplo, as placas que não estão aqui, elas podem vir parar aqui, é só nós alterarmos a lei.

É fácil. É só ter 28 votos, a gente... (Q6)



Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 055	do 06-09/2006
Processo nº 06-09/2006	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RF 10.871	

rod.: Q6 fl.:1 taq.: VIANNA
Orador(es):

rev.:

evento: 8309

data: 23.5.2006

É fácil. É só ter 28 votos, a gente vota e altera a lei, se for de interesse da cidade de São Paulo. É importante nós sabermos disso porque podemos colocar mais itens aqui. Por exemplo, existe o termo de cooperação das praças, a pessoa põe lá a publicidade da sua empresa. Queira ou não queira, acaba também fazendo propaganda em troca de benefícios que está trazendo para a comunidade. Poderia também estar, pode não estar. Então é uma questão de estudo, tem que avaliar tudo isso. Então, fica bem claro isso, que a gente pode mudar a lei de acordo com o que for mais interessante para a cidade de São Paulo.

Pela ordem, Vereador José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - (Pela ordem) - Muito obrigado, Presidente Aurélio Miguel. Acho que o senhor tem toda razão quando faz essa observação. Se for conveniente integrar as placas com o restante do mobiliário urbano, faz-se uma alteração na lei e integra. Eu gostaria de refletir mais, mas acho que as placas - outdoor não - integram o mobiliário urbano, porque elas têm a mesma relação. A pessoa coloca em contrapartida, põe publicidade e tal. De qualquer forma, eu acho que é uma variação, no caso do mobiliário urbano. Acho que a gente pode discutir e, se for conveniente, muda-se a lei, não tem problema.

Eu só queria fazer uma observação, Sr. Luís: quando o senhor usa a palavra amador, a publicidade brasileira... Amadora é a publicidade italiana, a canadense, a francesa. A brasileira não é amadora, não.

- Intervenção ininteligível.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	056	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
Nº 10.871		

rod.: Q6 fl.:2 taq.: VIANNA
Orador(es):

rev.:

evento: 8309

data: 23.5.2006

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Mas por trás da publicidade você pode... quer dizer, você tem prestadores de serviços nessa área que são de qualidade, no Brasil, na Argentina; não é só no Canadá, na França, nos Estados Unidos. A nossa publicidade é talentosa, porque o Brasil tem um sistema de televisão, um sistema de imprensa, o chamado suporte da publicidade brasileira é muito forte, tanto a televisão quanto as nossas publicações. As nossas publicações são todas... o conteúdo delas é discutível, mas do ponto de vista de suporte, as nossas revistas são em cores etc. Também em matéria de outdoors o Brasil é avançado, *back-lights*, então eu acho que temos ou podemos ter prestadores de serviço à altura, suponho que tenha. Se não tiver, nós podemos ter em função da tradição que o Brasil tem nisso.

Eu queria perguntar uma outra coisa mais relativa à paisagem urbana. Nós temos visto na imprensa... eu queria saber se é com a Emurb, se você tem condições de informar a gente disso... quer dizer, não estou falando do mobiliário urbano. Nós temos visto na imprensa que o Prefeito tem feito estudos e que esses estudos vão na direção da proibição dos outdoors na cidade de São Paulo etc. Houve uma regulamentação aqui na gestão da Prefeita Marta Suplicy, houve uma regulamentação dos outdoors na Cidade, que ainda falta... ela foi aprovada, falta regulamentar a lei. Então eu queria saber se o Prefeito Kassab está preocupado em regulamentar a lei que existe ou simplesmente proibir o outdoor. Gostaria de saber, primeiro, se está com vocês e, segundo, se estiver com vocês, se você pode dar algum tipo de informação.



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 057
Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Arata
RF 10.371

rod.: Q6 fl.:3 taq.: VIANNA
Orador(es):

rev.:

evento: 8309

data: 23.5.2006

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - Infelizmente eu não posso atender a essa demanda do senhor porque não tenho conhecimento de fato do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Mas vocês são responsáveis também pela paisagem urbana da Emurb, na verdade...

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - Exatamente.

- Intervenção ininteligível.

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - A responsabilidade pela edição do decreto acho que é do próprio Prefeito, quer dizer, é uma solicitação dele. Agora, a elaboração, acho que ela pode ter algumas demandas para diversas pessoas, mas não posso lhe responder.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Vocês verificaram que há pouco tempo, como disse o Vereador José Américo, teve a licitação em Buenos Aires. Parece que foi bem sucedida. Eu até entrei no site, verifiquei, vou estar esse fim de semana em Buenos Aires também observando. Vocês têm algo que deu certo lá e que vocês estão trazendo para cá? Estão se espelhando lá ou em outras cidades?

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - Olha, na verdade nós temos o material de todos os editais de exploração do mobiliário urbano do Brasil, esse edital de Buenos Aires nós temos também, todo o tratamento, toda a parte de como foi levado em termos de desenho e de escolha do concessionário. Ele tem uma característica que, ao meu ver, é um pouco diferente, é mais ou menos ao contrário do que o senhor estava colocando. Lá eles tiveram um direcionamento absolutamente claro para a empresa nacional. Por conta disso, o dimensionamento do edital foi muito menor do que ele poderia ser também para uma cidade



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 058
Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Costa
RF 10.871

rod.: Q6 fl.:4 taq.: VIANNA
Orador(es):

rev.:

evento: 8309

data: 23.5.2006

como Buenos Aires. Nós só precisamos achar esse ponto de equilíbrio. Acho que a gente precisa permitir claramente que todo mundo participe, empresa nacional e empresa internacional. A nossa visão lá, como técnicos, é claramente achar o melhor prestador de serviço para o Município, conseguir receber o melhor equipamento, a melhor qualidade de prestação. Toda a linha mestra do edital vai ser em termos de cobrança de desempenho do equipamento e desempenho da manutenção e tudo mais.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Luís, só uma coisa, eu vou falar mais de conceito e cultura, não vou falar de parte técnica. Se a gente ficar parecido com Buenos Aires já está bom demais, entendeu? Acho que essa mania de grandeza brasileira e paulistana não tem nada a ver. Acho que em Buenos Aires eles fragmentaram

o edital para dar espaço para as empresas... (Q7)



Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	059	do	106.001/2006
Processo nº	106.001/2006		
Câmara Municipal de São Paulo	Fernando José A. Arêde		
AF 10.871			

rod.: Q07 fl.: 1 taq.: MARCELO
Orador(es):

rev.:

evento: 8309

data: 23.05.06

... o edital para dar espaço para as empresas nacionais participarem. Acho que isso é super louvável, essa coisa de que a gente precisa, sabe, eu não consigo entender. Bueno Aires é uma cidade bonita, bem ordenada, bem organizada, urbanisticamente falando, tirando excesso de argentinos, o resto é tudo legal naquela cidade. Mas, agora, digo que é um modelo ótimo para nós.

Agora sinto na sua fala uma preocupação no sentido de abrir para as empresas internacionais, viabilizar. Eu acho que se a gente puder fragmentar ou coisa assim, se o preço a pagar que as empresas nacionais participem e consigam ganhar por fragmentar, eu não vejo nenhum problema em fragmentar o edital. Acho bom, acho que uma solução brasileira é boa nessa área.

Obrigado.

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - Só para finalizar quero fazer uma colocação em cima disso que o Vereador colocou. De maneira nenhuma eu acho que a gente pode desconsiderar um exemplo de Buenos Aires, a única coisa é que o problema de São Paulo é muito diferente do que o problema de Buenos Aires. Nós temos só num item do mobiliário urbano, por exemplo, pontos de ônibus, temos mais de 18 mil pontos numa cidade como São Paulo. Então o problema mobiliário urbano em São Paulo não é um problema pequeno, a visão é essa. E o um equilíbrio econômico de um contrato desse também não é uma solução econômica fácil. Então a única coisa que tecnicamente nós estamos fazendo é justamente isso, é entender o problema tanto de um lado, quanto de outro e verificar qual é o melhor equilíbrio.



Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 060 do
Processo nº 06-001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RFA 0.871

rod.: Q07 fl.: 2 taq.: MARCELO
Orador(es):

rev.:

evento: 8309

data: 23.05.06

Eu absolutamente não acho que esse edital tenha que ser direcionado para empresa estrangeira, de maneira nenhuma. Eu tenho claro que é um edital absolutamente aberto e pode ter a participação de qualquer um.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Antes de dar prosseguimento deixe eu colocar em apreciação de dois requerimentos que precisamos deliberar. Os dois são do Vereador Juscelino Gadelha. S.Exa. requer que: "Se digne V.Exa. determinar as medidas descritas na seqüência por serem de suma importância para conclusão dos fatos estudados: seja convidado o representante legal do Sepex, Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior do Estado de São Paulo, para prestar esclarecimentos sobre a situação atual da mídia exterior na cidade de São Paulo e sobre a carta aberta à Prefeitura de São Paulo, publicada em toda mídia escrita em 19 de maio passado".

A votos. Se todos estiverem de acordo permaneçam como estão.
(Pausa) Aprovado o requerimento do Vereador Juscelino Gadelha.

O senhor tem mais algo a colocar? (Pausa) Algum Vereador tem mais alguma pergunta a fazer ao Sr. Luís?

O SR. FARHAT - Sr. Presidente, em que pese a boa vontade do Sr. Luís Eduardo Bretas, nós praticamente saímos daqui, eu particularmente, não sei se porque cheguei um pouco tarde, com muitas dúvidas, porque acho que deveria ser esmiuçado mais esse problema, qual a pretensão da Emurb, o que eles pretendem, qual é o retorno que pretendem ter, qual a forma de contrapartida, os fundamentos básicos dessa licitação. Infelizmente nós, não sei se porque interrompemos muito a sua explanação, mas, evidentemente, que pouco ficamos



Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F I A
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 061 do
Processo nº 06-001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

rod.: Q07 fl.: 3 taq.: MARCELO
Orador(es):

rev.:

evento: 8309

data: 23.05.06

esclarecidos. Não sei se você poderia, ainda nesses minutos finais, se estender um pouco mais, esclarecer realmente o que pretende a Emurb com essa licitação, quais são os objetivos, se ela pretende substituir o que tem, implantar o que não tem, qual é objetivo maior, se é uma contrapartida, ou melhorar a paisagem urbana. Enfim, essas coisas, essas informações básicas, em que pese a boa vontade, repito, acho que até por força das perguntas que interromperam sua explanação, parece que a gente não teve muitos esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Antes do senhor falar para dar continuidade ao que foi colocado, o senhor já se comprometeu em mandar os estudos que foram feitos com relação ao mobiliário. O senhor vai nos encaminhar o mais rápido possível e os estudos que estiverem lá o senhor também vai encaminhar.

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Muito obrigado.

O SR. LUÍS EDUARDO BRETAS - Complementando e finalizando, acho que tem isso que o Vereador colocou, a gente vai estar disponibilizando para esta mesa o mais rápido possível, quais são as posições. Eu queria colocar de novo que a Emurb não tem prazo para soltar esse edital, o nosso objetivo é, na verdade, escolher o melhor prestador para um serviço que a gente considera ser de importância muito grande pra a cidade. Então, dentro disso, dessa visão, é que a gente quer fazer o melhor estudo possível para conseguir escolher o melhor prestador desse serviço para o município. Que é um serviço complicado nós todos sabemos e, por isso mesmo que ele está nesse time.



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFI
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	062	do
Processo nº	06-001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
AF 10.871		

rod.: Q07 fl.: 4 taq.: MARCELO
Orador(es):

rev.:

evento: 8309

data: 23.05.06

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Não tendo mais ninguém para fazer perguntas ao Sr. Luís, estamos também no horário limite para encerrar a sessão. A Assessoria vai passar uma lista de presença, mas eu posso encerrar a reunião e depois assinamos.

Então temos um novo compromisso na próxima terça-feira, dia 30, neste mesmo local, às 14h.

Obrigado, Sr. Luís e a todos. Boa tarde a todos.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

SEM REGISTRO DA TAQUIGRAFIA



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE ESTUDOS MOBILIÁRIO URBANO (RDP06-001/2006)

Folha nº 063 do
Processo nº 06-001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

REQUERIMENTO

EXMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ESTUDOS.

Requeiro digno-se Vossa Excelência determinar as medidas descritas na seqüência, por serem de suma importância para a conclusão dos fatos ora estudados:

Seja convidado o representante legal do SEPEX – Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior do Estado de São Paulo para prestar esclarecimentos sobre a situação atual da mídia exterior na cidade de São Paulo e sobre a carta aberta a Prefeitura de São Paulo publicada em toda a mídia escrita em 19 de maio passado.

São Paulo, 23 de maio de 2006.

Vereador Juscelino Gadelha
Membro da Comissão

Aprovado na 1ª R.O.
(23/05/06)
J.F.A.

URGENTE

TID 862 220



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº	064	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

**COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO
DE PROBLEMAS REFERENTES
AO MOBILIÁRIO URBANO MUNICIPAL (RPP 06-0001/2006)**

São Paulo, 23 de maio de 2006.

Of. CE-MOBURB nº 002/2006

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, o Vereador Aurélio Miguel convida V.S^a, ou diretor especialmente indicado, para participar de nossa reunião de **30 de maio do corrente, às 14h**, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º Subsolo desta Edilidade e prestar esclarecimentos sobre a situação atual da mídia exterior na Cidade de São Paulo e sobre a carta aberta à Prefeitura de São Paulo publicada em toda a mídia escrita em 19 de maio passado.

Ao ensejo, transmito a V.S^a nossos protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,


FERNANDO JOSÉ A. ARUTA
Supervisor de Comissões



ILMO. SR. JÚLIO ALBIERI NETO
Mui Digno Presidente do SEPEX
Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior do Estado de São Paulo
Rua Líbero Badaró, 377, 26º andar, Centro
Tel 3101-5800 – e-mail: presidencia@sepexsp.com.br



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 065 do
Processo nº 06-001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO DE PROBLEMAS REFERENTES AO MOBILIÁRIO URBANO MUNICIPAL (RPP 06-0001/2006)

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO DE PROBLEMAS REFERENTES AO MOBILIÁRIO URBANO MUNICIPAL (RPP 06-0001/2006) – Aos 30 dias de maio de 2006, às 14 horas, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º subsolo do Palácio Anchieta, em segunda Reunião Ordinária da Comissão de Estudos para apreciação de problemas referentes ao mobiliário urbano municipal, reuniram-se, sob a presidência do Vereador Aurélio Miguel, os Vereadores-membros Attila Russomanno, José Américo e Juscelino Gadelha, com a finalidade de ouvir os esclarecimentos do Sepex – Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior do Estado de São Paulo, representado por seu Presidente, Júlio Albieri Neto. Estavam também presentes os Vereadores Wadih Mutran, Donato, Antonio Carlos Rodrigues e Roberto Tripoli, Presidente desta Câmara. Todos os questionamentos giraram em torno de novo edital em desenvolvimento para reformulação do mobiliário urbano da Cidade, de como se encontra a situação da publicidade exterior e quais são os problemas dessa atividade. O convidado destacou, em meio à sua fala, que a legislação é boa e necessita de pouco aperfeiçoamento, mas a estrutura de fiscalização é bastante precária e, portanto, de nada vale ter uma boa regulamentação. Houve intervenções: do Vereador Wadih Mutran – que expôs as qualidades de outro padrão de outdoor, descrito em projeto de lei do qual é co-autor -; do Vereador Donato – que sondou valores estimados para a licitação -; e do Vereador Roberto Tripoli – que anunciou a vinda de PL sobre mobiliário urbano na próxima terça-feira, contou de seu esforço para que se efetive a proibição de publicidade no Centro da Cidade e do silêncio do Secretário das Subprefeituras Andrea Matarazzo ante seus insistentes apelos, e, por fim, como Presidente da Casa, ofereceu a contratação de uma consultoria especializada para dar suporte aos trabalhos. A oferta foi acolhida por unanimidade e a Comissão fará o devido encaminhamento à Presidência. Nada mais havendo, o Presidente encerrou os trabalhos. A íntegra das notas taquigráficas compõe a ata da reunião. Eu, Fernando José Alfonso Aruta, secretário, a presente reunião e dela lavrei ata que vai assinada pelos membros presentes e por mim.

AURÉLIO MIGUEL, Presidente

ATTILA RUSSOMANNO

JOSÉ AMÉRICO

JUSCELINO GADELHA

FERNANDO JOSÉ A. ARUTA, na Secretaria



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

SEM REVISÃO
TAQUIGRAFIA

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO DE
PROBLEMAS REFERENTES AO MOBILIÁRIO
URBANO MUNICIPAL

PRESIDENTE: AURÉLIO MIGUEL

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 30 de maio de 2006

OBSERVAÇÕES:

Há grafia(s) não confirmada(s)

Orador não identificado

Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível

Intervenção simultânea ininteligível/inaudível



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:R01 fl.:1 taq.:PAULA
Orador(es):

rev.:

evento:8336

Folha nº 067
Processo nº 06-001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
data: 30-05-06
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Está aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Estudos para apreciação de problemas referentes ao Mobiliário Urbano Municipal, com a presença dos Vereadores Aurélio Miguel, na presidência; Russomanno e Juscelino Gadelha.

Ainda não escolhemos o relator da Comissão e espero que assim que chegarem os demais Srs. Membros da Comissão possamos eleger o relator.

Há alguma indicação? Há algum requerimento? (Pausa) Temos um requerimento encaminhado pelo nobre Vereador Juscelino Gadelha convidando o representante do Sepex - Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior do Estado de São Paulo, para restar esclarecimentos sobre a situação atual da mídia exterior na cidade e sobre a carta aberta à Prefeitura, publicada em 19 de maio passado, na mídia escrita. Está presente o Sr. Júlio Albieri Neto, a quem agradeço a presença. Boa tarde.

Temos aqui as perguntas formuladas ao Sr. Júlio. Há quanto tempo o senhor é presidente do Sepex?

O SR. JÚLIO ALBIERI NETO - Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Srs. Membros da Mesa.

Fui presidente do Sepex do período de 95 a 98, depois de 98 a 2001, e agora fui reeleito em 2004 e vou até abril de 2007. Neste mandato estou há dois anos e um mês.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Quero registrar a presença do nobre Vereador José Américo.

Qual empresa o senhor possui e que faz parte da Sepex?



Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 068
Processo nº 06-01/2006
data 30-05-06 de São Pau
Fernando José A. Aruta
RF 10.071

rod.:R01 fl.:2 taq.:PAULA
Orador(es):

rev.:

evento:8336

O SR. JÚLIO ALBIERI NETO - Temos a Plamarc Ltda e Pic

Indústria e Comércio, uma empresa que produz sinalização para venda para terceiros.

P. - A sua empresa era a detentora do contrato de colocação de placas de rua. Desde quando o senhor operava esse contrato?

R. - A nossa empresa Plamarc era detentora do contrato de sinalização das vias e logradouros da cidade de São Paulo. Nós detínhamos esse contrato desde 1978.

P. - Como era a operação desse contrato?

R. - Nesse contrato deixamos na Cidade 35.451 conjuntos sinalizadores. Esse contrato originalmente foi feito na antiga SAR e nós tínhamos obrigação de colocar uma certa quantidade de conjuntos, tendo ou não publicidade por ano, e tínhamos obrigação de fazer outras coisas no transcurso do contrato. Primeiro foi na SAR, depois o contrato foi transferido para Sehab, e, ultimamente, o contrato estava sendo administrado pela Emurb. Nos últimos oito anos de contrato houve uma exigência e passamos a doar, eram mil conjuntos por ano, além de pagar uma taxa mensal. Passamos a fazer uma doação para a Prefeitura de mil placas, que chamamos de placa padrão, para a Prefeitura, ou seja, 12 mil por ano. Foram doadas 84 mil placas através de Emurb.

P. - Quer dizer, essa foi a contrapartida?

R. - A contrapartida era também dada através de uma porcentagem do faturamento, 10% do faturamento.

P. - O senhor sabe dizer qual era o montante mais ou menos do contrato e do que se pagava à Prefeitura?



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	069	Co
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Finalidade	330-05-06	
RF	10.871	

rod.:R01 fl.:3 taq.:PAULA
Orador(es):

rev.:

evento:8336

data:30-05-06
ruta

R. - O que estava se pagando no final do contrato a Prefeitura, na média do ano de 2005, foi da ordem de 150 mil reais por mês, mais a doação dos conjuntos, mais as mil placas por mês. Essas mil placas por mês têm um valor estimado em 80 mil reais, mais o valor do dinheiro e mais os conjuntos. O valor desses mil conjuntos tem o valor estimado em torno de 300 mil reais no ano.

P. - Então, dava mais ou menos 3.6 milhões por ano.

R. - Mais ou menos.

P. - Isso em 2005. Em 2004 também?

R. - Não sei os números de cor, mas eram todos mais ou menos na proporção porque em função da inflação não fugia muito disso.

P. - O contrato do senhor foi encerrado por quê?

R. - Nosso contrato foi assinado sob a Lei 8.607, em 1978. Essa lei tinha um artigo que dizia que ele poderia ser renovado por iguais períodos, os períodos eram de cinco anos, e assim ele foi renovado até 2003. Quando ele estava para sofrer mais uma renovação, foi promulgada a Lei 13.517, lei essa que é a Lei do Mobiliário Urbano. O conjunto foi incluído nessa lista na última hora. Até a hora da votação ele não estava incluído. Na hora da votação, ele foi incluído.

A Prefeitura tinha de fazer uma nova concorrência. Ela nos deu uma prorrogação de contrato por dois anos para fazer a nova licitação. A nova licitação não ficou pronta e no início deste ano. Se não me falha a memória é o item 19. Foi dada essa prorrogação de dois anos. Essa prorrogação venceria em 30 de junho de 2005. Foi feito um edital de licitação. Chegou a ser posta a licitação na rua no meio de 2005.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:R01 fl.:4 taq.:PAULA
Orador(es):

rev.:

evento:8336

Folha nº	070
Processo nº	06-001/2006
Câmara	São Paulo
data	30-05-06
Fernando José A. Aruta	
RE 10.871	

Nos deram uma prorrogação de mais 90 dias e nesse prazo, por pedido do Tribunal de Contas do Município, ela foi cancelada. Agora estamos aguardando uma nova licitação.

P. - O senhor sabe por quais motivos o Tribunal cancelou?

(O SR. JÚLIO ALBIERI Neto...Paula)

SEM PRESENCIA DO MANDANTE



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:R02 fl.:1 taq.:PAULA
Orador(es):

rev.:

evento:8336

Folha nº	071	do
Processo nº	06-001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo	data: 30-05-06	
Fernando José A. Aruta		
KF 10.371		

O SR. JÚLIO ALBIERI NETO - Os motivos constam dos autos.

Tribunal de contas não concordou com alguns dos fatores que estavam constando do edital. Quem entrou com o recurso fomos nós.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - A sua empresa sofreu alguma sanção?

R. - Não sofreu nenhuma sanção em nenhum tempo do contrato. Modéstia a parte, sempre cumprimos o contrato rigorosamente.

P. - O senhor tem conhecimento do estado atual das placas e conjuntos sinalizadores do Município de São Paulo?

R. - Fico triste de ver. Não tenho mais, fui obrigado a dispensar toda a equipe que eu tinha. Porque com a quebra desse contrato, a cidade de São Paulo para mim ficou zerada. Mande mais de 150 pessoas embora. Então, não tenho mais a contagem disso. Para os senhores terem uma idéia, nós quando administrávamos o contrato, em dias úteis, um poste trombado, constatada a quebra, em no máximo 4h ele era recolhido, em 72h estava na rua um poste novo. Hoje fico triste de ver o estado de vandalização que eles estão.

Nós sempre avisamos o Poder Público que havia, e há, uma depredação da ordem de 5% ao mês dos conjuntos, que era um dos grandes custos que a gente tinha nesse contrato. Essa vandalização cresce exponencialmente na medida que não é feita a manutenção. Nós conseguimos baixar a vandalização na medida em que nós corríamos. Nessas quatro horas nós procurávamos fazer toda a manutenção dos conjuntos, retirando da rua o trombado para não incentivar o vândalo a continuar praticando. Não sei como está hoje, mas na área onde passo fico muito triste de ver.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:R02 fl.:2 taq.:PAULA
Orador(es):

rev.:

evento:8336

Folha nº	072	do
Processo nº	06-001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

P. - O senhor tem conhecimento da nova licitação do mobiliário urbano em processo de elaboração de edital pela Emurb?

R. - Não. Todas as informações que temos, como empresa e como sindicato, são todas as informações que as mídias impressa, televisiva e rádios têm informado.

P. - O senhor não saberia dizer a diferença entre a proposta atual e dos serviços prestados anteriormente.

R. - Há duas coisas: o mobiliário urbano como tal, pela Lei 13.517, ele engloba 21 elementos. Eu trabalhava apenas com um desses elementos. Existem abrigos de ônibus na Cidade. Apenas gostaria de fazer um parênteses aqui. A situação do mobiliário urbano que tem essa coisa: "ó, o mobiliário urbano". São Paulo sempre teve mobiliário urbano. São Paulo sempre teve abrigos de ônibus com publicidade, ponto de parada de ônibus com publicidade.

O que existe é que o mobiliário urbano no conceito que se está pensando agora é um conceito de família. E, esse conceito vem vindo de um conceito que foi desenvolvido na Europa em meados dos anos 60.

P. - Aqui, na Lei 13.517, no art. 1º: "Fica o Executivo autorizado a conceder mediante licitação a empresa ou consórcio de empresas a criação ou desenvolvimento, a elaboração dos respectivos projetos". Aí, entra no setor dos senhores que é a fabricação, o fornecimento e a instalação. O que o senhor acha da forma que está aqui? Isso não vai privilegiar só os grandes grupos e excluir as empresas nacionais do processo? Porque, se não me engano, em Buenos Aires foi feito diferente. Primeiro eles fizeram um concurso para ver qual era o melhor projeto e posteriormente eles licitaram para a



Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	073	do
Processo nº	06-001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo	data: 30-05-06	
Fernando José A. Aruta		
DF 10.871		

rod.:R02 fl.:3 taq.:PAULA
Orador(es):

rev.:

evento:8336

fabricação, para o fornecimento, para a instalação e para a manutenção. Queria que o senhor, com a experiência que tem como presidente do segmento, que falasse um pouco sobre isso.

R. - Eu fazia em São Paulo apenas as placas de rua. Em outras cidades, em outras capitais eu faço as placas de rua e numa delas faço também abrigos de ônibus e outros tipos de mobiliário que entram, como cabines de engraxates e outras coisas. Então, temos experiência nisso e desenvolvemos os nossos próprios modelos. O de Florianópolis não foi desenvolvido por nós para que houvesse uma padronização da Prefeitura, mas desenvolvemos as nossas próprias famílias de mobiliário urbano.

O único lugar onde se tem notícia de que no mobiliário urbano primeiro houve um concurso pelo Poder Público para indicar qual desenho deveria ser feito, realmente, foi em Buenos Aires. No resto do mundo, em geral, há o concurso na própria concorrência, ou seja, você dá o modelo, ele ganha pontuação e, obviamente, isso leva as mais variadas discussões a esse respeito.

Então, fazer ou desenho ou não fazer o desenho, acho que não é aí que pode haver a exclusão das empresas nacionais nesse mercado. O que pode causar isso é exatamente a possibilidade econômica que as empresas...elas não são multinacionais porque elas já estão nacionalizadas no Brasil. Mas, essas empresas transnacionais têm um volume de capital muito elevado porque elas já são as três maiores. As três que sempre são citadas aqui no Brasil são as três maiores empresas do mundo. Então, essas três empresas, obviamente, por serem as maiores do mundo, operarem em mercados do Primeiro Mundo, elas têm



Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.:R02 fl.:4 taq.:PAULA
Orador(es):

rev.:

evento:8386

Folha nº	074	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo	data: 30-05-06	
Fernando José A. Aruta		
RE 10.871		

uma capacidade econômica e um custo de dinheiro muito baixo, coisa que nós, no Brasil, temos dificuldade de conseguir.

Esse, acho, que é o maior problema que nós temos. Porque hoje a bem da verdade, a indústria brasileira recebendo os desenhos europeus ou asiáticos ou americanos produz tudo com o mesmo padrão de qualidade. Numa briga que tivemos em Porto Alegre a respeito de mobiliário urbano, o representante de uma dessas empresas na época, há uns oito anos atrás, falou que o Brasil não tinha capacidade. Eu disse que estávamos vendendo avião. Se vendemos avião como não conseguimos fazer um banheiro público, um abrigo de ônibus? Isso é uma brincadeira. Nós temos condições sim. E, hoje, a indústria brasileira produz, com exceção do banheiro público, produz todo o mobiliário urbano aqui.

P. - Agora, o senhor não acha que o sistema que está pode prejudicar a licitação. Vou dar um exemplo prático, não sabe se vai licitar ônibus comum ou bi-articulado.

(Como vamos saber o preço...Marcelo)



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP

rod.:R03 fl.:1 taq.: MARCELO
Orador(es):

rev.:

evento: 8336

folha nº	075	do
Processo nº	06-001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Assinado	JOSÉ A. ARAÚJO	
DE	10.871	

Como é que vamos saber o preço? Só pelo projeto?

R - É complicado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Não é complicado? Deveriam primeiro apurar o projeto.

Tem a palavra o nobre Vereador Juscelino Gadelha.

O SR. JUSCELINO GADELHA - Boa tarde, Sr. Júlio. Obrigado pelo senhor estar aqui.

No dia 19 de maio de 2006 vocês soltaram uma carta aberta à Prefeitura de São Paulo. Queria que você explicasse um pouco qual foi o motivo que levou vocês a fazer essa carta aberta.

O SR. JÚLIO - Essa carta aberta vem em resposta a uma matéria publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 11 de maio, onde a Prefeitura declara que vai fazer, que vai acabar com a publicidade exterior na cidade de São Paulo, que é para que o mobiliário urbano chegue e encontre um espaço mais arrumado. O Sindicato das Empresas de Publicidade Exterior, e eu o presido e produzo mobiliário urbano, ele não põe fora da sua linha nenhum tipo de manifestação de publicidade exterior. Todas as manifestações de publicidade exterior, cartaz, frontlight, becklight, publicidade em ônibus, publicidade em mobiliário urbano, publicidade em banheiro público, publicidade que o indivíduo recebe fora de casa nós acolhemos junto ao nosso sindicato e essa situação dizendo: "Vamos acabar com a publicidade exterior para que o mobiliário urbano tenha um mercado mais arrumado" foi a razão de publicarmos essa carta aberta onde explicamos ponto por ponto os nossos objetivos.



Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP

Pin	Ano	do
076	06	001/2006
Processo nº 06.001/2006		
Mudança 30.05.06		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.371		

rod.:R03 fl.:2 taq.: MARCELO

rev.:

evento: 83363 Mudança 30.05.06

Orador(es):

O SR. JUSCELINO GADELHA - Realmente, Sr. Júlio, inclusive temos a informação de que o projeto de lei que vai vir do Executivo para esta Casa já está pronto e acho que nos próximos dias esse projeto vai estar realmente aqui na Casa. Ainda não vi esse projeto de lei, mas temos informação de que está chegando.

Na verdade é o seguinte, a cidade está muito suja. Se você pegar vários corredores, até mesmo algumas avenidas, ela realmente perdeu o controle, porque nós temos aquelas empresas que recolhem seus tributos, trabalham seriamente, são as empresas legais, e você tem as empresas ilegais que têm vários outdoors, painéis, outros tipos de propaganda na cidade que sujam a cidade, não trazem nenhum benefício para a cidade e não traz nenhum tipo de custo financeiro, como as outras empresas que são legais desenvolvem.

Como o Sindicato vê? Acho que são duas ações diferenciadas. Uma ação é pegar essas empresas que estão na ilegalidade, que poluem visualmente a cidade de fato, e a outra são as outras que estão legalizadas, estão pagando seus impostos, tem a situação sem nenhum tipo de problema com a Prefeitura, até mesmo algumas com contrato com a própria Prefeitura para fazer esse tipo de trabalho. Como o sindicato vê essas duas ações? Porque acho que temos que separar um pouco essas duas questões, até mesmo para tentar formalizar um raciocínio mais lógico das situações, do mobiliário urbano, queria ouvir sua opinião sob esse aspecto dessa situação.

O SR. JÚLIO - Em primeiro lugar, Vereador Juscelino, a publicidade exterior, tudo é visto como publicidade exterior. Com o advento da tecnologia e o surgimento do monoposte, com a gente chama,



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	077	do
Processo nº	06-001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
evento:	8336	data: 30.05.06
RF	10.871	

rod.:R03 fl.:3 taq.: MARCELO
Orador(es):

rev.:

evento: 8336 data: 30.05.06

RF 10.871

os espaços necessários para você colocar um frontlight, ou mesmo um outdoor, ou qualquer outro tipo de peça, ele passou a exigir muito pouco, com dois metros quadrados de um terreno você eleva uma publicidade a 15, 20 metros de altura. O comerciante em geral, e aí vem o problema da confusão, a publicidade exterior, infelizmente é tratada toda como publicidade em exterior, sem que haja uma clara definição do que é a publicidade, que é a veiculação fora do estabelecimento do anunciante, que é o que a maior parte dos nossos associados faz, do que aquilo que o comerciante veicula no próprio estabelecimento dele. Eu vou dar um exemplo aos senhores, a Avenida Rebouças. A Avenida Rebouças tem um lado que não pode ter publicidade porque existe um tombamento, que é o lado esquerdo de quem desce a Rebouças e a Euzébio Matoso, o lado direito pode ter publicidade e essa publicidade tem que ter uma certa regulamentação. Ali existem perto de 300 peças, porque contratamos uma empresa para fazer o levantamento para nós, e mais de 291 são absolutamente irregulares. Todo mundo que olhar para elas vai dizer para nós que aquilo lá é publicidade, mas aquilo ali tem a publicidade do estabelecimento na fachada e depois sobe um monoposte a não sei quantos metros de altura e está lá, "Tudo para rigor", "Casa das Noivas", casa disso, cine vídeo, isso e aquilo, aquilo lá é considerado tudo publicidade e toda ela está irregular. Então nós, as empresa exibidoras estamos sendo atacadas, mas o comércio, a indústria, o banco, o serviço, o posto de gasolina, que tem peças tremendas que estão absolutamente em desacordo com a lei não estão sofrendo nenhum tipo de sanção e essa publicidade está também criando um volume. Para se ter uma idéia, a Associação



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP

Folha nº	078	do
Processo nº	06-001/2006	
Evento	8336	data: 30/05/06
Remetente	José A. Aruta	
RG	10.871	

rod.: R03 fl.: 4 taq.: MARCELO
Orador(es):

rev.:

evento: 8336 data: 30/05/06

Comercial declara que existem em São Paulo 120 mil estabelecimentos comerciais, se cada estabelecimento comercial tiver uma placa seriam 120 mil só nos comerciais. Nós, exibidores de publicidade exterior, temos perto de 15 mil peças na cidade. Dizem: "Mas vocês estão nas avenidas de fundo de vale e tudo isso". Se a lei for praticada, como a lei está prevista, 30% do que estava, hoje já tiramos uma quantidade grande, adaptando da lei antiga para a lei nova, porque também tem esse outro aspecto, nós estávamos sob a égide da Lei 12.115, que tinha licença pelo prazo de dois anos e licenças que ainda não venceram, que vão vencer inclusive em 2007, mas nos querem todos enquadrados na Lei 13.525 e a Lei 13.525 recepciona todas as licenças da Lei 12.115.

Para se ter uma...



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	079	de	
Processo nº	06.001/2006		
Câmara Municipal de São Paulo			
Evento nº	8336	data	04-05-06
RF	10.871		

rod.:R04 fl.:1 taq.:CAMILO
Orador(es):

rev.:

evento:8336 mandado:04-05-06

Para se ter uma idéia, a lei 13.525 foi sancionada, em fevereiro, se não me falha a memória, de 2003, e foi regulamentada, pela primeira vez, por volta de julho de 2003; e, de lá para cá, não existe uma licença que não sejam licenças fictas(?), com base no artigo 59 da lei. Anunciam as licenças que foram emitidas por computador, de Cadan(?) para o comercial. Para o publicitário não existe uma licença emitida, mas, pelo Direito Ficto, no artigo 59, essas(?) foram colocadas na rua.

Agora, vira uma nova lei. Não acabamos de nos adaptar pela lei antiga, e agora vem a lei nova? Então, passamos a ter uma situação muito complexa. É uma preocupação do meio. Também é uma preocupação do comércio, da indústria e do serviço, na medida em que existem os ilegais. Eles deveriam estar sendo acionados pela Prefeitura, mas há aqueles que se adaptaram à lei, dentro do aspecto da legalidade.

Como fica a situação de quem já se adaptou a uma lei, ainda não obteve a licença e vai ter uma lei nova para ele?

O SR. JUSCELINO GADELHA - A Comissão de (ininteligível) ainda não recebeu os documentos, porque O Executivo não mandou para cá esse projeto de lei. Estão usando a expressão Cidade Limpa. Há também o aspecto do que está sendo montada pela Emurb, a nova licitação do mobiliário urbano.

O Cepex foi, em algum momento, ouvido pela Emurb? Os senhores tiveram algum tipo de reunião lá, para conversar um pouco sobre a proposta da Cepex, para ajudar na conclusão dessa licitação?

(NÃO IDENTIFICADO) - Tudo que o Cepex, ou eu pessoalmente sabemos, foi pela imprensa. O que sabemos do projeto de lei, de que



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	080	do
Processo nº	06-001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Evento nº	8336	
data	30-05-06	
RF	10.871	

rod.:R04 fl.:2 taq.:CAMILO
Orador(es):

rev.:

evento:8336

será encaminhado a esta Casa, dentro do princípio dito. Inclusive, no domingo agora, saiu uma matéria, no jornal *Folha de S. Paulo*, na página A-3, num artigo assinado pelo Sr. Prefeito. S.Exa. diz em tolerância zero.

Não temos a menor notícia sobre isso, a não ser aquela que saiu no mesmo jornal *Folha de S. Paulo*, na primeira página do Caderno Cotidiano do dia 11 de maio. Em nenhum momento, fomos chamados para ver qualquer projeto de lei ou opinar sobre qualquer elemento de concorrência pública.

Eu e nenhum dos meus associados, até onde tenho conhecimento, sabemos qualquer coisa formal a esse respeito.

O SR. JUSCELINO GADELHA - O Cepex(?) tem alguma proposta que poderia estar caminhando aqui para a nossa comissão de estudos, por meio do nosso Presidente, nobre Vereador Aurélio Miguel, para analisarmos a matéria e, nesse conjunto, termos uma noção do que o Cepex pensa sobre o mobiliário urbano?

R - Dentro de todo esse tiroteio, nós nos organizamos. Obviamente, já éramos organizados, mas organizamos equipes. Estamos desenvolvendo, sim, um projeto, mas não podemos cotejar nada, porque não sabemos o que vem. Essa está sendo a maior dificuldade que estamos encontrando. Gostaríamos de saber o que vem, para pormos um contraponto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Tem a palavra o nobre Vereador Wadih Mutran.

O SR. WADIH MUTRAN - Sr. Presidente, Srs. Vereadores, boa tarde. O senhor, como presidente do Sindicato dos outdoors de São



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	081	do
PROCESSO nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
evento:	838	mandado de 30-05-06
RF	10.871	

rod.:R04 fl.:3 taq.:CAMILO
Orador(es):

rev.:

evento:838

Paulo e de outros lugares, faço uma pergunta. Temos o seguinte problema: "Se andarmos, na cidade de São Paulo, vemos que ela está sendo totalmente poluída, pelo descontrole que há, talvez até por parte da própria Prefeitura, mas sabemos da necessidade que todos os comerciantes e empresas têm, para fazerem a sua propaganda, para que sua empresa ou qualquer lançamento que tenha de ser feito, seja feito pelos outdoors de São Paulo.

Então, reconheço que há necessidade de haver, isso, na cidade de São Paulo. Indago ao senhor se o senhor conhece um projeto, de minha autoria, e dos nobres Vereadores, Antonio Carlos Rodrigues, Antonio Paes - Baratão, José Viviani Ferraz, e Raul Cortez. Nós fizemos um projeto. Vimos esse tipo de outdoor em Buenos Aires. Posso garantir a V.Exa. que vi muito mais outdoors lá do que na cidade de São Paulo. Isso não polui a cidade, e fica muito bonito. Ilumina muito a cidade, os passeios e os centros de rua.

O senhor conhece e já viu esse meu projeto?

R - Já teve acesso ao projeto de V.Exa., mas também tive acesso às empresas de Buenos Aires. Lá eles chamam esse projeto de vajas(?). Essas vajas(?) têm um tamanho bastante menor do que o outdoor do padrão menor, em torno de 1,5 metro por 2 metros. Ele vem com espaços arrumados, inclusive porque quando há terreno atrás, tem de ser mantido.

Existe também, em Buenos Aires, uma quantidade grande do que chamamos de MUP(?) Mobiliário Urbano para Informação. Às vezes, há publicidade, de um lado, e uma informação de utilidade pública do outro. Pode ser uma mensagem sobre vacinação, qualquer assunto ou um



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	082	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Evento nº	8336	data: 30-05-06
RF	10.871	

rod.:R04 fl.:4 taq.:CAMILO
Orador(es):

rev.:

evento:8336 data:30-05-06

mapa de localização. Quanto a todos esses projetos, um vem pelo lado do mobiliário urbano, e outro vem pelo lado da publicidade exterior, como se manifesta hoje. Conhecemos esse material.

Até por dever de ofício e por trabalhar com isso, tenho projetos dos dois lados, inclusive com patente do modelo industrial. Não tenho patente de invenção. Tenho patente do modelo, por causa do design.

P - É que eles não criam o painel. É aproveitado o painel do muro e parede de prédio.

R - É a vaza(?)

P - Achei isso muito bonito.

R - Quem lançou isso, em Buenos Aires, foi uma empresa. Na verdade, isso foi lançado em Mendonza. É uma empresa mendonzina, chamada Sarniento(?), que já esteve, na cidade de São Paulo, junto com a empresa que opera os abrigos de ônibus na cidade.

P - Adorei isso porque ilumina a cidade inteira.

Eu não sei se (Marcelo)



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	083
Processo nº	06-001/2006
Evento	8336
data	30.05.06
RF	10.871

rod.:R05 fl.:1 taq.: MARCELO
Orador(es):

rev.:

evento:

Eu não sei se o senhor teve a oportunidade de ver a cidade a noite e aquilo ilumina tudo quanto é passeio. Fica muito mais claro em qualquer setor que exija iluminação para a rua e para o passeio, fica lindo e sobressai muito bem a propaganda. Nisso estou defendendo o meu projeto e dos meus colegas, mas como eu ouvi perguntarem, o nobre Vereador Juscelino perguntou, se o senhor pode dar alguma sugestão, estou aproveitando o embalo do meu projeto para ver e gostaria que os membros da Comissão também pudessem estudar o projeto, para ver se há viabilidade.

R - Se quiserem ver uma peça em tamanho natural eu tenho. Eu tenho uma peça pronta, acabada com a iluminação toda como o senhor quer.

O SR. WADIIH MUTRAN - Eu gostaria de apresentar para os meus colegas para ver as sugestões, porque está aí esse problema, tem um projeto do Prefeito mandando para esta Casa sobre o problema dos outdoor, eu gostaria que meus colegas também analisassem o meu projeto e dos meus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Vereador Wadih Mutram, V.Exa. sabe o número do projeto? Depois o senhor manda para nós.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Muito obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Srs. Vereadores, Vereador Wadih Mutran, aqui presente, Sr. Júlio Albieri, Presidente da Sepex, proprietário da Plamark. Nós tivemos aqui na nossa última reunião a presença de um técnico da Emurb que nos falou da preparação desse edital de mobiliário urbano. Naquela oportunidade eu perguntei para o técnico, Vereador Juscelino, sobre, primeiro lugar, detalhes sobre o próprio projeto de mobiliário urbano.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	084	do
Processo nº	06-001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo	Remando José A. Aruta	
RF	10.871	

rod.:R05 fl.:2 taq.: MARCELO
Orador(es):

rev.:

evento: 8336 data: 30.05.06

Ele não os tinha, dizendo que precisava de mais tempo, que estavam discutindo há bastante tempo e tal, estavam em busca de detalhes, de informações sobre o próprio edital, mas, de qualquer forma, ele teria o esboço do edital, Sr. Presidente Aurélio Miguel, já na semana passada, se não me engano e ia passar para nós o esboço desse edital, o que, como não foi comunicado a esta Comissão, eu imagino que ele não tenha passado para nós. Então, da mesma forma que ele não consultou, a Emurb não consultou o Sepex. Do mesmo jeito que não consultou o Sepex eu acho que estamos tendo, esta Comissão está tendo dificuldade de dialogar com a Emurb sobre esse edital porque eles ficaram de mandar para nós o esboço, porque se eu tivesse o esboço disso aqui eu teria muito mais condição de dialogar hoje com o Sr. Júlio Albieri. Aliás, quando marcamos a vinda do Sr. Júlio Albieri a gente estava até supondo que a gente tivesse o esboço desse edital e poderia ter um diálogo mais claro com ele que representa o setor e a gente poderia nos esclarecer mais.

O que nós tivemos foi o artigo do Prefeito, se não me engano no sábado ou domingo, um artigo triunfalista, exagerado, falando associando a proibição dos outdoors na cidade à limpeza da cidade, mostrando, em primeiro lugar, que ele realmente não é do ramo, porque o que mais polui São Paulo, eu não falo isso com total isenção, porque sou uma pessoa da área de comunicação, vim da área de comunicação, então eu gosto de comunicação, sou a favor da publicidade, sou a favor da publicidade exterior, da mídia exterior, mas quero dizer que o grande fator de poluição na nossa cidade, ou em qualquer cidade do mundo, na verdade são as fachadas por iniciativa própria dos



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Ordem nº	085	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Assinado por	José A. Aruta	
data	30.05.06	
RF	10.871	

rod.:R05 fl.:3 taq.: MARCELO
Orador(es):

rev.:

evento:

comerciantes, sem cumprir a regulamentação que existe. Isso de um lado, de outro, quando nós falamos em publicidade irregular, Vereador Juscelino, e o próprio Prefeito fala disso, nós estamos falando na inépcia da Prefeitura para controlar aquilo que é irregular, porque isso não cabe ao setor, cabe à Prefeitura regulamentar. Existiu no Governo anterior toda uma preocupação com isso e a gente disse: "Vamos fazer uma regulamentação mais adequada para o setor e a partir daí vamos começar a cobrar com rigor a fiscalização". A legislação foi feita, foi montada, foi aprovada pela Casa, acho que tem alguns detalhes que vão precisar ser revistos, aperfeiçoados, mas uma vez acertada essa lei nós temos condição de deixar São Paulo com uma publicidade avançada, eu acompanhei a feitura da regulamentação que foi feita no Governo passado, e se a gente fizer de acordo com aquela regulamentação e fizer uma fiscalização rigorosa em São Paulo das fachadas e também da mídia exterior irregular, nós vamos ter uma São Paulo com uma mídia exterior avançada e sem poluição visual. Não tenho dúvida disso.

Então, queria, em primeiro lugar dizer isso, a Emurb não forneceu informação e acho que o artigo do Prefeito é um artigo infeliz, foi um artigo infeliz e artigo de quem associa, curiosamente ele, o Chefe do Executivo, poluição à existência em tese de outdoor e da mídia exterior quando, na verdade, a poluição existe porque a Prefeitura... Hoje nós temos lei, antes a legislação era muito confusa, hoje tem uma lei muito clara. Então se existe essa poluição é porque a Prefeitura está sendo inepta na fiscalização. Ele que deveria



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	086	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Evento: 8336	data: 30.05.06	
RF 10.871		

rod.:R05 fl.:4 taq.: MARCELO
Orador(es):

rev.:

evento: 8336

fiscalizar põe a culpa o outro, encontra um culpado para questão da poluição.

Como eu acho que não há ingênuos nesta história, isso me autoriza a achar que o Prefeito fez aquele artigo para defender um certo tipo de edital de mobiliário urbano. Ele quer a proibição dos outdoors e de toda mídia exterior porque ele quer valorizar esse edital de mobiliário urbano e um edital totalmente conduzido, inclusive dialoguei com o técnico Luiz, que esteve aqui, totalmente conduzido para as grandes empresas.

Eu não concordo inteiramente com o Júlio...

SEM REGISTRO ORTA 2006



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: R6 fl.:1 taq.: VIANNA
Orador(es):

rev.:

evento: 8336

Folha nº	087	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo	data: 30.5.2006	
Fernando José A. Aruta		
RF 10.971		

...de mobiliário urbano e um edital totalmente conduzido - inclusive eu dialoguei com o técnico Luís, que esteve aqui -, totalmente conduzido para as grandes empresas. Eu não concordo inteiramente com o Júlio. Acho que, se houvesse um fatiamento desse edital, teria mais condição de as empresas nacionais, que têm menos aporte de capital, participarem; acho que poderia ter mais condição de participarem. Eu não digo só separar a questão da criação do resto; ter um fatiamento, porque acho que isso daria mais condições de as empresas participarem. Não acredito na frase que o Luís colocou para nós, que ele acha que tem que ter o edital unificando tudo para evitar os amadores. Eu disse para ele naquele momento que, para mim, amador em matéria de publicidade são os canadenses, os franceses e os italianos, e a publicidade brasileira é bastante avançada. Posto isso, insistindo com o Presidente para que a gente converse com a direção da Emurb para que nos mande um esboço o mais rápido possível desse edital.

Eu queria fazer algumas perguntas para o Dr. Júlio e depois esperar o comentário dele. Com relação à Plamarc, eu perguntei para o técnico Luís o seguinte: E as placas? Aí ele me disse que as placas iam ficar fora do mobiliário urbano. Na lei está, mas ele me disse que ia ficar fora do edital.

O SR. JÚLIO - O que acontece é o seguinte: em todas as outras praças onde houve a concorrência do mobiliário urbano como família, as placas sempre estiveram...

- Intervenções simultâneas ininteligíveis.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	088	do
Processo nº	06-001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Evento nº	8336	Data: 30/05/2006
RF	10.871	

rod.: R6 fl.:2 taq.: VIANNA
Orador(es):

rev.:

evento: 8336 Data: 30/05/2006

RF 10.871

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Exatamente, e na nossa lei também, mas ele disse que vai ficar fora.

O SR. JÚLIO - Ela consta da lei, mas é uma concorrência que corre à parte. No geral é isso que ocorre em todas as outras cidades.

- Intervenções simultâneas ininteligíveis.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Pois é, mas também ele não foi claro, mas ele disse o seguinte...

O SR. JÚLIO - Curitiba foi assim, Rio de Janeiro foi assim, Salvador...

O SR. JOSÉ AMÉRICO - ... que a idéia é que ficasse fora, que não tivesse publicidade nas placas.

O SR. JÚLIO - Isso saiu publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Exatamente. E ele também disse que queria... parece que a idéia era deixar sem publicidade. E aí eu perguntei para ele o seguinte: como é que vocês vão tratar do assunto? Ele falou o seguinte: que eles iam abrir uma licitação para isso. E aí não deixou muito claro, e aí a minha pergunta para o senhor...

- Intervenções simultâneas ininteligíveis.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - É, não deixou muito claro que tipo de licitação, aí eu insisti e ele disse que ia fazer uma emergencial e eu disse; a emergencial não se justifica, eu vou entrar no Ministério Público contra vocês, porque emergencial não se justifica. Vocês tinham um contrato que tinha validade, antes que esse contrato terminasse vocês já deviam ter aberto uma licitação, uma nova licitação do jeito que vocês queriam que fizesse, e não uma



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Processo nº	089	do
Processo nº	06.001/2006	
Para	data 30.5.2006	
Remando José A. Aruta		
RF 10.871		

rod.: R6 fl.:3 taq.: VIANNA
Orador(es):

rev.:

evento: 8336

emergencial que não justifica. Então, eu queria ter informação do senhor sobre esse fato de o senhor estar sabendo desse contrato de emergência, dessa licitação de emergência... licitação de emergência não tem, esse contrato de emergência.

O SR. JÚLIO - Nós não temos nenhuma informação de maneira formal. Tudo que a gente ouve... já disse que nós na empresa e nós no sindicato ouvimos é através da mídia e através da mídia nós soubemos que deve haver uma concorrência por pregão neste mês, mês que vem... neste mês já não dá mais, mas no mês de junho ou no mês de julho, para que seja feita a manutenção dos postes, até que... dos conjuntos sinalizadores, até que venha uma nova concorrência. Como, não sei. Também fomos informados pela imprensa que as placas terão umas tarjas coloridas. Saiu no jornal *O Estado de S. Paulo*, no *Diário Oficial do Município* também saiu, no *Diário de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* a matéria que São Paulo vai ter as placas com cores.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Perfeitamente. Naquele momento ele falou alguma coisa parecida com isso, mas também não foi claro, dando a entender que eles vão fazer uma licitação de manutenção com o objetivo de substituir a empresa, já que a partir de agora não vai ter publicidade. Como não vai ter de publicidade, então vai ser de manutenção.

Por último, antes de passar a palavra para o nosso Presidente, vou perguntar o seguinte: a Plamarc, além de o senhor ter tido a concessão em São Paulo, o senhor tem em outras cidades também. E como é feito em outras cidades? Eu queria que o senhor falasse um pouco dos lugares onde o senhor tem concessão e como é feito nessas cidades.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP

Folha nº	090	do
Processo nº	06.001/2006	
Evento	8336	data 30-5-2006
Fernando José A. Aruta		
10.671		

rod.: R6 fl.:4 taq.: VIANNA
Orador(es):

rev.:

evento: 8336 data 30-5-2006

O SR. JÚLIO - Cada cidade... a base é sempre a mesma.

Existe... Nós somos obrigados a colocar os conjuntos sinalizadores, viver da publicidade que nós temos que buscar o anunciante para pagar. No geral esses contratos são de longo prazo e de cidade para cidade varia o que eles pedem como contrapartida. Então, existe uma cidade que pede dinheiro como contrapartida, existe cidade que pede a identificação de vias e logradouros como contrapartida, existe cidade que leva para um equilíbrio, põe um prazo mais longo e pede, além da sinalização padrão aonde... Porque o conjunto sinalizador, no geral, vai nas principais vias onde existe o interesse comercial, e fica o resto da cidade, se é que se podem chamar os outros espaços de resto, mas o que sobra da cidade, nesses espaços é que a gente doa e coloca placa padrão. Existe uma cidade, que a cidade de Guarulhos, onde além de fazermos os postes e doarmos uma certa quantidade de placas padrão, nós estamos fazendo todo o recadastramento dos imóveis da cidade para a Prefeitura. A estimativa é de 300 mil imóveis, nós já estamos com 150 mil perfeitamente identificados.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Concluo por aqui, Sr. Presidente. Muito obrigado Sr. Júlio.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Registro a presença do Vereador Donato, que também quer fazer uso da palavra, e o Presidente Roberto Tripoli, que aliás tem uma lei relativa à publicidade no Centro da Cidade e também a Prefeitura não tem fiscalizado, porque nós estamos observando aí diversas publicidades irregulares no Centro Velho da cidade de São Paulo.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	091	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Assinado por	José A. Aruta	
RF	10.871	
data	30.5.2006	

rod.: R6 fl.:5 taq.: VIANNA
Orador(es):

rev.:

evento: 8336 data: 30.5.2006

O SR. ROBERTO TRIPOLI - Quero desejar boa tarde a todos os senhores presentes, Dr. Júlio Albieri, que preside a Associação há muitos anos. Só venho a esta douta comissão como interessado, porque tenho um projeto de lei, como colocou o Vereador Aurélio Miguel, da proibição de publicidade no Centro da cidade de São Paulo, que também não vem sendo cumprido.

Já oficializei... (R7)

SEMPRE VOTO COM A VOUZ



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	092
Processo nº	06-001/2006
Câmara Municipal de São Paulo	
evento:	8336 data: 30.5.2006
Orador(es):	Orlando José A. Almeida
RE	10.871

rod.: R7 fl.:1 taq.: VIANNA
Orador(es):

rev.:

evento:

data: 30.5.2006

Já oficializei o Secretário, o Subprefeito Andrea Matarazzo três vezes e depois oficializei também o Secretário Andrea Matarazzo dizendo que o Subprefeito da Sé não tinha cumprido a legislação e continuo vendo a parte jurídica, até onde posso ir e vou colocar isso também à disposição da CPI que nós temos na Casa, que está trabalhando em relação à comunicação, poluição visual enfim.

Outro ponto importante que eu tomei conhecimento... os Srs. Vereadores sabem que... eu acredito que na próxima terça-feira estará dando entrada na Câmara Municipal um projeto de lei sobre mobiliário urbano. Como um ambientalista já antigo e como estou Presidente da Câmara Municipal, eu queria ajudar com subsídios esta comissão de estudos. Então, eu queria colocar à disposição do Sr. Presidente a contratação de consultoria.

Quando eu fiz o projeto de lei, já procurei vários veículos para ver como que nós podemos apurar o que de fato está acontecendo na cidade de São Paulo, então nós temos o caminho de como os Vereadores têm que fiscalizar o Poder Executivo e nós temos muita atribuição aqui, acho que a presidência da Casa não poderia deixar de colocar à disposição do Sr. Presidente recursos para a contratação de consultoria, porque nós vamos ter que esta comissão vai ser muito importante não só pelo tema, mas pelo projeto que virá. Acho que esta comissão vai poder dar subsídios para a aprovação ou não do projeto que virá, não é isso? Nesse sentido eu venho aqui primeiro elogiar o trabalho que os senhores estão fazendo, o encaminhamento que os senhores estão dando e colocar à disposição também recursos da Câmara



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

folha nº 093
Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Sessão de 30.5.2006
RP 10.871

rod.: R7 fl.:2 taq.: VIANNA
Orador(es):

rev.:

evento: 8336 data: 30.5.2006

para que nós possamos fazer um trabalho digno para a cidade de São Paulo.

Era isso que eu queria colocar, Sr. Presidente. Muito obrigado e me retiro para abri a sessão ordinária. Muito obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Eu agradeço o apoio que o senhor tem dado a esta comissão. Sem dúvida alguma, será importante para melhorar ainda os estudos desta comissão para que a gente possa trazer aqui uma idéia melhor para a cidade de São Paulo. Obrigado, Sr. Presidente.

O Vereador Donato tinha pedido a palavra.

O SR. DONATO - Obrigado, Presidente. Primeiro quero cumprimentá-lo pela oportunidade da criação desta comissão, bastante pertinente no momento e vai ser o principal palco de análise e de estudo das questões da paisagem urbana na Cidade.

Quero perguntar para o Sr. Júlio Albieri duas questões. A primeira é a seguinte: a licitação do mobiliário urbano... a gente não tem todo o conhecimento do edital, mas se imagina mais ou menos o volume de faces de publicidade estimados nessa licitação. Ela teria hoje, sem alteração da legislação, qual valor de mercado por ano?

O SR. JÚLIO - Cento e trinta e quatro milhões de reais para veiculação da publicidade, nesse valor incluído o valor de agência de publicidade, dos tributos todos e amortização dos equipamentos, manutenção de equipamento. O faturamento bruto da ordem de 134 milhões.

O SR. DONATO - Por ano?



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	094
Processo nº	06.001/2006
Comando	130.5.2006
RF	10.871

rod.: R7 fl.:3 taq.: VIANNA

rev.:

evento: 8336 data: 30.5.2006

Orador(es):

O SR. JÚLIO - Tem uma estimativa, segundo falam, para 14 mil faces.

O SR. DONATO - Quatorze mil faces, 134 milhões por ano?

O SR. JÚLIO - Que daria em vinte anos 2,680 bilhões de reais.

O SR. DONATO - É evidente que é difícil para o senhor estimar, mas a sua experiência pode nos ajudar: caso seja aprovada uma proposta de lei nos termos do artigo do Prefeito Gilberto Kassab, qual seria o valor dessa publicidade no mobiliário urbano? Aumentaria quantas vezes?

O SR. JÚLIO - Vereador, eu não sei se aumentaria ou não. Esse número de 134 milhões está baseado num valor de faturamento da publicidade exterior feito pelo projeto Intermeios de 275 milhões de reais para a cidade de São Paulo nos últimos anos. Então, se São Paulo consegue de publicidade exterior como um todo 275 milhões e se nós considerarmos que São Paulo demanda para o Brasil mais de 70% da publicidade exterior - nota, ela não é veiculada aqui -, a veiculação aqui é dessa ordem de 170 a 180 milhões de reais. Então não mexeria muito. Então esta é a razão dos 134 milhões. Qualquer número que for dito acima disso, é aquela famosa coisa: quando os europeus chegaram, eles falaram que iam faturar cem dólares por face/semana. Só que eles esqueceram... Ah, porque esta cidade tem xis mil habitantes. Quando eles vieram para o Brasil e viram tantas cidades com 250 mil habitantes, eles esqueceram de levar em consideração um fator: enquanto na Europa uma cidade de 250 mil habitantes tem 90% de incluídos, no Brasil uma cidade de 250 mil habitantes, como qualquer outra cidade, tem 90% de excluídos. Por consequência, os números não



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP

rod.: R7 fl.: 4 taq.: VIANNA
Orador(es):

rev.:

evento: 8336 data: 06.01/2006

RE 10.871

podem ser praticados na forma que eles estão falando. Os números são, sim, bastante menores do que qualquer aventura possa ser vista por aí. Hoje, porque todo dinheiro... há de se dizer que quase 60% do dinheiro da mídia no Brasil vai para mídia eletrônica. Esta é uma distorção que existe neste país. Enquanto nos outros países a publicidade exterior tem uma força muito maior e a publicidade impressa tem uma força grande e a mídia televisiva tem uma força menor, no Brasil a equação é absolutamente invertida.

O SR. DONATO - Então, só para ficar claro, o valor atual é de 134 milhões, mas...

O SR. JÚLIO - A estimativa. Inclusive saiu publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*...

- Intervenções simultâneas ininteligíveis.

O SR. DONATO - ...eliminando a possibilidade dos anunciantes anunciarem em *outdoors*, em outras mídias, concentrando nas faces dos pontos de ônibus, nos banheiros, esse valor individual de cada face não aumenta?

O SR. JÚLIO - Pode ser que aumente, mas a sociedade vai reagir. Há de se dizer que a Associação Brasileira de Anunciantes, a ABA, já manifestou... depois eu posso mandar uma cópia para os senhores da carta que ela mandou para o mercado todo em apoio ao Cepex, à publicidade exterior, dizendo que ele apóia todas as manifestações de mídia, não podendo ficar só na publicidade exterior, porque senão seria novamente um monopólio como é o caso da televisão, praticamente.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

folha nº	096
Processo nº	06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo	
Período de data	30.5.2006
RF	10.871

rod.: R7 fl.:5 taq.: VIANNA
Orador(es):

rev.:

evento: 8336

O SR. DONATO - Só uma última questão, Sr. Júlio: o Vereador

José Américo falou com muita propriedade que é necessário que esse edital do mobiliário urbano

não seja com um único lote, ele possa ter vários lotes... (R8)

SAN PRENSO DA TAQUIGRAFIA



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP

rod.: R08 fl.:1 taq.:MARCIA
Orador(es):

rev.:

evento:8336

Folha nº	097	de
Processo nº	06.09/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Evento	8336	
Data	30-05-96	
Em nome de	João A. Arata	
RF	10.871	

...ele possa ter vários lotes para possibilitar a participação de empresas nacionais. Mas acredito que o grande diferencial nesse edital é que ele não pode ser um edital de técnica e preço, porque se houver um julgamento do *design*, aí sim, você vai ter um caráter subjetivo que pode direcionar essa licitação. Então, acredito que a melhor maneira - e quero sugerir isso para a comissão - é que houvesse primeiro um concurso ou alguma coisa que estabelecesse qual mobiliário vai ser colocado e depois as empresas pudessem se capacitar, produzir e comercializar esse mobiliário; ou seja, em duas fases esse processo, e não numa fase só porque o julgamento do *design* tem um aspecto muito subjetivo e pode favorecer alguma empresa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(NÃO IDENTIFICADO) - Quero falar uma coisa em cima do que o senhor disse e que o Vereador José Américo disse também. Nós não somos contra a cidade ter três, quatro ou até cinco áreas. Nós acreditamos que a cidade sendo dada como um único bloco, obviamente só vai poder concorrer quem tenha muito capital. Não somos contra, absolutamente, que a cidade seja fatiada; há de se dizer que já houve na cidade de São Paulo um edital de concorrência para mobiliário urbano onde a cidade tinha três áreas, com análise econômica para cada uma delas. Agora não tenho conhecimento se é uma área só, se são três ou cinco, então não posso fazer nenhum comentário a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Pela ordem, Vereador Juscelino Gadelha.

O SR. JUSCELINO GADELHA - Vou ser breve porque teremos a sessão plenária, mas quero propor uma situação à comissão e responder



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 098

Processo nº 06-001/2006

data 30-05-06

emando José A. Aruta

RF 10.871

rod.: R08 fl.:2 taq.:MARCIA
Orador(es):

rev.:

evento:8336

um pouco ao nosso amigo José (?) a respeito da questão da poluição. Ele diz que quem polui são as fachadas de empresas. Vou dar um exemplo muito concreto a você: na Vinte e Três de Maio, quando você descia em sentido obelisco, não via o obelisco, mas sim uma placa da Coca-Cola que praticamente tapava o patrimônio histórico da cidade de São Paulo que é o Monumento à Revolução de 32. Depois foi retirada. É um exemplo.

(NÃO IDENTIFICADO) - Mas ali era propaganda, Vereador.

O SR. JUSCELINO GADELHA - Não, mas era uma poluição visual. Não são só fachadas de empresas; existe também outro tipo de poluição. À respeito da Emurb, na semana passada, aqui conosco, acho que o rapaz que veio representando a Emurb colocou questões que não estão na velocidade em que ele colocou. A questão das placas, ele colocou para nós que estaria numa velocidade mais lenta, e no decorrer da semana nós pegamos informações e as placas estão mais adiantadas. Como sugestão à comissão, poderíamos marcar uma reunião com a presença da Emurb para conversar esse assunto da comissão lá.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Primeiro eles têm que nos enviar o que foi pedido; tentei falar com a diretora da Emurb, Regina, e não houve possibilidade, mas vou retornar a ligação.

O SR. JUSCELINO GADELHA - Então vamos preparar a documentação que falta para irmos até lá resolver esse problema, porque a comissão e a Emurb terão de caminhar mais ou menos juntas, porque lá eles vão acelerar e aqui temos de acompanhar.

Era isso, Sr. Presidente.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: R08 fl.:3 taq.:MARCIA
Orador(es):

rev.:

evento: 8336

Folha nº	099	do
Processo nº	06-001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Emendo data	30-05-06	
RF	10.871	

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Nós podemos terminar a sessão quando iniciar a sessão ordinária do plenário. Como deve começar às 3 e 15, eles vão nos avisar e terminaremos a sessão nesse momento.

Quero deliberar com os membros da comissão a respeito da proposta da Presidência para contratarmos uma entidade para nos auxiliar aqui nos estudos do mobiliário e paisagem urbana. Se todos estiverem de acordo e acharem que devemos contratar, fiquem como estão. Aprovado. Peço que a secretaria encaminhe à Presidência para deliberar em relação a isso.

Só queria entender uma coisa, em relação ao que o Vereador Donato disse há pouco, o senhor disse que é de 134 milhões o estudo anual do mobiliário urbano. Se nós incluirmos aí a paisagem urbana que são os *outdoors*... Ou é separado?

(NÃO IDENTIFICADO) - Não, esses 134 milhões é a fatia que o mobiliário urbano espera tirar do bolo, em torno de 175 milhões de reais, que corre na cidade de São Paulo. Isso é normal. Aí se espera uma alavancagem do sistema, mas se for feita a rapa, então deverá vir tudo para o mobiliário urbano.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Hoje, a paisagem urbana, que são *outdoors*, *back-light*, publicidade em prédios, apartamentos, escritórios, qual é o montante de movimento anual?

(NÃO IDENTIFICADO) - Na cidade de São Paulo, 175 milhões, aproximadamente hoje, em que se inclui São Paulo. São Paulo gera mais para o Brasil inteiro, mas que se veicula em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - *Outdoors* e *back-light*?



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: R08 fl.:4 taq.:MARCIA
Orador(es):

rev.:

evento:8336

RF 10.871

100
06.001/2006
30-05-06
Enando José A. Aruta
S. Paulo

(NÃO IDENTIFICADO) - E mobiliário urbano também; está incluído o mobiliário que existe hoje. Hoje existe ponto de ônibus com publicidade em São Paulo; relógio digital que está na rua.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Mas minha pergunta é distinta: o mobiliário urbano que são ônibus, placas, tudo que está aqui na Lei 13.517. Agora, o outdoor - hoje a cidade de São Paulo e o Brasil têm essa cultura do outdoor, a mídia exterior - hoje movimenta quanto?

(NÃO IDENTIFICADO) - Como a gente recebe esses números totalizados, eu posso passar para o senhor os dados que temos até o mês de maio item por item, e os senhores terão, aqui na comissão, esses valores perfeitamente identificados. E daremos o movimento, item por item, que fechou no ano de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - O senhor sabe quanto foi recolhido a título de taxa de fiscalização de anúncio pela Prefeitura no último ano?

(NÃO IDENTIFICADO) - Sei que no ano de 2004, por uma curiosidade pessoal, fui atrás e através de uma instituição de ensino fiquei sabendo, porque não obtive pelos caminhos normais, que no ano de 2004 foram recolhidos aos cofres municipais 44.020.835 reais e alguns centavos. No ano passado, fazendo uma projeção,

eu estou fazendo a estimativa de 50 milhões de reais...MARCIA



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: R09 fl.:1 taq.:MARCIA
Orador(es):

rev.:

evento:

Folha nº 101	de
Processo nº 06-001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo	
Recebido em 30-05-06	
RF 10.871	

...eu estou fazendo a estimativa de 50 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - 50 milhões e não há fiscalização suficiente para essas irregulares. É um absurdo.

(NÃO IDENTIFICADO) - Esse valor, nós pagamos todos os anos para sermos fiscalizados, nós e todo o comércio, só que o problema é esse.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Existe algum convênio da Cepex com a Prefeitura? Como funciona?

(NÃO IDENTIFICADO) - Dois convênios. E já foi assinado anteriormente, o Vereador já foi secretário de Subprefeituras e ele na época assinou conosco um convênio para que, quando a Prefeitura autua, tendo praticado todos os trâmites da legalidade... E quero falar também que o senhor fez uma Portaria que dava toda a regra, e seria a regra que nós gostaríamos de ver aplicada para nós na cidade. Nós damos os equipamentos e o pessoal; a Prefeitura vai para o local, ela nos indica: "Você vai ter que estar na rua tal, número tal. Quando você terá o equipamento?" A gente manda uma equipe, verifica o que é, providencia o equipamento e os técnicos. Avisamos a Prefeitura e ela manda o agente vistor e tudo o que tem que mandar, inclusive, em alguns casos a Guarda Civil Metropolitana ou mesmo a Polícia Militar para dar cobertura. E nós disponibilizamos os equipamentos, as equipes técnicas e recolhemos onde a Prefeitura pede.

E existe outro convênio que é o do Cadeplex. As empresas publicitárias do exterior são obrigadas a ter um cadastro para trabalhar na cidade de São Paulo. Esse cadastro, a documentação vem até nós, nós examinamos, passamos para a Seab, que vai dar ou não, e



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: R09 fl.:2 taq.:MARCIA
Orador(es):

rev.:

evento: 8336
Processo nº 06.001/2006
Data: 30-05-08
Fernando José A. Aruta
RF 10.671

nós damos nossa opinião se pode ou não dar. Mas não fica vinculado à nossa proposta que a Seab dê ou não o Cadeplex para a empresa. Esses dois convênios nós temos com a Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Quais providências a Prefeitura tem tomado contra as empresas de propaganda?

(NÃO IDENTIFICADO) - Nós gostaríamos que fosse as providências dentro da lei, que são as multas, a autuação, a primeira multa, a segunda multa depois de quinze dias em dobro, a terceira multa, até que fosse dada autorização para retirada. Hoje, tendo ou não, às vezes não tem nem multa, eles estão indo ao local, pondo tarjas, pondo listagens no jornal, no Diário Oficial da cidade, de empresas que supostamente estão irregulares, quando muitas vezes nem é verificado se existe licença ou não, e muitas vezes existe.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - O senhor tem estimativa em relação ao número da mídia exterior que esteja irregular na cidade de São Paulo?

(NÃO IDENTIFICADO) - Como eu disse no começo, nós temos que dividir em duas partes. A publicidade exterior como publicidade representa, se tanto - e deve ser muito menos, porque o comércio, a indústria e os serviços têm muito mais placas que isso - menos de 10% da publicidade toda na cidade de São Paulo.

A publicidade, na sua maior parte a indicativa, tem 90% de irregularidade, e a publicitária hoje deve estar beirando 25 a 30%.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Não sei se o senhor está participando também, estamos observando na cidade movimento a favor da regulamentação da Lei de Outdoors.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	103	de
Processo nº	06-001/2006	
Evento:	8336 para Midata	30-05-06
Assinatura:	Fernando José A. Aruta	
RF	10.871	

rod.: R09 fl.:3 taq.:MARCIA
Orador(es):

rev.:

evento: 8336 para Midata 30-05-06

(NÃO IDENTIFICADO) - É a Central de Outdoors que está fazendo.

As empresas filiadas à Central de Outdoors são filiadas ao Sindicato, sim. Nem todas, mas as grandes empresas são filiadas. Elas estão nessa campanha.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Com relação à paisagem urbana, qual a posição do Cepex, uma vez que o Município possui legislação, a 13.525, que precisa de regulamentação que impede a emissão de licença de CADAM?

(NÃO IDENTIFICADO) - A Lei 13.525, como já disse, foi aprovada e sancionada em 2003; teve a primeira regulamentação também em 2003. Não se podiam dar as licenças porque havia nessa lei o artigo 35 que criava fundos para proteção e estudos para a paisagem urbana. No ano de 2004 foi encaminhado à Câmara dos Vereadores um projeto de lei, de número 566, da Prefeita Marta Suplicy, extinguindo aquele artigo na lei. Como ela não foi reeleita, o projeto voltou para o Executivo e em junho do ano passado ele voltou a esta Casa em caráter de urgência. Foi aprovado, virou a Lei 14.110 e no dia 19 saiu uma nova regulamentação, em função dessa alteração. Até o momento nós temos licenças fictas baseadas no artigo 59 da lei 13.525. A licença de CADAM mesmo, nenhum dos anúncios publicitários a tem. Nós gostaríamos disso com a máxima urgência porque a nossa legalidade, os nossos anunciantes hoje estão fugindo se não tivermos essa licença com aprovação da prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - A Cepex enviou alguma proposta com relação à paisagem urbana para contrapor a proposta do Executivo?



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

rod.: R09 fl.:4 taq.:MARCIA
Orador(es):

rev.:

evento: 8336

RF 10.871

processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Emendo José A. Araujo
data 30-05-96

(NÃO IDENTIFICADO) - Como não a conhecemos, nós não podemos mandar nada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Mas nem chegou para vocês?

(NÃO IDENTIFICADO) - Não, porque nós não sabemos o que vem. O que vem é o que vem.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Algum vereador tem mais alguma pergunta a fazer? Juscelino Gadelha.

O SR. JUSCELINO GADELHA - Pela ordem. Você poderia mandar algum documento para esta comissão de estudos, para ajudar nos seus levantamos?

(NÃO IDENTIFICADO) - Eu vou mandar os valores e o que mais a gente puder. (Falas concomitantes) Quando recebermos o projeto de lei, nós vamos fazer os comentários e vamos fazer nossa proposta, e aí teremos imenso prazer em mandar, sim.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Só queria saber, quando o senhor pediu providências com relação ao não-cumprimento da fiscalização por parte do Executivo... O senhor deve ter mandado ao Executivo o pedido para que se fiscalizasse. Se puder mandar cópia para esta comissão, seria importante.

(NÃO IDENTIFICADO) - Isto sempre aconteceu em reuniões que nós temos com bastante frequência com os órgãos competentes. E não existe nem nunca existiu uma formalização.

A única coisa... ROD. R10



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP

Folha nº 105 do
Processo nº 06-001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
evento: 8336 data: 30/05/2006
RF 10.871

rod.:R10 fl.:1 taq.:LUIZ_BARBOZA rev.:
Orador(es):

... importante.

O SR. - Isso sempre aconteceu em reuniões - que nós temos com bastante frequência até - com os órgãos competentes. E não existe, nem nunca existiu, uma formalização.

A única coisa que nós formalizamos é que na Lei 13.525 tem uma quarta instância - se bem que, como as coisas não estão sendo indeferidas nem deferidas, essa quarta instância também está parada - que é a Comissão de Proteção à Paisagem Urbana. Para isso, todos nós que já compusemos a Comissão já fizemos questionamentos formais à Prefeitura. Disso, eu posso mandar uma cópia para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Está bem.

Se o senhor quiser fazer mais algum comentário, algo que possa acrescentar aqui a esta Comissão...

O SR. - Em primeiro lugar, colocar o sindicato à disposição. Nós temos técnicos especializados em Direito Administrativo, em Urbanismo como em Paisagem Urbana. Quando eles não são do próprio sindicato ou não compõem o quadro nosso do sindicato, eles são técnicos que já estão contratados por nós, à disposição naquilo que estiver ao nosso alcance.

Procurar que a Comissão, quando tiver reuniões, para que a gente mande um representante para ouvir o que é dito, para, depois, podermos trabalhar também os nossos próprios encaminhamentos e as nossas próprias sugestões.

E agradecer por ter sido chamado e pela preocupação que os senhores estão demonstrando com a publicidade exterior. Ela é, se não a primeira, a segunda manifestação de comunicação entre os homens. A



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

106 do
Processo nº 06-001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
evento: 8386 data: 30/05/2006
RF 10.871

rod.:R10 fl.:2 taq.:LUIZ_BARBOZA
Orador(es):

rev.:

evento: 8386 data: 30/05/2006

primeira era a palavra, os arautos; depois, vieram as letras e os símbolos, a cruz e os textos. Então, nós somos mais antigos que a televisão, o rádio, a Internet e outras coisas. Assim, nós temos de ressurgir. Talvez venhamos a ser uma nova Fênix aí.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Gostaria de agradecer a presença do Sr. Júlio Albieri Neto.

Se nós tivermos mais alguma dúvida, podemos enviar por escrito ou até pedir novamente que ele compareça aqui.

E temos um novo compromisso na próxima terça-feira, dia 06 de junho, neste mesmo local.

Boa tarde a todos.

Estão encerrados os trabalhos de hoje.

TID 870419



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº	107	do
06.01/2006		
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO DE PROBLEMAS REFERENTES AO MOBILIÁRIO URBANO MUNICIPAL (RPP 06-0001/2006)

São Paulo, 30 de maio de 2006.

MEMO CE-MOBURB Nº 006/2006

EXMO. SR. VEREADOR ROBERTO TRIPOLI

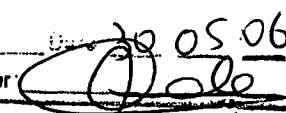
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Na qualidade de Presidente da Comissão em epígrafe e honrado com sua presença em nossa reunião ordinária realizada na data de hoje, comunico que deliberamos por acolher a **oferta de V.Ex^a**, qual seja, de **contratação de consultoria** para apoiar os trabalhos desta Comissão, no tocante a **paisagem e mobiliário urbano**.

Solicito as elevadas e urgentes providências de V.Ex^a para que se efetive tal contratação em tempo hábil, tendo em vista a curta duração da Comissão de Estudos cujo prazo expira em início de julho próximo, sem possibilidade regimental de prorrogação.

Atenciosamente,


VEREADOR AURELIO MIGUEL
Presidente da Comissão

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO	
PRESIDÊNCIA	
RECEBIMOS	
Prot. nº	05.06
Recebido por	



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 108 do
Processo nº 06-001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO DE PROBLEMAS REFERENTES AO MOBILIÁRIO URBANO MUNICIPAL (RPP 06-0001/2006)

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO DE PROBLEMAS REFERENTES AO MOBILIÁRIO URBANO MUNICIPAL (RPP 06-0001/2006) – Aos seis dias de junho de 2006, às 14 horas, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º subsolo do Palácio Anchieta, em terceira Reunião Ordinária da Comissão de Estudos para apreciação de problemas referentes ao mobiliário urbano municipal, reuniram-se, sob a presidência do Vereador Aurélio Miguel, os Vereadores-membros Attila Russomanno, José Américo, Jorge Tadeu, Farhat e Juscelino Gadelha. Por estar presente o Sr. Luiz Roberto Ferreira Valente Filho, Diretor da Central de Outdoor – Seccional São Paulo, o Presidente aventou a possibilidade de ouvi-lo, com o que todos concordaram. Questionado pelos membros, Valente Filho expôs a situação em que se encontra o setor, citou os cerca de R\$ 50 milhões de taxa de anúncio arrecadados pela Prefeitura e os aproximadamente R\$ 150 milhões de faturamento de outdoors na Capital, estimou em quinze mil o número de profissionais absorvidor pela atividade e comentou que a Central, o Sindicato e o poder público precisam se reunir para debater a questão e encontrar soluções. A título de curiosidade, mencionou episódio recente, a Maratona de São Paulo, cuja divulgação foi feita pela Prefeitura através de faixas – o que é expressamente proibido por lei. Seguiram-se opiniões diversas a respeito do projeto de lei prestes a ser encaminhado pelo Executivo. A Comissão concordou com a contratação da consultoria especializada da USP para dar suporte aos trabalhos. O Vereador Farhat, com adendo do Vereador Aurélio Miguel, teve aprovado requerimento de informações das Subprefeituras de Pinheiros e Vila Mariana sobre a regularidade de equipamentos publicitários na Avenida JK, entre as Avenidas Faria Lima e Marginal Pinheiros, e na Avenida Prof. Ascendino Reis, nas imediações das Ruas Pedro de Toledo e Borges Lagoa. Nada mais havendo, o Presidente encerrou os trabalhos, convocando os membros para a próxima terça-feira, excepcionalmente às 10 horas, em virtude da partida do Brasil na Copa do Mundo. A íntegra das notas taquigráficas compõe a ata da reunião. Eu, Fernando José Alfonso Aruta, secretariei a presente reunião e dela lavrei ata que vai assinada pelos membros presentes e por mim.

AURÉLIO MIGUEL, Presidente

ATTILA RUSSOMANNO

JOSÉ AMÉRICO

JUSCELINO GADELHA

JORGE TADEU

FARHAT

FERNANDO JOSÉ A. ARUTA, na Secretaria



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

SEM REVISÃO
TAQUIGRAFIA

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO DE
PROBLEMAS REFERENTES AO MOBILIÁRIO
URBANO MUNICIPAL

PRESIDENTE: AURÉLIO MIGUEL

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 06 de junho de 2006

OBSERVAÇÕES:

Há grafia(s) não confirmada(s)

Orador não identificado

Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível

Intervenção simultânea ininteligível/inaudível

Manifestação fora do microfone



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 110 do
Processo nº 106.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
NF 10.871

rod.: M1 fl.:1 taq.: VIANNA
Orador(es):

rev.:

evento: 8355

data: 06.6.2006

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Está aberta a terceira reunião ordinária da Comissão de Estudos para apreciação de problemas referentes ao mobiliário urbano municipal, com a presença dos Vereadores Aurélio Miguel na Presidência, Jorge Tadeu, José Américo, Juscelino Gadelha e Russomanno.

Queria lembrar aos colegas que na semana passada o Presidente colocou à disposição a possibilidade de contratação de uma consultoria para esta comissão. Nós deferimos aqui, protocoliei oficialmente na Presidência, o Presidente já me contatou e há possibilidade de nós contratarmos a Fupan, que é a Faculdade de Arquitetura da USP, que inclusive já fez um trabalho de estudos para a Prefeitura de São Paulo. Então, se os senhores estiverem de acordo em nós contratarmos essa entidade... Todos estão de acordo, então está aprovado, então vou comunicar o Presidente oficialmente.

Parece que temos aqui a presença dos representantes da Central de Outdoor. Nós não deliberamos na última sessão, mas podemos deliberar agora. Se todos estiverem de acordo em nós podermos escutar o representante da Central de Outdoor, que é o Sr. Luís Roberto Ferreira Valente Filho, fiquem como estão. Então, aprovado. Nós vamos escutar aqui o que o Sr. Luís Roberto tem a dizer a respeito da publicidade do outdoor na cidade de São Paulo. Por favor, Sr. Luís pode sentar-se à mesa.

Pela ordem, Vereador José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - (Pela ordem) - Acho bastante oportuna a presença do Sr. Luís Roberto, da Central de Outdoor na cidade de São Paulo. A Central de Outdoor representa, em São Paulo e Grande São



Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F I A
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando Luiz Aruta
RF 10.871

rod.: M1 fl.:2 taq.: VIANNA
Orador(es):

rev.:

evento: 8355

data: 06.6.2006

Paulo, uma parte significativa do que a gente chama de mídia exterior. Houve um esforço na cidade de São Paulo, inclusive desta Câmara, de criar uma legislação que padronizasse e ao mesmo tempo regulamentasse o outdoor na Cidade. Ainda falta a regulamentação dessa lei e diante do episódio criado aí pelo projeto do Sr. Prefeito, diante da situação criada pelo projeto do Sr. Prefeito, que, segundo ele nos antecipou, o projeto deve chegar entre hoje e amanhã aqui na Casa. A Casa não conhece, nós não conhecemos o projeto, mas pelo que foi antecipado em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*, a idéia do Prefeito Gilberto Kassab é proibir de um modo geral a mídia exterior na cidade de São Paulo, incluindo aí o outdoor, com o argumento de que essa mídia exterior é poluidora e que ficaria melhor se a publicidade exterior em São Paulo ficasse no que as pessoas chamam, Presidente Aurélio Miguel, de mobiliário urbano. Então, na opinião do Prefeito, isso ficaria melhor no mobiliário urbano, que são pontos de ônibus e outras coisas cujo edital também... depois que ouvirmos aqui um diretor da Emurb... o edital está em processo de realização. Quer dizer, apenas informando que a Câmara tem... a proibição da mídia exterior passa pela Câmara. Evidentemente, a licitação de mídia... de mobiliário urbano, isso é uma atribuição da Prefeitura, do Prefeito, não passa por aqui. Mas evidentemente, a lógica do mobiliário urbano, de carregar tudo no mobiliário urbano, é proibir a mídia exterior para carregar tudo no mobiliário urbano. Então, por isso que está vindo esse projeto para cá.

Eu gostaria de apresentar uma introdução para facilitar o depoimento do Luís Roberto. Em primeiro lugar, queria que você desse



Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F I A
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 112
Processo nº 06-001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

rod.: M1 fl.: 3 taq.: VIANNA
Orador(es):

rev.:

evento: 8355

data: 06.6.2006

uma idéia do... primeiro, a visão que vocês têm... Desculpe. O tamanho do setor na cidade de São Paulo. Se tiver dados relativos à Grande São Paulo também. Qual é o tamanho do setor, quer dizer, quantas placas a Central de Outdoor, os associados da Central de Outdoor têm na cidade de São Paulo? Dois: quantas placas vocês presumem que sejam irregulares na cidade de São Paulo? Três: relata um pouco... eu vi pela imprensa que vocês se dispuseram a ajudar no combate ao outdoor irregular; que você pudesse também citar alguma coisa sobre o que vocês fizeram ou o que vocês podem fazer para ajudar no combate ao outdoor irregular, ou o combate pela regularização. Além disso, também a sua avaliação da legislação atual, o que daria para fazer para melhorar a paisagem urbana na cidade de São Paulo sem a proibição, naturalmente, do outdoor. Então, para um bate-bola inicial, são as perguntas que eu levantaria para o Luís.

O SR. LUÍS ROBERTO VALENTE - Primeiramente, boa tarde. Agradeço o convite para estar aqui hoje podendo falar um pouco da nossa mídia. Na realidade, só para frisar, o termo "outdoor" no mercado publicitário brasileiro é utilizado somente para o cartaz. Então, a Central de Outdoor é uma associação que nasceu em 1977 para disciplinar o cartaz, esse painel de três por nove metros que tem na cidade de São Paulo. As outras manifestações são mídia exterior, que tem diversas modalidades.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Nós ouvimos aqui o Júlio Albieri, que representa uma outra parte da mídia exterior.

O SR. LUÍS ROBERTO VALENTE - Perfeito. É porque a imprensa pega muito, fala "outdoor, a lei do outdoor". Na realidade, a lei da



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	113	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
AF 10.871		

rod.: M1 fl.:4 taq.: VIANNA
Orador(es):

rev.:

evento: 8355

data: 06.6.2006

mídia exterior seria para regulamentar toda a paisagem urbana da cidade relativa a anúncios, tanto publicitários como indicativos.

Hoje a Central de Outdoor tem 14 empresas afiliadas

no mercado de São Paulo e no mercado... (M2)

SEM REGISTRO DA TAQUIGRAFIA



Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 114	do
Processo nº 06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
AF 10.871	

rod.:M02 fl.:1 taq.:LUIZ_BARBOZA
Orador(es):

rev.:

evento:8355 data:06/06/2006

... mercado de São Paulo, e, no mercado da Grande São Paulo, talvez sejam aí umas 18 empresas. Tem outras empresas que atuam no ABC, Guarulhos e Osasco.

Em São Paulo, Capital, as empresas associadas à Central de Outdoor, hoje, administram cerca de 4.200 quadros de outdoor. E, em toda Grande São Paulo, esse número deve chegar, talvez, a uns 5.200 quadros. Em São Paulo, 4.200 quadros, administrados pelas empresas afiliadas à Central de Outdoor.

Cabe aqui uma ressalva, que existem empresas no mercado que operam com a Mídia Outdoor, que não são afiliadas à Central de Outdoor. Algumas são afiliadas ao Sepex e outras não são afiliadas a nenhuma associação, se bem que o Sepex é um sindicato, tanto que as 14 empresas afiliadas à Central de Outdoor são empresas afiliadas ao sindicato também. Inclusive, eu, hoje, sou diretor da Seccional São Paulo da Central de Outdoor; eu presidi a associação, que é uma associação nacional, até abril passado; e, hoje, estou como Diretor da Seccional São Paulo - eu que respondo pela Seccional. (Pausa)

P - O senhor estava falando que são quatro mil, aproximadamente, na Central de Outdoor, mas que existem alguns mais que são apenas filiados ao sindicato.

R - Isso. Então, tem empresas que são filiadas ao sindicato, e empresas que não são filiadas a nenhum órgão.

Então, nós estimamos que tenha mais aí uns 2.500 quadros de outdoors, espalhados na cidade de São Paulo, de empresas que não estão ligadas à Central de Outdoor.



Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F I A
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	115
Processo	06.001/2006
Assinatura	São Paulo
Assinatura	Fernando José A. Aruta
Nº	10.871

rod.:M02 fl.:2 taq.:LUIZ_BARBOZA
Orador(es):

rev.:

evento:8355 data:06/06/2006

Então, a gente pode dizer que São Paulo tem em torno de 6.700, 6.800 quadros de *outdoors*. Então, esse é o número que a gente tem hoje na Cidade. Até algumas remoções já foram feitas, nesse primeiro acordo que foi assinado com a Prefeitura, em janeiro deste ano, e válido até abril.

É, eu percebi que a sua pergunta é uma complementação da dele. Acho que seria um segundo passo saber quantos desses ainda são irregulares.

Eu diria que, desses 4.200 quadros da Central de Outdoor, talvez uns 10% ainda tenha alguma coisa irregular - algumas coisas passíveis de adequação; e outras, não. Então, há um compromisso das empresas de, até dia 30 deste mês, remover todas suas irregularidades.

Nosso problema maior hoje é uma discussão que temos com a Prefeitura com relação a anúncios que estão legalizados pela lei anterior. Temos a Lei 12.115/96, sancionada pelo Maluf, e que foi revogado em 2003 quando veio a nova lei, a 13.525 (?).

Entretanto, há Cadans que foram liberados por aquela legislação antiga, e que têm validade até hoje, porque os Cadans eram expedidos por três anos, na legislação antiga. Então, a legislação atual diz que os Cadans emitidos pela legislação antiga serão respeitados. Então, é uma discussão que temos hoje, porque a Secretaria de Subprefeituras não tem esse entendimento. Essa aqui é uma zona nebulosa na legislação, e não querem aceitar.

Então, hoje, por exemplo, existem pontos onde nós temos um *outdoor* e outra mídia exterior junto, um painel eletrônico, *front-*



rod.:M02 fl.:3 taq.:LUIZ_BARBOZA
Orador(es):

rev.:

evento:8355 data:06/06/2006

light, que seja, um three-edge (?), e a nova legislação não permite as duas mídias conviverem juntas.

Entretanto, existem pontos, na cidade de São Paulo em que as duas peças estão legais pela lei anterior; há pontos em que uma peça está legalizada pela lei antiga e tem uma peça com legislação nova. Então, a gente sabe que essas peças, um caso desses está irregular; a segunda peça, porque tem um cadastro, tem protocolo pela lei nova, ela não está Licenciada. Entretanto, a discussão é em cima da legislação antiga. Então, o setor está abrindo mão de suas licenças, obtidas pela legislação antiga, para adequar tudo à nova legislação. Então, é uma proposta das empresas de se adequarem.

O convênio que o Sepex encaminhou para a Prefeitura prevê isso, mas, internamente, dentro da Central de Outdoor, as empresas já estão se adequando. A proposta nossa é: vamos abrir mão do que está legalizado pela lei antiga e adequar tudo à atual legislação. Acredito que, neste próximo mês, umas 400 peças ainda vão sair.

Vou deixar um cartão meu para cada um. Entreguei para o Vereador Aurélio Miguel somente. (Pausa)

Bem, então, acho que essa foi a primeira e a segunda parte da pergunta.

A sua última pergunta era relativa ao entendimento que o setor...

P - Sobre a legislação, duas coisas: como a campanha que vocês estão fazendo para regulamentar, aliás, para ajudar a Prefeitura na regulamentação, não é isso?

R - É, na realidade, a Central de Outdoor...



rod.:M02 fl.:4 taq.:LUIZ_BARBOZA

rev.:

evento:8355 data:06/06/2006

Orador(es):

P - E a segunda é a visão que você tem da legislação, o que está bom, o que poderia melhorar, de que precisa.

R - Perfeito, perfeito.

É, na realidade, a Central de Outdoor nasceu em 1977, aqui em São Paulo, até para combater o excesso de anúncios que havia na cidade de São Paulo. Para vocês terem uma idéia, em 1977, existiam 12 mil anúncios de outdoors na cidade de São Paulo. Entretanto, como as empresas não tinham nenhum órgão associativo, existiam diferentes modalidades de tamanho de painel.

Então, a Central, quando nasceu, ela criou o conceito de padronização. Assim, nós escolhemos esse formato brasileiro de três por nove metros e, do Oiapoque ao Chuí, o outdoor, no Brasil, tem esse formato. Dessa forma, é possível às agências planejarem e distribuírem nacionalmente uma campanha, em todas as cidades, em todos os Estados, com o mesmo formato de outdoor.

A nossa briga, do setor, sempre foi essa: foi sempre a regulamentação. Assim, em 1977, tínhamos 12 mil quadros; esse número caiu para quatro mil quadros em questão de dois anos; e a gente vem mantendo esse número de quatro mil, 4.500 quadros dentro das empresas afiliadas, há muitos anos.

No entanto, novas mídias surgiram, novas tecnologias e isso todo é que veio causando o problema dos excessos, o que se diz como poluição visual.

Como a gente procura regulamentar os nossos associados, para que trabalhem adequadamente com a legislação, a gente partiu para uma campanha, utilizando a própria Mídia Outdoor, buscando isso, dizendo



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 118 do
Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
AF 10.871

rod.:M02 fl.:5 taq.:LUIZ_BARBOZA
Orador(es):

rev.:

evento:8355 data:06/06/2006

que as empresas da Central de Outdoor estão lutando para que a gente consiga a regulamentação da mídia exterior na cidade de São Paulo, porque é interessante para o setor, não é? A gente trabalha para os anunciantes, para as agências de propaganda,

...e a gente tem de dar uma resposta para o mercado, porque o mercado se tumultuou um pouco... (M03)

SEM REVISÃO DA TAQUIGRAFIA



rod.:M03 fl.:1 taq.:LUIZ_BARBOZA
Orador(es):

rev.:

evento:8355 data:06/06/2006

... e a gente tem de dar uma resposta para o mercado, porque o mercado se tumultuou um pouco, do início do ano para cá, com as ações que foram tomadas contra o setor.

P - O senhor poderia me precisar, ou aproximado, qual é o valor anual que vocês recolhem de contribuição para a Prefeitura, de impostos?

NÃO IDENTIFICADO - Impostos municipais.

R - Olha, os valores exatos eu não sei lhe informar, mas sei que a Prefeitura arrecadou, de Taxa de Fiscalização de Anúncio, no ano passado, cerca de 50 milhões de reais.

P - E isso deveria ser revertido para a fiscalização também.

R - É, o intuito é uma Taxa de Fiscalização de Anúncio. Quer dizer, a intenção é que esse dinheiro volte para a fiscalização. Entretanto, a gente sabe que a fiscalização tem dificuldades.

P - Afora isso, tem também a arrecadação por meio dos anúncios, não é?

R - Sem dúvida.

P - ... (ininteligível) ... das empresas, que passam por agências de publicidade. Você não sabe mensurar aí?

R - Não. Eu diria que o setor todo, não só a Mídia Outdoor, mas talvez a Mídia Outdoor. Existe um instituto, o Projeto Intermeios, agitado pela Price Waterhouse, ele é feito por um veículo do meio, a Intrameio Mensagens.

P - É tem aqui um dado que foi mandado pela Sepex, que é juntamente o que eu queria saber: a Outdoor representa, no Brasil, R\$ 365.400,00.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	120
Processo nº	06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
AF 10.871	

rod.:M03 fl.:2 taq.:LUIZ_BARBOZA

rev.:

evento:8355 data:06/06/2006

Orador(es):

R - Perfeito.

P - Sendo que São Paulo corresponde a 219 milhões - creio que deve ser o Estado de São Paulo todo.

R - É, pode ser.

P - A cidade de São Paulo corresponde a quê?

R - Olha, em outdoor, a gente estima que...

P - Não, não. É faturamento.

R - O faturamento do setor é na faixa de uns 150 milhões.

P - Na cidade de São Paulo?

R - Na cidade de São Paulo. O setor de outdoor, somente, fora as outras mídias. As outras mídias todas devem girar em torno de uns 220, 250 milhões de reais.

P - O setor emprega, mais ou menos, quantos operários?

R - Diretamente, de quatro a cinco mil; indiretamente, chega a 15 mil, porque existem outras empresas que não estão no sindicato, por exemplo, gráficas. Existem gráficas especializadas em mídia exterior, que só produzem para mídia exterior; são empresas que não estão no sindicato, porque são empresas ligadas ao Sindicato das Indústrias Gráficas. Então, esse número chega tranquilamente a 15 mil, com certeza!

P - Você tem conhecimento de que essa proposta nova do Governo, do Executivo, do mobiliário, quer terminar a publicidade em forma de cartazes?

R - É, na realidade, assim: nós desconhecemos o teor da legislação, não é?



rod.:M03 fl.:3 taq.:LUIZ_BARBOZA

rev.:

evento:8355 data:06/06/2006

Orador(es):

- Manifestações simultâneas.

R - O que se diz, que nós vimos na imprensa, é isso: que eles querem acabar, para virem com a licitação do mobiliário urbano, para organizarem somente nos espaços municipais, que seriam licitados, não é?

P - Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Juscelino Gadelha.

R - Na realidade, a nossa atividade está todinha em bens particulares. Nós não exploramos imóveis municipais.

O SR. JUSCELINO GADELHA - Boa tarde, Sr. Luiz Roberto.

O SR. LUIZ ROBERTO - Boa tarde.

P - É uma discussão muito interessante, porque, por meio dos assuntos que hoje vamos discutir, que tipo de relação com a mídia vamos ter no futuro, certo? Acho que você tem aí hoje, caminhando, um Decreto-Lei vindo para cá, limpando tudo; você tem uma proposta de mobiliário urbano; tem aqui na Câmara Municipal uma discussão da participação nessas discussões; quer dizer, o que nós enxergamos hoje na Cidade? Que existe, de fato, uma poluição visual muito grande, seja de outdoor, seja de painéis; existe, em todos os lados, um excesso.

R - Certo.

P - Acho que é esse o contexto em que a gente tem de pensar o que nós queremos de outdoor para o futuro, está certo? Por exemplo, você tem os outdoors regulares, os não regulares e, até mesmo, alguns outdoors que são regulares, mas em posições e locais que têm problemas. Então, nesta gestão, há uma vontade hoje de fazer uma



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 122
Processo 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Araújo
R 10.871

rod.:M03 fl.:4 taq.:LUIZ_BARBOZA
Orador(es):

rev.:

evento:8355 data:06/06/2006

política de audiovisual, que é a questão do mobiliário urbano, para que se consiga, de alguma forma, padronizar essa situação, buscando equacionar de que forma os outdoors entrariam também nesse processo, nessa discussão, principalmente porque existe um excesso mesmo - esta é a minha visão, é isso que eu tenho muito claro: você anda pela Cidade aí, você tem as indústrias, você tem os comércios, você tem prédios, você tem o outdoor,...(ininteligível)... Chega uma hora em que você fica até louco com essa situação. Existe um excesso mesmo. Então, acho que, nesse aspecto, o governo está certo de chamar, pôr a bola no chão, para rediscutirmos o que vamos fazer.

Aí, queria ver com você, Sr. Luiz Roberto, de que forma a Central de Outdoor vai acompanhar isso, e de que forma ela poderá entrar nessa discussão, de uma forma organizada, para resolver não só o processo dos outdoors, mas um conjunto de situações. Você tem de relacionar com os outros conjuntos, não é? Como é que vocês vão se colocar na questão de mobiliário urbano, na questão dos outdoors, na questão dos outros visuais que também poderão vir para a Cidade? E se vocês concordam que a Cidade realmente está muito poluída.

R - Perfeito.

Na realidade, na Cidade existem excessos de todas as formas, não só na mídia exterior como também nos anúncios indicativos.

NÃO IDENTIFICADO - Na Prefeitura.

R - Exatamente, a própria Prefeitura faz, na realidade.

O Vereador Aurélio Miguel está levantando uma foto aqui. Eu não sei o que é.



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 123	do
Processo nº 06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RA 10.871	

rod.:M03 fl.:5 taq.:LUIZ_BARBOZA
Orador(es):

rev.:

evento:8355 data:06/06/2006

- Apresentação de foto.

P - Se não considerar como outdoor, o que é considerado isso aí?

NÃO IDENTIFICADO - É verdade, é outdoor.

R - É, o conceito é de um outdoor, não é?

NÃO IDENTIFICADO - (Manifestação fora do microfone, ininteligível) Ele é de amarração.

R - Na realidade, o conceito de outdoor, ele sempre foi papel, por causa da tecnologia, não é? Hoje você consegue produzir uma lona. Então, você pode tencionar uma lona num cartaz de outdoor.

P - Isso aí é um outdoor, é isso?

R - Olha, pelo que a gente pode ver... Pelos padrões do outdoor, o outdoor é uma peça que tem 3m x 9m, e, pela legislação, temos que instalar, no máximo, a 6m de altura, com 3m livres.

- Manifestações simultâneas.

P - E, no Centro velho, não pode.

R - Então, esse aqui é um anúncio teoricamente irregular, porque ele está com mais de 3m de altura; mas o formato está muito próximo de um outdoor.

P - E está no Centro velho também, o que não é permitido.

(Risos)

R - Na realidade, a gente vê que a divulgação dessa maratona que aconteceu na cidade de São Paulo agora, nesse final de semana, a



Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	124	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal	São Paulo	
Fernando José A. Aruta		
RA 10.871		

rod.:M03 fl.:6 taq.:LUIZ_BARBOZA
Orador(es):

rev.:

evento:8355 data:06/06/2006

Prefeitura divulgou com faixas, e as faixas são proibidas, não é? Quer dizer, o próprio Sr. Secretário se vangloria de ter tirado não sei quantos milhões de faixas na cidade de São Paulo; entretanto, a própria

... Prefeitura e o próprio CET se utilizam das faixas, para fazer essas divulgações, não é?... (M04)

SEM REVISÃO DA TAQUIGRAFIA



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 125	do
Processo nº 06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
AF 10.871	

rod.:M4 fl.:1 taq.:VALERIA P.
Orador(es):

rev.:

evento:8355

data:06-06-06

... Prefeitura, o próprio CET se utilizam das faixas para fazer suas divulgações.

O SR. JUSCELINO GADELHA - Nós questionamos a CET semana passada. O Presidente da CET estava aqui na sexta-feira. Porque, nos grandes eventos, a CET também utiliza faixas. Quer dizer, ela também está irregular. Isso nós questionamos.

O SR. LUIZ ROBERTO FERREIRA VALENTE FILHO - E aí? Eles vendem um patrocínio, né. Tem a assinatura de alguém que produz aquela faixa, que viabiliza a produção.

- Manifestações fora do microfone

R - Eu acho que precisa todo mundo sentar. Quer dizer, a proposta nossa sempre foi sentar e dialogar. A nossa visão é assim: a Central de Outdoor pode colaborar, tem tentado colaborar, mas nosso sindicato é realmente o melhor caminho, porque o sindicato conversa com todo o setor da mídia exterior. Então, a partir do momento em que existe a possibilidade de ter um diálogo da Central de Outdoor, do sindicato, com quem legisla na cidade de São Paulo, acho que o melhor caminho é esse. A gente concorda que realmente existem excessos. Eu acho que a ação que nós fizemos de janeiro a abril, que removeu 1.050 peças da cidade de São Paulo, já deu um grande resultado. Nós pegamos a Avenida Faria Lima, por exemplo, onde existiam peças totalmente irregulares, que foram removidas. O problema maior é o que estamos falando: é falta de fiscalização, realmente, e as empresas que fazem coisas irregulares, até em função de termos o problema com a legislação, que não estava totalmente regulamentada.

Então, a partir de janeiro, agora, a Sehab está se



Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 126
Processo 06.001/2006
Camare Paulo
Fernando
AF 10.871

rod.:M4 fl.:2 taq.:VALERIA P.
Orador(es):

rev.:

evento:8355

data:06-06-06

reestruturando para poder começar a soltar os Cadans. Mas nós ficamos com uma legislação durante três anos sem ter um Cadan emitido na cidade de São Paulo. E as empresas se basearam num artigo da lei que permitia a instalação dessas peças. Só que a lei é clara: tem que instalar de acordo com a legislação, e as empresas se valiam desse artigo para fazer qualquer coisa.

P - Luiz, me dá um quadro. Por exemplo: se eu tenho um outdoor irregular. Aí, a agência de publicidade vai colocar aquela peça naquela coisa irregular. Como é que funciona esse trâmite da contratação desses outdoors irregulares?

R - Na realidade, a agência de propaganda contrata uma empresa que ela acredita que seja idônea, que tenha suas peças legalizadas. Então, a agência anunciante às vezes nem sabe... Porque, inclusive, na campanha de outdoor...

P - Não sabe e não se interessa em saber, porque eles querem divulgar o produto deles. Como é funciona ...(ininteligível)... de mercado?

R - Não, na realidade, não é que eles não se interessam; o negócio deles é criar, e contratar, e divulgar. Quer dizer,...

P - Nem aquele daquele número do seu Cadan eles pedem...

R - Não, isso não pedem.

P - Mas poderiam pedir... Isso ajudaria na fiscalização inclusive...

R - Poderiam.

P - ... na contratação...

- Intervenção simultânea. Falas ininteligíveis.



Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F I A
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

folha nº 127
processo nº 06.00/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Riuta
RA 10.871

rod.:M4 fl.:3 taq.:VALERIA P. rev.: evento:8355 data:06-06-06
Orador(es):

R - Poderiam, e hoje, depois de tudo o que vem acontecendo, existem empresas preocupadas em que a gente apresente o número do Cadan. Entretanto, hoje, como eu comentei, nós não temos o Cadan, nós temos hoje o processo que está em análise na Sehab, que, por falta de regulamentação, ficou travado.

P - Você tem, por exemplo, aquele negócio do Boticário, que contratou aquele outdoor ilegal, que, inclusive, para colocar o painel, desmatou algumas árvores. Isso vai, inclusive, contra a política da própria Boticário...

R - Sim.

P - ... aqui na cidade de São Paulo. Quer dizer: a empresa também poderia estar ajudando na sua contratação, pedindo o Cadan, ver se está regularizada. Ela não se preocupa, na verdade. Ela quer a divulgação do produto dela.

R - Na realidade, é o que eu comentei.

- Intervenção simultânea. Falas ininteligíveis.

R - Ele entende que está contratando uma empresa idônea e que essa empresa atua corretamente, né. Da mesma forma que eles vão contratar um serviço de rádio, eles não atrás para saber se a radio é pirata ou não é pirata. Tudo bem, sabe...

- Intervenção simultânea. Falas ininteligíveis.

R - É um exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Pela ordem, Vereador Farhat.

O SR. FARHAT - Boa tarde a todos os componentes da Mesa, Dr. Luiz Roberto. Há dois anos, tivemos uma discussão sobre uma lei que



Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	128
Processo	06-02/2006
Assessor	São Paulo
Fernando José de Azeite	
RF	0.871

rod.:M4 fl.:4 taq.:VALERIA P.
Orador(es):

rev.:

evento:8355

data:06-06-06

dispõe sobre a paisagem urbana da cidade de São Paulo, uma regulamentação da publicidade. Na verdade, é um assunto muito complexo, que foi debatido nesta Casa. vários representantes do setor estiveram presentes, houve audiências públicas. O é muito complexo e hoje a publicidade está na rua, creio eu, em sua maior parte, de acordo com a legislação aprovada nesta Casa. É evidente que, como você mesmo falou, 10% não estariam totalmente regulares. Mas, na verdade, a maior parte da publicidade da Cidade está pelo menos em consonância com a lei que foi aprovada nesta Casa. As modificações foram feitas aqui, e a grande maioria dos Vereadores votou favoravelmente - eu, inclusive - à aprovação da lei. Entretanto, quando verificamos, agora, a Cidade tem alguns painéis de tamanhos absurdos. Hoje, passei pela Vinte e Três de Maio, e, ao lado dela, havia a construção de um hospital de sete, seis andares, não sei. Agora, com a Copa do Mundo, esses cerca de seis andares tiveram sua parte da frente coberta um outdoor de jogador de futebol. Então, eu queria perguntar, até como leigo, pois, evidentemente, é uma matéria muito específica. Repito: votei, sou um dos que concordaram com a redação da lei. Naquele primeiro momento, examinando a legislação, a proposta, os projetos, os debates, nós nunca imaginávamos - pelo menos 95%, para não dizer 100% doa que votaram - que a lei que aprovamos nesta Casa daria ensejo a se colocarem, por exemplo, painéis desse tamanho. Esses e outros que existem, outras formas de publicidade, que são colocadas de forma contínua, até com alguns outros equipamentos, de onde sai água, que têm movimento. Quero perguntar ao senhor, já que o senhor é pessoa do setor, se esses painéis - no caso, esse específico de que falei -



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAF
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 129	do
Processo 06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RF 10.671	

rod.:M4 fl.:5 taq.:VALÉRIA P.
Orador(es):

rev.:

evento:8355

data:06-06-06

estão de acordo com a legislação aprovada nesta Casa, ou eles estão irregulares.

O SR. LUIZ ROBERTO FERREIRA VALENTE FILHO - Perfeito... segue
Valéria P.

SEM REGISTRO DA TAQUIGRAFIA



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 130 do
06-001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

rod.:M5 fl.:1 taq.:VALERIA P.
Orador(es):

rev.:

evento:8355

data:06-06-06

O SR. LUIZ ROBERTO FERREIRA VALENTE FILHO - Perfeito.

Vereador, eu, quando comecei meu pronunciamento, acho que o senhor não havia chegado ainda. Eu comentei que a Central de Outdoors é uma associação que cuida apenas do cartaz. O mercado publicitário brasileira entende que o outdoor é o cartaz. Então, essa peça não é um outdoor, é uma peça de mídia exterior. A legislação prevê o anúncio de cobertura de imóvel em construção, uma tela de proteção de obra, como se faz muito na Europa: você reproduz a fachada, bota um anúncio. O conceito existe. Mas, no meu entendimento, aquilo irregular, até porque, embaixo desse mesmo edifício, uma empresa associada à Central de Outdoor explora aquilo comercialmente com quadro de outdoor. Então, hoje, existem os quadro de outdoor lá que, se estivessem legais, já não poderiam ter aquela peça por trás. Se aquela peça estivesse legal, não poderia ter o outdoor embaixo. Então, ali, existe uma irregularidade, porque existem dois tipos de mídia. Mas o que eu entendo, da atual legislação, é que aquele tipo de anúncio está totalmente irregular.

- Manifestações fora do microfone.

R - Irregular, aquilo está irregular. Não é previsto na legislação.

O SR. FARHAT - Então, Sr. Presidente, eu gostaria que esta Comissão enviasse um ofício à subprefeitura da região determinando a retirada desse painel, porque é, realmente, uma afronta. A gente fala de poluição visual, mas aquilo realmente afronta a visão das pessoas que estão passando. É um abuso que, evidentemente, vem a comprometer as empresas que trabalham de acordo com a legislação. Acho que talvez



Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	131
Processo nº	06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José de Aguiar	
AF 10.871	

rod.:M5 fl.:2 taq.:VALERIA P. rev.: evento:8355 data:06-06-06
Orador(es):

por isso, por causa desses abusos, é que as empresas estão também sofrendo...

R - Sem dúvida.

P - ... esse tipo de fiscalização mais contundente da Prefeitura: em função de alguns equipamentos irregulares, que têm, evidentemente, chamado a atenção pelo seu tamanho. Então, Sr. Presidente, eu gostaria que fosse feito um ofício.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - O senhor faz por escrito, por favor, Vereador Farhat? O senhor encaminha por escrito? Assim, a gente pode deliberar aqui para encaminhar para a Subprefeitura. Se todos estiverem de acordo, está deliberado, está aprovado.

Eu também queria que o senhor acrescentasse, se possível... Olhando na Marginal, perto do Viaduto da Avenida Morumbi, você vai verificar que há um edifício inacabado e que no prédio inteiro há propaganda.

R - É, já foi retirado.

P - Já foi retirado? E nós podemos observar também que diversos edifícios na cidade de São Paulo estão irregulares.

R - Eu tinha ciência de mais dois edifícios: um com o anúncio da Samsung, próximo de onde era o Banco Santos, que acho que também foi retirado. Foi retirado, ...(ininteligível)..., você tem idéia? (Pausa) Não sabé, né. E esse outro, cujo anunciante eu não lembro, mas acho que era também um celular. Esse foi retirado. Eu não tenho conhecimento de outro prédio que esteja, como a gente chama, "envelopado".

P - Da forma como está ali na Marginal, no edifício que seria



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 132 90
Processo 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RA 10.871

rod.:M5 fl.:3 taq.:VALERIA P. rev.: evento:8355 data:06-06-06
Orador(es):

da CESP, se não me engano, do Governo do Estado, com a Juscelino Kubitschek... Antiga Eletropaulo. Ali está irregular?

R - Pelo que diz a legislação hoje...

P - Porque não tem uma legislação que diz que pode ter dois outdoors, depois um espaço? Lá está um do lado do outro.

R - Então... Aquilo não é considerado um outdoor. Talvez seja uma brecha da legislação, porque ela não dá tamanho máximo. Ela permite que uma peça tipo outdoor possa ter três metros de vão livre, como está nesta foto, e três metros de anúncio, mas não dá o tamanho. Então, aquela peça, teoricamente, está irregular, porque, como não especifica tamanho, está-se respeitando as alturas e, em comprimento, fez-se toda a testada do imóvel. Teoricamente, aquela peça está irregular.

P - Me parece que ali pediram autorização como tapume. Aquilo não é tapume, não é? O senhor que conhece o segmento.

R - Não... Não sei. Nem sei se tapume...

P - Foi solicitado como tapume.

R - Aí, eu já desconheço. O tapume, na legislação, eu desconheço. Agora, do ponto de vista do que eu conheço da legislação, é um painel passível de regularização.

P - Eu queria lembrar também aos Vereadores que deram uma saída e retornaram - Vereador Russomanno e Vereador Farhat - que nós, de acordo com a colocação do Presidente, nós encaminhamos oficialmente o pedido para a contratação de uma assessoria e deliberamos que fosse contratada a Fupam, fundação que pertence à Faculdade de Arquitetura da USP e que fez um estudo sobre o mobiliário urbano para a Prefeitura



Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F I A
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	133	do
Processo nº	06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José ...		
Nº 10.871		

rod.:M5 fl.:4 taq.:VALERIA P. rev.: evento:8355 data:06-06-06
Orador(es):

de São Paulo.

O SR. JORGE TADEU - Sr. Presidente, pela ordem. Poderíamos inserir, no próprio requerimento do Vereador Farhat, essa colocação de V.Exa. no tocante à Juscelino Kubitscheck, desse prédio da antiga Eletropaulo. Fariamos num requerimento só em relação ao prédio da Rubem Berta e da Juscelino Kubitscheck.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Se todos estiverem de acordo, fiquem como estão. (Pausa) Aprovada a inclusão do pedido do Vereador Jorge Tadeu Mudalen.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Eu recebi uma informação de que esse grande tapume a que nos referimos, e para o qual estamos pedindo providências da Prefeitura, parece-me, tem uma liminar na Justiça. Eles conseguiram uma liminar na Justiça para a permanência dele lá.

Eu queria abrir um pouco mais esse debate - e eu queria até, depois, um posicionamento do Luiz - sobre o seguinte: acho que estamos num daqueles momentos que de vez em quando acontecem na cidade de São Paulo - como em cidades muito recentes, onde parece que as tradições ainda não estão totalmente assentadas. São Paulo é uma cidade grande nos últimos cem anos; mas, de cem anos para trás, São Paulo era uma "biroska", tinha 30 mil habitantes.

Então, de vez em quando,... segue Valéria P.



Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	134
Processo nº	06.001/2006
Câmara Municipal	São Paulo
Fernando José A. Costa	
RF	A0.871

rod.:M6 fl.:1 taq.:VALERIA P
Orador(es):

rev.:

evento:8355

data:06-6-06

Então, de vez em quando, há umas ondas que aparecem, e parece que alguns salvadores querem mudar a Cidade de forma artificial. Isso já aconteceu em vários governos; inclusive no nosso, do Partido dos Trabalhadores, da Prefeita Marta, surgiu um grupo de arquitetos querendo proibir o outdoor. Acho que são soluções artificiais. Tenho uma posição bastante clara. Fui Secretário de Comunicação, trabalhei na área de publicidade e conheço várias cidades do mundo onde a diferença é a regulamentação: você tem uma legislação muito clara. Então, ao invés de você aperfeiçoar a legislação, aparecem essas propostas caídas do céu, absolutamente artificiais, de proibir uma mídia que é tradicional.

Vocês me desculpem, mas eu gostaria de falar um pouco de mídia, muito rapidamente. A mídia não foi inventada artificialmente nem a arquitetura - porque alguns arquitetos pensam a Cidade de forma artificial. Mas a mídia não foi inventada artificialmente. O outdoor existe porque é uma mídia conveniente para o olhar humano, para a circulação humana nas cidades do mundo. A mídia exterior, de um modo geral - não vou nem falar do outdoor -, está de acordo com uma conveniência de divulgação publicitária, ela se coaduna com essa conveniência: com a altura dos carros, a forma como as pessoas andam, o jeito como elas se locomovem etc. Então, não foi uma invenção de um iluminado: "Olha, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo..." Essas coisas foram surgindo ao longo dos anos. Então, acho que temos de fazer uma discussão bastante racional, bastante fria. Acho que, se for o caso, devemos aperfeiçoar a legislação, que ainda tem muitos problemas.



rod.:M6 fl.:2 taq.:VALERIA P
Orador(es):

rev.:

evento:8355

data:06-6-06

Temos de tratar o problema como ele é. Em primeiro lugar, combater, Vereador Juscelino, a poluição da paisagem urbana de São Paulo. Você combate isso regulamentando a mídia exterior, mas não só: a Prefeitura, se quiser combater de verdade, vai ter de trabalhar as fachadas dos estabelecimentos comerciais e industriais da cidade de São Paulo. Uma parte significativa da poluição visual da Cidade decorre da publicidade irregular dos anúncios dos estabelecimentos comerciais e industriais da Cidade.

Era isso o que eu gostaria de dizer. Eu queria apenas deixar minha posição bastante clara. Repito, eu me baseio, Vereador Juscelino, no artigo da *Folha de S. Paulo* assinado pelo Sr. Prefeito, onde ele diz que vai proibir. Ele diz de maneira clara. Então, de repente, o projeto que vem para cá pode ter algum tipo de flexibilidade ou algum outro tipo de coisa. Mas peço, inclusive, apoio de V.Sa. e dos Srs. Vereadores para que a gente enfrente esse projeto, porque esse projeto é um projeto errado, é artificial. Com ele, a gente estará decretando a nossa incapacidade de fiscalizar e de ordenar a paisagem urbana em São Paulo: "Olha, não temos condições de ordenar". Então, vamos acabar com isso e vamos criar uma mídia restrita, que vai, mais uma vez, permitir - vejam só - a concentração de poder e de faturamento no mercado publicitário. Por quê? A verba publicitária não vai diminuir porque diminuiu a mídia exterior. Se a mídia exterior for proibida, não vai diminuir. Eles vão gastar mais no rádio, na televisão, nos jornais. Então, você vai concentrar mais o poder nessa área, na área de mídia, de veiculação.

Estou falando de mídia exterior de modo geral, porque conheço



Câmara Municipal de São Paulo

T A Q U I G R A F I A

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 136	do
Processo nº 067.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
Nº 10.871	

rod.:M6 fl.:3 taq.:VALERIA P
Orador(es):

rev.:

evento:8355

data:06-6-06

uma parte do mercado, outra parte eu não conheço, conheço mais como usuário, na medida em que eu sou uma pessoa ligada à publicidade, porque eu contratava outdoor, contratava mídia exterior etc. Por isso, sei que esse setor é um setor ainda dominado por pequenas e médias empresas, que se organizam em sindicatos, como o caso do Sepex. A própria Central de Outdoor, no fundo, é também um sindicato de empresas que se organizam. As outras empresas de mídia exterior, também. Então, vamos concentrar mais ainda o gasto da verba publicitária no nosso país - porque ela se concentrou na televisão a ponto de acabar com o rádio. Hoje, o rádio tem 4,5% do faturamento publicitário. Ninguém deu atenção para isso há 30, 40 anos atrás. Hoje: "Puxa vida, o rádio está acabando". Realmente, o rádio está acabando. O rádio, no Brasil, está acabando. A longo prazo, o rádio está acabando, porque a publicidade que financia o rádio é de 4,5% da verba publicitária do Brasil. Está acabando, e a verba está sendo concentrada na televisão e nas revistas. A própria mídia impressa está dando um tiro no pé quando concordo com esse tipo de tese. Porque também ela está perdendo espaço na divisão do bolo da publicidade no nosso país.

Em linhas gerais, era esse o meu comentário. Eu queria ver se há mais alguém para perguntar, porque estamos indo quase para o final. (Pausa) Se não, o Luiz poderia fazer mais algumas considerações e nós poderíamos dar por encerrado o depoimento dele.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Quero só fazer um raciocínio. Os senhores, quando fizeram a propaganda pela regulamentação, fizeram alguma proposta? Conseguiram algum canal de



Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F I A
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 137 do
06.001/2006
Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
10.871

rod.:M6 fl.:4 taq.:VALERIA P
Orador(es):

rev.:

evento:8355

data:06-6-06

diálogo com a Prefeitura? Ou não tiveram essa possibilidade?

R - Não, nosso canal de diálogo tem sido feito via o nosso sindicato, o Sepex. Eu só entrei na negociação porque a Prefeitura partiu para uma ação, no início do ano, durante o nosso contrato de regularizar 54 vias da Cidade - nosso acordo, aliás: contrato não é acordo -, em que foi criada a ação de tarjar os anúncios, que é uma penalidade não-prevista na legislação. E, pela dificuldade de chegar às mídias que estão num ponto mais elevado, estavam tarjando praticamente 90% dos outdoors; 10% era alguma coisa de mídia diferenciada e o restante somente no outdoor. Na época, eu era presidente da associação e também diretor da seccional. Entrei em contato com o pessoal do sindicato e disse: "A coisa está ficando feia pra gente do outdoor". Então, a partir de então, como eu também sou diretor de sindicato, passei a levar o Júlio nas reuniões que estávamos tendo na Prefeitura, junto com as Regionais. E aí começamos a ter uma facilidade de diálogo. Mas a gente, como um setor que precisava dar uma resposta para o meio publicitário, então daí nasceu essa idéia de fazer essa campanha. Mas, de início, nós estávamos tendo um bom diálogo.

Agora foi um pouco mais difícil... segue M7



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 138	00
Processo nº 06.001/2006	São Paulo
Assessoria Jurídica	Fernando José A. Aruta
DE 10.871	

rod.:M07 fl.:1 taq.:REGINA
Orador(es):

rev.:

evento:8355

data:06-06-06

Então, daí nós tivemos a idéia de fazer essa campanha, mas de início estávamos tendo um bom diálogo. Agora foi um pouco mais difícil, mas voltamos, há dez dias, a sentar novamente com o Secretário, a ter uma conversa. Entretanto, também desconhecemos o teor do projeto que vai ser apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Pela ordem Vereador Juscelino.

O SR. JUSCELINO GADELHA - Eu queria colocar, Presidente, que eu concordo em tese com a questão que o nobre Vereador José Américo coloca. Acho que tem que ter umas preocupações de fato. Para isso, eu não conheço o projeto do Executivo que vem para cá, vai chegar esta semana, era para chegar esta semana, mas não chegou, desconheço. Mas a tese é muito interessante, essa é a discussão, a tese. Inclusive, se você for fazer uma demanda na Central de Outdoors do que é ou não legal, se ela não estiver empatada, conforme for o próprio ilegal é maior do que o legal. É uma situação complicadora. Estou colocando o seguinte, que se limpe e tudo e a partir daí se organize de uma forma feroz, onde você coloca alguns pontos que a empresa que contratar um outdoor ilegal, ela tenha algumas restrições. Que a Central de Outdoor se responsabilize para que os ilegais não cheguem. Quer dizer, existe um monte de situações que hoje todo mundo larga. Ninguém liga. O que importa é assim, vou fazer um produto de um cigarro, eles querem colocar dois mil outdoor, não importa se legal ou ilegal. A questão é que a cidade está muito feia.

Você tem na 23 de Maio, hoje tiraram, quando descia a 23 de Maio, o que se enxergava era o anúncio da Coca-Cola, não se via o



Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F I A
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 139	do
Processo nº 06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RA 10.871	

rod.:M07 fl.:2 taq.:REGINA
Orador(es):

rev.:

evento:8355

data:06-06-06

Obelisco. Agora tiraram. Quer dizer, não existe preocupação com o visual da cidade de São Paulo em torno da preservação do seu patrimônio, preservação das suas fachadas. A cidade de São Paulo tem 451 anos, a cidade é muito bonita. Vamos pegar, por exemplo, a 25 de Março, pegue todas as suas fachadas, se você tirar todas as propagandas das empresas, começa a mostrar uma outra característica da cidade. Há outros pontos da cidade que é o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Belo Horizonte fez isso.

O SR. JUSCELINO GADELHA - Então, o que acontece é que para a Central de Outdoor quanto mais melhor.

O SR. LUÍS - Não é bem assim.

O SR. JUSCELINO GADELHA - É verdade, o teu produto está vendendo!

O SR. LUÍS - É mais o excesso prejudica o nosso negócio, desvaloriza.

O SR. JUSCELINO GADELHA - Mas acho que neste momento tem excesso.

O SR. LUÍS - Com certeza, com certeza.

O SR. JUSCELINO GADELHA - Então, se limpe tudo, limpe tudo e a partir daí vai normatizando a situação dos outdoors, dos luminosos, da questão dos pontos de ônibus. Quer dizer, existe uma proposta política nesse sentido. E esta comissão tem o papel fundamental do acompanhamento até quanto à sugestão de algumas posições. Nesse aspecto é que estou colocando, não conheço o decreto que vai vir para cá, não chegou, mas a proposta em si eu vejo com bons olhos.

O SR. LUÍS - Posso fazer uma colocação?



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº	140
Processo nº	06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
A10.871	

rod.:M07 fl.:3 taq.:REGINA
Orador(es):

rev.:

evento:8355

data:06-06-06

O SR. JUSCELINO GADELHA - Claro.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Antes de o senhor fazer a colocação, quero lembrar aos amigos, aos colegas, que a Prefeitura do Município de São Paulo, o Executivo soltou aqui um decreto de 28/7/2005, que é para a regulamentação em relação à mídia nos táxis. Quer dizer, e é da própria lei. Eu não entendo porque fez dos táxis e não fez a regulamentação da lei como um todo. Solta de conta-gotas, eu não entendo isso. Isso nós deveríamos cobrar, como Câmara Municipal de São Paulo, para que a Prefeitura faça a regulamentação total e não em conta-gotas.

O SR. LUÍS - Só queria fazer um comentário pela colocação que o Vereador Juscelino fez.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Eu só vou passar a Presidência da comissão ao Vereador José Américo porque eu tenho que me retirar. Vai ter aqui agora os representantes dos clubes, e eu tenho que recebê-los e vou estar lá em cima no Plenário.

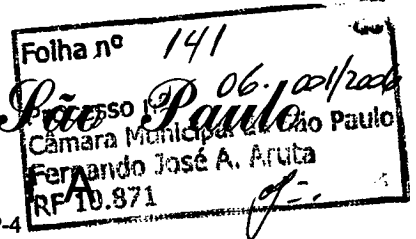
O SR. LUÍS - Perfeito, obrigado Vereador.

- Assume a presidência o Sr. José Américo.

O SR. LUÍS - Retomando o que eu estava colocando a respeito das considerações do Vereador Juscelino de limpar toda a cidade. Somos radicalmente contra isso porque você vai acabar com uma atividade para recomeçá-la. Eu acho que não dá para matar o doente e depois descobrir a cura. (Risos) Eu acho que temos de usar homeopatia, alguma coisa, uma forma de corrigir os problemas. Acho que o diálogo existe, a boa intenção existe. Acho que como em todos os setores, há bons e maus profissionais. Acho que os bons estão dispostos a arrumar a cidade de



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAF
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4



rod.:M07 fl.:4 taq.:REGINA
Orador(es):

rev.:

evento:8355

data:06-06-06

São Paulo porque o setor só tem a ganhar. Ganha a mídia porque será a mídia mais organizada, os anúncios só vão ter a ganhar e o próprio Município também porque uma cidade cosmopolita como São Paulo não pode viver sem mídia exterior. Acho que a mídia está presente nas grandes cidades do mundo, organizada, regulamentada, convivendo com o mobiliário urbano. Acho que o caminho existe, só não pode ter a radicalização.

O SR. JUSCELINO GADELHA - Até para reter, como informação, eu sou gráfico de profissão. Eu sei da importância que os outdoors tem na minha profissão, não é isso. A questão é regulamentar de fato o visual que nós queremos para a nossa cidade.

O SR. LUÍS - Lógico, lógico.

O SR. JUSCELINO GADELHA - Eu não estou querendo prejudicar ninguém. Acho que a cidade comporta 500 outdoors, são 500. E no mercado vocês vão decidir com quem vai ficar e onde vai ser colocado. É essa a discussão. Ela coloca, por exemplo, dez luminosos, vamos discutir onde vai ser. É nesse aspecto que estou discutindo e não na questão de prejudicar a central dos outdoors ou empresários porque sou gráfico de profissão.

O SR. LUÍS - Não, não. É que zerar para recomeçar...

O SR. PRESIDENTE (José Américo) - Um minuto, Sr. Luís. Vou pedir para o Vereador Farhat se manifestar e depois a gente concede um tempo para você responder isso e fazer uma finalização porque estamos indo para o final do nosso tempo. Tem a palavra o Vereador Farhat.

O SR. FARHAT - Obrigado. É só para encerrar porque são cinco para as três e o Plenário não pode funcionar concomitantemente com as



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAF
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 142 - do
Processo nº 06-001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

rod.:M07 fl.:5 taq.:REGINA
Orador(es):

rev.:

evento:8355

data:06-06-06

comissões. Só queria deixar consignado, lamentar a lei eleitoral, aprovada em Brasília, que evidentemente tem aspectos positivos no sentido de diminuir a poluição visual nas eleições.

Mas o fato de proibir...(M08)

SANRENSÃO DA TAQUIGRAFIA



Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 143	06-001/2006
Processo nº	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RAO.871	

rod.:M08 fl.:1 taq.:REGINA
Orador(es):

rev.:

evento:8355

data:06-06-06

Mas o fato de proibir a divulgação de publicidade eleitoral nos *outdoors* me parece um pouco radical. Porque os painéis estão lá e estão colocando publicidade. E na campanha eleitoral eles colocariam publicidade dos candidatos. Quer dizer, não haveria acréscimo de poluição em função tampouco da exploração do poder econômico já que é fácil fiscalizar, identificar a colocação da publicidade nos *outdoors*. Evidentemente que tem muitas providências que virão regulamentar de uma forma melhor a publicidade, os gastos eleitorais, mas a proibição das publicidades em *outdoors* nas eleições me parece um pouco exagerado.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) - Antes de passar a palavra para o Sr. Luís, Presidente da Central de Outdoors da sub-região São Paulo e Grande São Paulo, concordo plenamente com o Vereador Farhat até porque o fato de não ter *outdoors* nas campanhas vai aumentar as campanhas alternativas que são muros, pixações, não tenham dúvida. Então, é um velho problema. Uma outra coisa é que o *outdoor* como mídia, até porque tem restrição em campanha eleitoral há uma legislação eleitoral para *outdoor*, não permite o abuso do poder econômico, ou seja, se eu quiser o que eu quiser, eu não posso. Há uma distribuição proporcional pelos partidos. Já existe uma legislação, e na minha opinião as últimas eleições mostram, que não desequilibra o poderio econômico nas eleições, como também não significa muitos gastos porque o que cada partido pode gastar relativamente é pouco. E a mídia *outdoor* proporcionalmente às outras mídias não é tão cara. O número que podemos fazer pelo custo dela é relativamente barato. É mais aquela coisa assim, eu acho que o Congresso foi infeliz nesse



Câmara Municipal de São Paulo
TAQUIGRAFIA
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 144
Processo 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
10.871

rod.:M08 fl.:2 taq.:REGINA
Orador(es):

rev.:

evento:8355

data:06-06-06

caso como foi infeliz em outras coisas. Não sou a favor de restrição a nenhuma publicidade, a divulgação, até porque o poder econômico pode muito bem ser exercido sem nenhuma dessas coisas. Por exemplo, tendo aí até cinco, dez mil cabos eleitorais. Um candidato que tenha cinco mil cabos eleitorais, que nem imagino como alguém possa ter isso, mas sei lá, três mil cabos eleitorais, você pode pôr anúncio na televisão, pode fazer outdoor, pode fazer o que quiser, você não consegue competir com ele. Então, poder econômico não é exercido através de atividades regulares.

E com relação à poluição, e não foi o caso, a Câmara não proibiu por causa da poluição, mas se fosse querer ver, você fechou no outdoor, vai ter muro. Passo a palavra para o Dr. Luís, para concluir o depoimento para esta Comissão de Estudos sobre o mobiliário urbano no dia de hoje.

O SR. LUÍS - Perfeito. Falando sobre a legislação eleitoral, o maior agravante quanto à proibição do uso do outdoor é a permissão da lei de se instalar placas e cartazes, a lei não fala em formatos, em imóveis particulares, independente de ter licença ou não expedida pela Prefeitura. É você transferir, você tirou o anúncio do outdoor, que é uma peça regular, cadastrada devidamente, paga impostos, para uma atividade paralela que vai, de qualquer forma, poluir a cidade. A legislação eleitoral proíbe em bens públicos, é proibido nos postes, pixação em muro, e não sei como será fiscalizado isso.

Mas, concluindo, acho que já falei quase tudo. É só realmente dizer que a Central de Outdoor, seus associados, somos todos membros do CEPCS(?) também. A intenção do setor é que a gente consiga



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Processo nº 145-06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. J. J. J.
Nº 10.871

rod.:M08 fl.:3 taq.:REGINA
Orador(es):

rev.:

evento:8355

data:06-06-06

regulamentar a mídia exterior até para a valorização e adequação das peças. O objetivo dos empresários que trabalham seriamente sempre foi esse. Estamos à disposição da Câmara, a hora que quiserem continuar o diálogo, estamos de portas abertas, é só nos convocar e estaremos presentes.

O SR. PRESIDENTE (José Américo) - Muito obrigado, Sr. Luís. Em nome da Comissão do Mobiliário Urbano gostaria de agradecer a presença do senhor. Dizer que o objetivo da nossa comissão de estudos é antecipar o debate do projeto que está chegando, é uma questão importante para a cidade de São Paulo. Estamos contratando uma assessoria até porque desejamos não só - e aqui os Vereadores cada um tem a sua opinião - debater o projeto, melhorá-lo, ficar contra, enfim, aquilo que é a posição de cada, mas aprofundar o projeto sobre o projeto do Prefeito seja o que nos envia seja o do mobiliário urbano, mas também o nosso objetivo é que retiremos daqui alguns ensinamentos. Se for o caso vamos tirar propostas de legislação, etc.

Gostaria então de agradecer a presença do senhor. Durante esse processo, qualquer contribuição que o senhor tenha, o senhor pode nos procurar. E nós, também, faremos o mesmo. Muito obrigado, um abraço a todos.

Quero dizer que temos um novo compromisso na terça-feira, 13 de junho, às 10h, neste local. O Presidente pediu para convocar. E dia 13 de junho às 10h, é o dia que terá o jogo do Brasil com a Croácia. A reunião então está marcada para de manhã, no dia 13.

Estão encerrados os trabalhos.

Obrigado, boa tarde a todos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Gabinete do Vereador DR. FARHAT

folha nº 146 do
Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

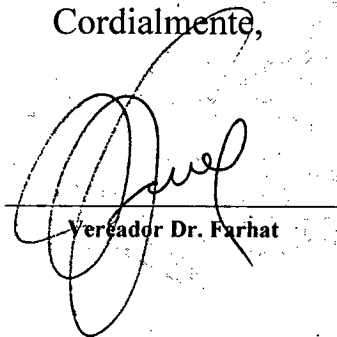
São Paulo 06 de junho de 2006.

Memo nº 36CN/2006

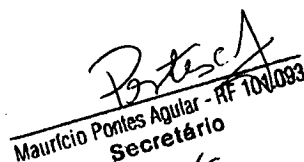
Exmo. Sr. Presidente
da Comissão de Estudos relativa ao Mobiliário Urbano da Cidade de São Paulo

Requeiro, a Vossa Excelência, nos termos regimentais, que esta comissão adote as providências necessárias no sentido de oficiar às Sub-Prefeituras de Pinheiros e de Vila Mariana, para que informem a este colegiado sobre a regularidade, ou não, dos equipamentos publicitários localizados à Av. Juscelino K. De Oliveira entre a Av. Faria Lima e a Marginal Pinheiros e aqueles situados ao longo da Av. Prof. Ascendino Reis, nas imediações das Ruas Pedro de Toledo e Borges Lagoa.

Cordialmente,



Vereador Dr. Farhat


Maurício Pontes Aguiar - RF 104093
Secretário

6/6/6

(Aprovado na 3ª R.O.)

Viaduto Jacarei nº 100, 5º Andar, Sala 507 – Centro – São Paulo/SP – Cep.01319-900
Tel. (11) 6824.4299 – Fax (11) 6824.3962 – e.mail: dr.farhat@terra.com.br

Homepage www.farhat.adv.br

Impresso no serviço gráfico da CMSP, na cola e a pedido do Vereador



TID 882121

Folha 147
06-001/2006
Câmara de São Paulo
Fernando de Paula
RF 10.871

Câmara Municipal de São Paulo

**COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO
DE PROBLEMAS REFERENTES
AO MOBILIÁRIO URBANO MUNICIPAL (RPP 06-0001/2006)**

São Paulo, 7 de junho de 2006.

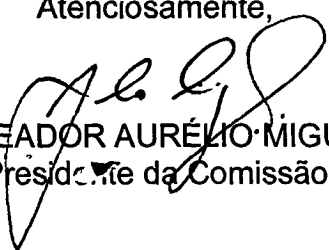
Of. CE-MOBURB nº 003/2006

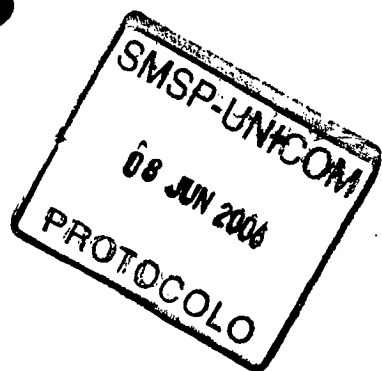
Senhor Subprefeito,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, e cumprindo o deliberado em reunião, solicito a V.Sª que informe sobre a regularidade, ou não, dos equipamentos publicitários localizados na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, entre as Avenidas Faria Lima e Marginal Pinheiros.

Ao ensejo, transmito a V.Sª nossos protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,


VEREADOR AURÉLIO MIGUEL
Presidente da Comissão



A Sua Senhoria o Senhor
DORIVAL ANDRADE
Mui Digno Subprefeito de Pinheiros
Avenida das Nações Unidas nº 7.123, Pinheiros
Tel 3095-9595



Câmara Municipal de São Paulo

TID 882129

Folha nº	148	do
Processo nº	06-001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo		
Fernando José A. Aruta		
RF 10.871		

**COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO
DE PROBLEMAS REFERENTES
AO MOBILIÁRIO URBANO MUNICIPAL (RPP 06-0001/2006)**

São Paulo, 7 de junho de 2006.

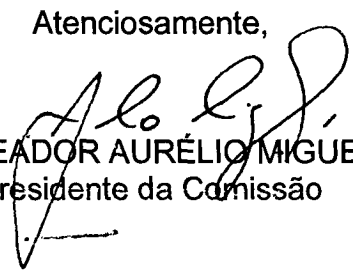
Of. CE-MOBURB nº 004/2006

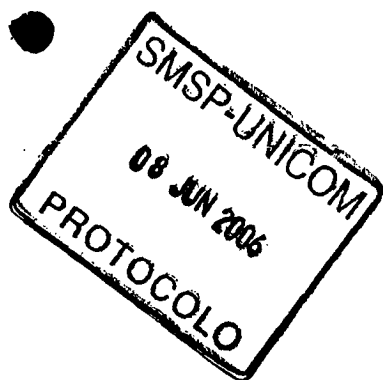
Senhor Subprefeito,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, e cumprindo o deliberado em reunião, solicito a V.Sª que informe sobre a regularidade, ou não, dos equipamentos publicitários situados ao longo da Avenida Prof. Ascendino Reis, nas imediações das Ruas Pedro de Toledo e Borges Lagoa.

Ao ensejo, transmito a V.Sª nossos protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,


VEREADOR AURÉLIO MIGUEL
Presidente da Comissão



A Sua Senhoria o Senhor
FÁBIO AUGUSTO M. LEPIQUE
Mui Digno Subprefeito de Vila Mariana
Rua José de Magalhães, 500, Vila Mariana
Tel 5574-8399



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 149 de
Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta

**COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO
DE PROBLEMAS REFERENTES
AO MOBILIÁRIO URBANO MUNICIPAL (RPP 06-0001/2006)**

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO DE PROBLEMAS REFERENTES AO MOBILIÁRIO URBANO MUNICIPAL (RPP 06-0001/2006) – Aos vinte e oito dias de junho de 2006, às 14 horas, na Sala Tiradentes, 9º andar do Palácio Anchieta, em quarta Reunião Ordinária da Comissão de Estudos para apreciação de problemas referentes ao mobiliário urbano municipal, reuniram-se, sob a presidência do Vereador Aurélio Miguel, os Vereadores-membros José Américo, Jorge Tadeu e Juscelino Gadelha. O Presidente encaminhou requerimento para que os trabalhos da Comissão, tais como diligências e depoimentos, não sofram solução de continuidade durante o recesso parlamentar. Diante disso, a Secretaria esclareceu que, por disposição regimental, a Comissão não pode realizar reuniões nem deliberar naquele período, nada impedindo todavia que a assessoria dos membros efetue visitas e levantamentos – o que o Presidente e demais membros compreenderam com clareza, aprovando o requerimento no que não contrarie o Regimento Interno. Também foi lido minuta de projeto-de-lei encaminhada pelo Vereador Antonio Carlos Rodrigues, cuja cópia seguirá para todos os membros para análise. Sobre a Relatoria, decidiu-se que tal decisão dependerá da totalidade dos membros. Nada mais havendo, o Presidente encerrou os trabalhos, convocando os membros para a primeira terça-feira após o recesso parlamentar, dia 1º de agosto. A íntegra das notas taquigráficas compõe a ata da reunião. Eu, Fernando José Alfonso Aruta, secretariei a presente reunião e dela lavrei ata que vai assinada pelos membros presentes e por mim.

AURÉLIO MIGUEL, Presidente

JOSÉ AMÉRICO

JUSCELINO GADELHA

JORGE TADEU

FERNANDO JOSÉ A. ARUTA, na Secretaria



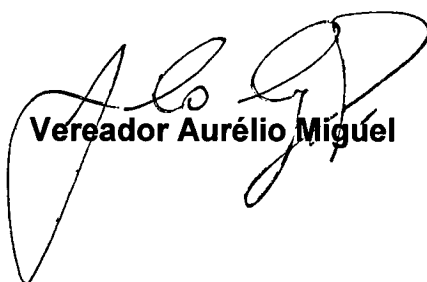
Câmara Municipal de São Paulo
Gabinete do Vereador Aurélio Miguel

Folha nº 150
Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Recebo nº 10.071

São Paulo, 28 de junho de 2006.

**Aos Senhores Vereadores Membros da
Comissão de Estudos para Apreciação de
Problemas Referentes ao Mobiliário Urbano Municipal**

Requeiro a esta douta Comissão de Estudos Para Apreciação de Problemas Referentes ao Mobiliário Urbano Municipal e à sua Secretaria que tome as medidas necessárias para que durante o mês de julho, período de recesso parlamentar da Câmara Municipal de São Paulo, os trabalhos que vem sendo efetuados por esse grupo não sofram solução de continuidade. A Comissão deverá seguir deliberando, realizando oitivas e visitas de inspeção.


Vereador Aurélio Miguel

Lido e aprovado
em reunião de 28/6/06,
obedecendo as disposições
do Regimento Interno.




CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 151
Processo nº 06-001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

GABINETE DO VEREADOR ANTONIO CARLOS RODRIGUES

ACR/ME/084/06

São Paulo, 26 de junho de 2006

Ao

Sr. Presidente

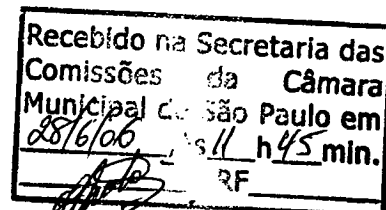
COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO DE PROBLEMAS
REFERENTES AO MOBILIÁRIO URBANO MUNICIPAL
VEREADOR AURÉLIO MIGUEL

Ref. Publicidade

Sirvo-me do presente para encaminhar , como **sugestão** para ordenar e regulamentar a instalação de anúncios em lajes de edificações, "**modelo de projeto de lei**", que visa disciplinar o tema de forma a equilibrar os interesses dos cidadãos.

Cordialmente,


Vereador Antonio Carlos Rodrigues



Fernando José A. Aruta
Supervisor - SGP.16



Folha nº 152	do
Processo nº 06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RF 10.871	

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI

Insere artigo 19-A e Seção I-A, no Capítulo II, do Título II, da Lei nº 13.525, de 28 de fevereiro de 2003, e dá outras providências.

Art. 1º Fica acrescido o artigo 19-A, que fará parte da Seção I-A, a qual também será acrescida ao Capítulo II, do Título II, da Lei nº 13.525, de 28 de fevereiro de 2003, com a seguinte redação:

“Seção I-A

NAS LAJES

Art. 19-A. O anúncio instalado em laje de edificação deve atender às seguintes condições:

I – ser o único anúncio na laje em que se encontrar;

II – possuir altura máxima, entre o piso da laje e o limite de altura do painel, de até 6,00m (seis metros).

III – atender à rarefação disposta no quadro constante do item área livre do Anexo II desta Lei;

IV – ser sua estrutura totalmente metálica;

V – não prejudicar, por qualquer forma, a insolação ou a aeração da edificação em que estiver instalado ou a dos imóveis vizinhos.

§1º Aplicam-se aos anúncios em lajes, no que couber, as disposições relativas aos anúncios em fachadas, constantes da Seção I, do Capítulo II, do Título II, desta Lei, bem como as referentes a anúncios indicativos insertas no Anexo III desta Lei.

§2º Os anúncios podem ser instalados em lajes independentemente da altura da edificação.”

Sala das Sessões, em



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 153	do
Processo nº 06.001/2006	
Câmara Municipal de São Paulo	
Fernando José A. Aruta	
RF 10.871	

JUSTIFICATIVA

A propositura tem por objetivo regulamentar a instalação de anúncios em lajes de edificações.

A matéria dispõe normatizar as atividades dos cidadãos e configura predominante interesse local, dentro do qual deve cingir-se a competência legislativa da comuna.

O assunto é de relevância na medida em que a inserção desregrada de anúncios na paisagem urbana causa poluição visual.

Por outro lado, sabe-se que a publicidade é instrumento que impulsiona as atividades econômicas. Assim, visando disciplinar o tema de forma a equilibrar os interesses dos cidadãos, peço a aprovação dos nobres pares.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 154 do
Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José Aruta

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO DE PROBLEMAS REFERENTES AO MOBILIÁRIO URBANO MUNICIPAL (RPP 06-0001/2006)

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO DE PROBLEMAS REFERENTES AO MOBILIÁRIO URBANO MUNICIPAL (RPP 06-0001/2006) – Aos três dias de agosto de 2006, às 10 horas, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º subsolo do Palácio Anchieta, em quinta e última Reunião Ordinária da Comissão de Estudos para apreciação de problemas referentes ao mobiliário urbano municipal, reuniram-se, sob a presidência do Vereador Aurélio Miguel, os Vereadores-membros José Américo, Jorge Tadeu, Russomanno, Farhat e Juscelino Gadelha. O Presidente comentou que não foi escolhido Relator e que, a seu ver, seria prematuro elaborar relatório neste momento em que o Executivo encaminhou projeto polêmico que merece o aprofundamento dos debates, e também porque a contratação da consultoria ligada à Faculdade de Arquitetura da USP só se consumou na semana passada e não foi possível usufruir de seus serviços. Em vista disso, o Presidente anunciou que ingressou em Plenário com pedido de nova Comissão de Estudos sobre paisagem e mobiliário urbanos, através da qual os trabalhos poderão prosseguir adequadamente. Os demais membros concordaram com a posição do Presidente. Nada mais havendo, o Presidente encerrou os trabalhos e declarou extinta a presente Comissão, manifestando-se simpático à idéia de contar novamente com os mesmos Vereadores na Comissão prestes a ser criada. As notas taquigráficas integram a ata da reunião. Eu, Fernando José Alfonso Aruta, secretariei a presente reunião e dela lavrei ata que vai assinada pelos membros presentes e por mim.

AURÉLIO MIGUEL, Presidente

JOSÉ AMÉRICO

JUSCELINO GADELHA

JORGE TADEU

RUSSOMANNO

FARHAT

FERNANDO JOSÉ A. ARUTA, na Secretaria

folha nº 155
Processo nº 06.001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871



Câmara Municipal de São Paulo

TAQUIGRAFIA

NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

SEM REVISÃO
TAQUIGRAFIA

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO DE
PROBLEMAS REFERENTES AO MOBILIÁRIO
URBANO MUNICIPAL

PRESIDENTE: AURÉLIO MIGUEL

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 03 de agosto de 2006

OBSERVAÇÕES:



Câmara Municipal de São Paulo
T A Q U I G R A F
NÚCLEO TÉCNICO DE REGISTRO - SGP-4

Folha nº 156 do
Processo 0006.091/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RFA 1.871

rod.:X01 fl.:1 taq.:CARLA
Orador(es):

rev.:

evento:8418

data:3-08-06

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Está aberta a quinta reunião ordinária da Comissão de Estudos para apreciação de problemas referentes ao mobiliário urbano municipal.

Os nobres Vereadores Aurélio Miguel, na Presidência, José Américo, Farhat, Jorge Tadeu, Juscelino Gadelha e Átila Russomanno são os membros desta Comissão.

Ainda não escolhemos relator e esta é a nossa última reunião ordinária. O prazo está praticamente esgotado. Particularmente, julgo prematuro emitir relatório no momento em que o Executivo pretende revolucionar toda a regulamentação existente. Como a contratação de uma empresa que nos daria assessoria, a Fupan - Faculdade de arquitetura da USP - só se concretizou na semana passada, não temos material suficiente para fazer um relatório à altura da Câmara Municipal.

O debate não pode parar, motivo por que entrei com requerimento de criação de nova comissão de estudo sobre paisagem e mobiliários urbanos.

Se os demais membros estiverem de acordo, fica prejudicado o relatório desta Comissão, em favor dos prosseguimentos dos trabalhos na comissão prestes a ser criada.

Sugiro que a comissão a ser criada tenha os mesmos membros desta Comissão.

A votos. Os nobres Vereadores favoráveis a esta posição permaneçam como estão. Aprovada a nova comissão.

Estão encerrados os trabalhos desta Comissão de Estudos.

Muito obrigado e bom dia a todos.



COMUNICADO

Para conhecimento público, a Comissão de Estudos para apreciação de problemas referentes ao mobiliário urbano municipal (RPP 06-0001/2006) foi formalmente encerrada no dia 3 de agosto último sem conclusões. Seu Relatório ficou prejudicado porque o assunto ainda não foi esgotado, o que ensejou, da parte deste Presidente, requerimento de criação de nova Comissão de Estudos que abordará a mesma matéria.


AURÉLIO MIGUEL
Presidente da Comissão

ente:

PROVIDÊNCIAS.

Folha nº 158 do
Processo nº 06-001/2006
Câmara Municipal de São Paulo
Fernando José A. Aruta
RF 10.871

SECRETARIA DAS COMISSÕES EXTRAORDINÁRIAS E TEMPORÁRIAS

a expo-

ia juris-

inante-

inade-

funda-

a nesta

letermi-

de com

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO DE PROBLEMAS REFERENTES AO MOBILIÁRIO URBANO MUNICIPAL (RPP 06-0001/2006)

Para conhecimento público, a Comissão de Estudos para apreciação de problemas referentes ao mobiliário urbano municipal (RPP 06-0001/2006) foi formalmente encerrada no dia 3 de agosto último sem conclusões. Seu Relatório ficou prejudicado porque o assunto ainda não foi esgotado, o que ensejou, da parte deste Presidente, requerimento de criação de nova Comissão de Estudos que abordará a mesma matéria.

AURÉLIO MIGUEL - Presidente da Comissão
Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente

Publicado no DIÁRIO OFICIAL

de 16 / 08 / 2006

pagina 70 coluna 2ª

Conferido: _____

Fernando José Alfonso Aruta
Supervisor de Equipe - SGP.16



Câmara Municipal de São Paulo

COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO DE PROBLEMAS REFERENTES AO MOBILIÁRIO URBANO MUNICIPAL (RPP 06-0001/2006)

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO

**ÀS FOLHAS 158 FICA ENCERRADO ESTE VOLUME ÚNICO,
DANDO-SE POR CONCLUÍDO O PROC. Nº 06-0001/2006,
REFERENTE À COMISSÃO DE ESTUDOS PARA APRECIÇÃO DE
PROBLEMAS REFERENTES AO MOBILIÁRIO URBANO MUNICIPAL.**

**AO SGP.33 – SENHORA SUPERVISORA,
PARA ARQUIVAR.
16/8/2006**


**FERNANDO JOSÉ A. ARUTA
Supervisor de SGP.16**

Segue(m) Juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob
n.º e folha de informação

sob n.º 199 20.1.10.2006

~~LINA ANGÉLICA M. GUMAUSKAS~~

RE 100.927

SGP-33



Câmara Municipal de São Paulo

Papel para informação, rubricado como folha n° 159
do processo 06-1 de 2006 20/10/2006

Lina A. M. Gumauskas
RF 100927

SUBSECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL

Proc. encerrado com 159 fls.
Arquivado em 20/10/2006
O Funcionário

Lina A. M. Gumauskas
RF 100927